

Coleção Encontros em Psicologia Social

Coordenador: Deivis Perez

Volume IV

Psicologia social:

Análises críticas sobre histórias interditadas
e práticas resistentes

Organização

Glaucia Tais Purin

Maria Cristina Dancham Simões

Deivis Perez

Eduardo Pinto e Silva



ABRAPSO EDITORA

Coleção Encontros em Psicologia Social

Coordenador

Deivis Perez

Volume IV

Psicologia Social: análises críticas sobre histórias interditas e práticas resistentes

Organização

Gláucia Tais Purin
Maria Cristina Dancham Simões
Deivis Perez
Eduardo Pinto e Silva



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre
2019



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

<http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da ABRAPSO 2018-2019

Presidenta: Maria das Graças Lima

1ª Secretária: Livia Gomes dos Santos

2º Secretário: Deivis Perez Bispo dos Santos

1ª Tesoureira: Maria Cristina Dancham Simões

2ª Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto

Suplentes: Ilídio Rodas Neves e Alexandre Pito Giannoni



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella – UFSC

Benedito Medrado-Dantas – UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho – Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento – UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

P974

Psicologia social [recurso eletrônico] : análises críticas sobre histórias interdidas e práticas resistentes / Organização de Maria Cristina Dancham Simões, Glaucia Tais Purin, Eduardo Pinto e Silva e Deivis Perez. – Porto Alegre: Abrapso, 2019.

222 p.

(Coleção Encontros em Psicologia Social , Vol. 4).

ISBN: 978-85-86472-43-5

1. Psicologia social. 2. Políticas públicas. 3. Direitos humanos. 4. Democracia. 5. Brasil. I. Simões, Maria Cristina Dancham. II. Purin, Glaucia Tais. III. Silva, Eduardo Pinto e. IV. Perez, Deivis. V. Título.

CDU – 302

Comissão de pareceristas

Renan Albuquerque Rodrigues (UFAM)

Leandro Amorim Rosa (UFAC)

Débora Cristina Fonseca (UNESP)

Lucas Peto (UNESP)

Danilo Saretta Veríssimo (UNESP)

Thiago Bloss de Araújo (UNINOVE)

Fernando Aparecido Figueira do Nascimento (USP)

Flávia Roberta Busarello (PUC SP)

Christiane Alves Abdala (SUS SP)

Sumário

Coleção Encontros em Psicologia Social 8

Prefácio 11

Cinara Brito de Oliveira e Jean Fernando dos Santos

Apresentação. A Psicologia Social e suas contribuições ao registro e ao compartilhamento de histórias interditas e práticas resistentes 14

Gláucia Tais Purin, Maria Cristina Dancham Simões, Deivis Perez e Eduardo Pinto e Silva

Seção I: Lutas históricas

I. A Psicologia Social no Brasil: a dimensão ética e política de sua história 23

Fernando A. Figueira do Nascimento, Gil Gonçalves Junior, Maria Amélia Güllnitz Zampronha e Thiago Bloss de Araújo

II. Luta interseccional contra a máquina de extermínio das populações negras, mulheres e pobres no Brasil 35

Juarez Tadeu de Paula Xavier

III. A retomada do manicomialismo no retrocesso bolsonarista 45

Luiz Carlos da Rocha, Roselania Francisconi Borges e Daniele de Andrade Ferrazza

IV. Examinações inspiradas nos escritos de Marx e Engels sobre os cenários educacional e político brasileiros 58

Kevin Nering Silva e Deivis Perez

V. Os afetos como dimensão política e a neutralidade da ciência: um relato de experiência do Núcleo São Paulo da Abrapso 74

Gláucia Tais Purin, Cinara Brito de Oliveira, Maristela Sousa e Freitas, Bruno Simões Gonçalves e Gabriela Milaré Camargo

VI. Descolonização da psicologia, movimentos sociais e autoritarismos: o que fazer? 88

Bruno Simões Gonçalves, Anna Carolina Alencar Betine e Maico Fernando Costa

Seção 2 - Trabalho e transformações

VII. Psicologia, Educação e Trabalho: políticas públicas para resistência ou para reprodução? 100

Maria Cristina Dançham Simões, Cecília Pescatore Alves e Juliana Lopes da Silva

VIII. A essência em função da existência: compreensão do trabalho estranhado e suas repercussões 111

Ruchelli Stanzani Ercolano e Deivis Perez

IX. Do fora da raiz à raiz do lado de fora: degradação humana sob o mister do trabalhar a qualquer custo 123

Juliana Lopes da Silva, Eduardo Pinto e Silva e Heloisa Aparecida de Souza

X. Problematicando as estratégias de intervenção, trabalho e pesquisa em Psicologia Social: para além da clínica? 132

Silvio José Benelli

Seção 3 – Contribuições para práticas resistentes

XI. Processo civilizatório, mitos fundadores e pacto lulista: a dimensão subjetiva das relações raciais no Brasil contemporâneo 143

Marcio Farias

XII. Construções em Psicologia Social: um ensaio sobre a sua dimensão política 161

Christiane Alves Abdala e Fernando A. Figueira do Nascimento

XIII. Juntando cacos e fazendo arte: como fazer dos desmontes uma obra de arte? 169

Deborah Mendes Araújo de Andrade, Sueli Terezinha Ferrero Martin e Charles José Roque

XIV. Psicologia e Assistência Social: como a psicologia social pode contribuir no enfrentamento dos retrocessos apresentados na atual conjuntura?	181
<i>Aline Franco Petegrosso, Fernando Rosa de Oliveira, Gabriela Milaré Camargo e Jean Fernando dos Santos</i>	
XV. Juventudes, violências, direitos humanos e Psicologia Social	192
<i>Débora Cristina Fonseca, Luis Guilherme Galeão-Silva e Priscila Carla Cardoso</i>	
XVI. Mulheres e suas lutas: um compromisso ético-político	198
<i>Mariana Serafim Xavier Antunes, Cibele Bitencourt Silva e Nathali Estevez Grillo</i>	
Epílogo. Relações institucionais nacionais e internacional	211
<i>Gláucia Tais Purin, Maria Cristina Danham Simões, Devis Perez e Eduardo Pinto e Silva</i>	
Sobre os(as) autores(as)	215

Coleção Encontros em Psicologia Social

A nossa Associação Brasileira de Psicologia (ABRAPSO) nasceu no princípio dos anos 1980 por meio da ação de profissionais, pesquisadores, estudantes e militantes que trabalhavam pela democratização do país e que, de maneira justificada, lutavam contra as violências e o terrorismo de estado engendrados pelos dirigentes da ditadura civil-militar sob as bênçãos dos seus apoiadores. Eram tempos em que segmentos de cidadãos autoproclamados cristãos, zelosos pela manutenção da propriedade privada e da família tradicional - supostamente ameaçadas pelo espectro do comunismo - apoiavam os assevajados agentes estatais em sórdidas maquinações dedicadas aos ataques à vida e aos abusos e covardias concretas e simbólicas contra pessoas identificadas como inimigas internas por ousarem rogar pelo respeito à humanidade.

Agora, quase 40 anos depois, encontramos-nos novamente num período ulterior a outro golpe de estado, perpetrado contra uma Presidenta eleita e injustamente deposta, após sombrios arranjos entre parlamentares, setores do judiciário e do empresariado, animados por uma avassaladora campanha midiática que direcionou e conduziu às ruas grupos sociais autoritários escoltados por parvos, hipócritas, cínicos e acumpliciados decididos a identificar e responsabilizar a Presidenta e o seu partido pelas seculares deformidades e vícios da política do Brasil. O desarranjo sociopolítico provocado por este golpe nos conduziu ao momento presente, em que temos como chefe do poder executivo da república um autocrata, que rotineiramente e com incompreensível filáucia, manifesta ser um azêmol, cuja obscura biografia assinala que foi um ex-militar desconceituado, menosprezado pelos próprios pares

e um parlamentar medíocre, que se mostrou incapaz de elaborar um único projeto relevante em décadas de carreira no Congresso.

Este desclassificado, elevado à presidência com a alcunha de *mito*, analogamente ao déspota Luís Bonaparte da França do século XIX, repete o mantra da necessidade de defesa da propriedade, família, religião e ordem e da luta contra as esquerdas políticas enquanto vandaliza todas as maneiras de convivência norteadas pelo apreço à socialidade ética e, simultaneamente promove a retirada de direitos sociais e cívicos da população, elimina leis dedicadas à defesa da classe trabalhadora e reduz drasticamente os investimentos em áreas fundamentais como a saúde, a ciência e a educação.

É nesta penosa e fatigante quadra histórica que a ABRAPSO e as pessoas que a integram são solicitadas à lide contra o enganoso, o ilegítimo, o perverso, o cruento, o malévolo, o aviltante e o desumano. Novamente, e como fizeram os pioneiros desta associação, é preciso entrajear os nossos mais elevados propósitos de fortalecimento de uma Psicologia Social engajada e situada socialmente, comprometida com a classe trabalhadora e com o fim de toda a exploração e opressão. É, sem dúvida, uma Psicologia de feições revolucionárias que demanda esforços para a produção e divulgação de saberes, métodos e fazeres sintonizados com a transmutação social na perspectiva da superação das mazelas das sociedades capitalistas. É para atender a essa necessidade que os livros que integram a Coleção *Encontros em Psicologia Social* têm sido regularmente publicados pela ABRAPSO Editora.

Especificamente buscamos alcançar dois objetivos articulados e complementares entre si:

- Registrar, por intermédio da edição das obras da Coleção, a dialogia e os conhecimentos que circularam e foram sistematizados nos Encontros ABRAPSO dos Regionais Norte, Minas Gerais, Nordeste, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais foram realizados entre meados de 2018 e o primeiro semestre de 2019.

- Tornar disponíveis e difundir saberes da Psicologia Social em sua interface com os constructos acadêmico-científicos, ensejando

tanto a ideação e a consubstanciação de fazeres críticos quanto à integração e cooperação entre professores, estudiosos, especialistas, discentes graduandos e pós-graduandos e integrantes de movimentos sociais para subsidiar e ensinar a superação dos graves e persistentes problemas que vivenciamos no Brasil contemporâneo.

Todos os livros da Coleção estão disponíveis em formato eletrônico e podem ser obtidos gratuitamente no sítio eletrônico da ABRAPSO.

Boa leitura!

Deivis Perez
Coordenador da Coleção

Prefácio

Quando o **XIV Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO** começou a ser pensado, foi cogitado (ainda que em tom de brincadeira, mas com aquele fundo de verdade) que o tema do Encontro anterior deveria ser retomado, visto que o projeto político que motivou a sua construção ainda estava (e está) em curso. Foi quando surgiu a necessidade de olhar para formas concretas de enfrentamento.

A história do Brasil é marcada por resistências, lutas e revoltas populares contra a dominação e o autoritarismo, muitas permaneceram abafadas ao longo do tempo, sendo reveladas pela historiografia recente. Desde a resistência indígena contra o poder colonial e a do povo negro contra a escravização, até a luta dos movimentos sociais (operário, camponês, feminista, negro, LGBT, periférico, estudantil e indígena) que resultaram na conquista dos direitos sociais que (ainda) existem ou, pelo menos, no direito a lutar por direitos dentro da legalidade, uma vez que essa conquista sempre foi um campo de tensionamento para a efetividade de sua implementação e universalização.

Com o objetivo de estimular a reflexão a respeito da práxis em psicologia social junto aos movimentos sociais, diante de um contexto onde se vê o avanço de um projeto pautado em práticas de violência de Estado, solapamento de direitos fundamentais conquistados historicamente, bem como a destruição das políticas públicas sociais, contribuindo para a piora das condições de vida, sobretudo da população pobre e negra, **“A Práxis da Psicologia Social nos movimentos e espaços de luta: resistência e transformação”**, foi o tema escolhido. Considera-se fundamental neste contexto que a psicologia social, em conjunto com a sociedade, se posicione e elabore projetos de resistência e lutas junto aos movimentos sociais.

O referido Encontro foi realizado entre os dias 11 e 13 de abril de 2019, no Campus da Universidade Estadual Paulista (UNESP),

Faculdade de Ciências e Letras de Assis-SP, e manteve a forma de construção amplamente reflexiva e contou com a intensa participação do coletivo de núcleos, característica dessa Regional. Tal coletivo é formado por representantes de todos os núcleos ativos – Assis, Baixada Santista, Bauru, Campinas e região, Cuesta, Grande ABC, Nordeste Paulista, São Paulo, Sorocaba e Vale do Paraíba – em conjunto com a coordenação regional, e se dividiu nas Comissões Científica e Organizadora e equipe de pareceristas do Encontro.

Os **eixos temáticos** foram pensados de forma a contemplar algumas dimensões relacionadas à sociedade brasileira, que permitissem estabelecer conexões entre as reflexões a respeito da *práxis* e as expressões concretas do compromisso ético e político da Psicologia Social Crítica na atualidade e tiveram os seguintes títulos: poder popular e movimentos sociais; poder simbólico, mídias e comunicações; direitos humanos, pautas identitárias e políticas de extermínio; desigualdades sociais e políticas públicas; afetos e ação política; psicologia social, produção de saber e colonialidade.

As **modalidades de trabalho** foram concebidas de modo a estimular e favorecer o debate dos conteúdos a serem apresentados, e a possibilitar o diálogo entre pesquisadores, profissionais, estudantes, militantes, ativistas e todas as pessoas interessadas. Assim, o Encontro foi estruturado em torno das seguintes atividades: um **Minicurso**; uma **Oficina**; seis **Mesas Redondas**; e quinze **Rodas de Conversa**, sendo que algumas tiveram mais de uma sessão de modo a contemplar todas as apresentações, totalizando vinte e uma sessões.

As Rodas de Conversa, modalidade para apresentação oral de trabalhos (acadêmicos e não acadêmicos) adotada por essa Regional e que vem sendo aperfeiçoada a cada Encontro, merecem aqui um destaque, pois destinam-se a estimular a discussão conjunta de trabalhos com diferentes ênfases: teórica ou prática (profissional ou militante); tendo ainda como finalidade favorecer a integração entre diferentes saberes (popular e acadêmico), de maneira horizontal, potencializando a elaboração de novos conhecimentos pautados na materialidade

da vida. Os resumos de todos os trabalhos aprovados e apresentados poderão ser conferidos nos ANAIS do Encontro.

O presente livro é o resultado dos esforços mobilizados ao longo do Encontro e tem como objetivo difundir os seus resultados e fomentar futuras reflexões, pesquisas e práticas. Aqui serão apresentados os textos elaborados a partir das discussões realizadas em cada modalidade de trabalho, conforme decisão dos núcleos proponentes e, quando for o caso, interesse dos convidados. Ficando os proponentes livres para adotarem a estrutura e estilo literário que melhor se adequarem aos seus objetivos.

Cinara Brito de Oliveira
Jean Fernando dos Santos

Integrantes da Diretoria do Regional São Paulo da ABRAPSO
Gestão 2018-2019

Apresentação

A Psicologia Social e suas contribuições ao registro e ao compartilhamento de histórias interdidas e práticas resistentes

Este livro de artigos, parte da coleção “Encontros em Psicologia Social” é um material inédito produzido por integrantes da Regional São Paulo da ABRAPSO, os quais se mobilizaram e reuniram em nosso XIV Encontro, que ocorreu entre 11 e 13 de abril de 2019 na Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com apoio da Diretoria Nacional e editora desta instituição. Além disso, será publicado gratuitamente no site da associação.

Em conformidade com a tradição democrática do nosso Regional, foi feita a opção de oportunizar o acesso e a possibilidade de participação na autoria do livro-coletânea de todos os Núcleos da ABRAPSO organizados no Estado, proponentes de rodas de conversa, conferências ou mesas-redondas. Fruto de um trabalho coletivo dos autores docentes e discentes de diversos Programas de Graduação e Pós-Graduação, bem como profissionais que atuam na área.

A organização e execução do Encontro foram marcadas por uma preocupação com as abrangentes, profundas e drásticas investidas, por parte de distintos poderes da república e de inúmeros segmentos sociais do nosso país, contra a democracia e os princípios de coexistência orientados pelo respeito à alteridade. À vista disso, foi estabelecida como temática norteadora das nossas interlocuções “A práxis da Psi-

ciologia Social nos movimentos e espaços de luta: resistência e transformação”, que expressou o convite do coletivo à reflexividade social e historicamente situada e também à organização e atuação coletiva no sentido da defrontação das arbitrariedades, opressões, injustiças e tiranias que têm caracterizado a socialidade do Brasil contemporâneo; propostas estas que estão espalhadas nesta coletânea

Desse contexto emerge a proposta desta coletânea em apresentar, simultaneamente, a diversidade e a complexidade das contribuições e dos aportes teóricos e metodológicos que a Psicologia Social pode produzir e oferecer para subsidiar o entendimento e criticidade qualificados dos cenários sociocultural, político e econômico brasileiros e, também, para colaborar com a atuação das profissionais, estudantes e pesquisadoras da área.

Portanto, são essas as questões que norteiam os textos aqui apresentados em diversos formatos: relatos de experiências, reflexões teórico-metodológicas, contribuições práticas, partes de pesquisas em andamento, entre outras. Assim, optamos por agrupá-los em três eixos, a partir de elementos destacados em cada um deles.

O primeiro eixo, “Lutas históricas”, é composto por seis textos. No primeiro, intitulado “A Psicologia Social no Brasil: a dimensão ética e política de sua história”, os autores Fernando A. Figueira do Nascimento, Gil Gonçalves Junior, Maria Amélia Güllnitz Zampronha e Thiago Bloss de Araújo, a partir de um ensaio teórico, refletem sobre a constituição histórica da Psicologia Social brasileira, apontando a presença de teorias racistas e higienistas, mas também traçam o surgimento de propostas, no final da década de 1970, comprometidas com a produção de discursos e práticas ético-políticas.

“Luta interseccional contra a máquina de extermínio das populações negras, mulheres e pobres no Brasil” é o segundo artigo deste eixo, de autoria de Juarez Tadeu de Paula Xavier, o qual debate sobre a escravização de populações africanas, reinvenções de políticas de extermínio da população negra e exercício da violência contra os corpos negros e os “não normatizáveis”, como mulheres, indígenas,

gays, lésbicas, população trans e pobres, no Brasil; relacionando a desigualdade à violência racial. Apesar do registro de alguns avanços, nos últimos 40 anos, sobre construção e consolidação dos direitos humanos relativos à população negra o autor manifesta a emergência de ações que destruam estas estruturas que reproduzem, nas dimensões objetivas e subjetivas, e promovem o genocídio, etnocídio e epistemiocídio da população preta e parda, em escala industrial.

No terceiro artigo intitulado “A retomada do manicomialismo no retrocesso bolsonarista”, Luiz Carlos da Rocha, Roselania Francisconi Borges e Daniele de Andrade Ferrazza denunciam a falsa ideia de que a internação possa ser considerada uma forma adequada ao atendimento de demandas de sofrimentos psíquicos. Para isso, apresenta elementos históricos do desenvolvimento do manicomialismo mundial; discute criticamente a nova Política Nacional de Saúde Mental que ampara as ações de saúde mental na perspectiva da Atenção Psicossocial que se sustenta no fundamentalismo da abstinência e isolamento social; e analisa o paradigma da Atenção Psicossocial no cuidado aos usuários de álcool e outras drogas enquanto estratégias possíveis de acolhimento e atenção a pessoas em sofrimento, e práticas de resistência à políticas de tratamento aprisionantes.

O quarto trabalho, denominado “Examinações inspiradas nos escritos de Marx e Engels sobre os cenários educacional e político brasileiros” de autoria de Kevin Nering Silva e Deivis Perez, reflete criticamente a respeito do atual cenário educacional universitário e político do Brasil; registra possíveis relações entre a elevação ao poder de Luis Bonaparte na França do século XIX e a ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil em 2019, ambos amplamente apoiados pelas burguesias locais, animados pelo lema *propriedade, família, religião e ordem* e embebidos pela suposta incumbência de livrar a suas respectivas sociedades da desordem, do socialismo e do comunismo; e apontam a emergência de ações e lutas coletivas que tenham como destino a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade em que a rotina seja a democrática socialização dos saberes produzidos por todos.

O texto subsequente foi produzido coletivamente por Gláucia Tais Purin, Cinara Brito de Oliveira, Maristela Sousa e Freitas, Bruno Simões Gonçalves e Gabriela Milaré Camargo, e intitula-se “Os afetos como dimensão política e a neutralidade da ciência: um relato de experiência do Núcleo São Paulo da Abrapso”. A partir do avanço teórico nas pesquisas de doutorado realizadas por Gláucia e Cinara e da reflexão sobre diversas atividades realizadas naquele Núcleo as autoras sinalizam para algumas premissas da dimensão dos afetos como suporte teórico e prático, como: considerá-los como uma dimensão fundante para compreender o sujeito na sua totalidade; estão relacionados com a ética e a política e devem ser analisados com criticidade teórica/metodológica; não há neutralidade na ciência ou na vida, sendo necessário enfrentar as ciências reducionistas e individualizantes; e a forma mais potente de enfrentar a desigualdade social, bem como de afetos que indiquem sofrimentos: é pela ação em grupo.

Quanto ao último artigo deste eixo, nomeado “Descolonização da Psicologia, movimentos sociais e autoritarismos: o que fazer?”, e escrito por Bruno Simões Gonçalves, Anna Carolina Alencar Betine e Maico Fernando Costa, temos uma síntese da mesa redonda proposta pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) no referido Encontro. Os autores alertam que parte significativa da Psicologia brasileira e latino-americana tem ignorado sua realidade territorial, histórica, cultural e psicossocial, reproduzindo teorias e práticas eurocêntricas. Portanto aponta para a necessidade de descolonizar a psicologia a partir do reconhecimento das especificidades e dos processos de formação próprios ao continente e ao Brasil; indicando o diálogo de saberes na atuação com povos tradicionais e indígenas, e o diálogo com movimentos sociais para atuação na área da saúde.

O segundo eixo, denominado “Trabalho e transformações” acolheu quatro artigos. O primeiro redigido por Maria Cristina Dancham Simões, Cecília Pescatore Alves e Juliana Lopes da Silva, “Psicologia, Educação e Trabalho: políticas públicas para resistência ou para reprodução?”, traz o relato de investigações dedicadas à discussão dos

princípios neoliberais que permeiam as relações vividas atualmente, determinam identidades e sociabilidade; sua interface com a problematização das políticas públicas de Educação e Trabalho. As autoras apontam a necessidade de resistência, mas sobretudo, de luta por direitos; e a importância de investimentos na formação em psicologia para o trabalho nas políticas públicas, para que tornem-se práticas transformadoras e/ou descolonizadoras.

Em “A perda do objeto, do trabalho e de si próprio: o trabalho estranhado” Ruchelli Ercolano Stanzani e Deivis Perez examinam o conceito marxiano *trabalho estranhado*, o qual se caracteriza pela destituição daquilo que constitui a pessoa como deusas humano: seu trabalho como práxis e autoatividade; e que auxilia na compreensão das relações de produção e reprodução sociais contemporâneas e seus efeitos nas subjetividades humanas. Alertam para a urgência do empoderamento dos sujeitos para a reunião de forças coletivas e universais que promovam resistência e enfrentamento dos retrocessos, observados atualmente, a fim de que as pessoas possam se apropriar da totalidade do mundo material no intento de executarem transformações da sua realidade e buscarem o alcance da real igualdade e liberdade das pessoas, restituindo-as assim de sua humanidade.

Ainda nesta seção temos “Do fora da raiz à raiz do lado de fora: degradação humana sob o mister do trabalhar a qualquer custo” de Juliana Lopes da Silva, Eduardo Pinto e Silva e Heloisa Aparecida de Souza. A partir de narrativas com características literárias de cortadores de cana de etnia indígena e publicitários da maior metrópole brasileira refletem sobre a precarização, exploração do trabalho, escravização, assédios, violências, negação de direitos trabalhistas e humanos, e desrespeito às suas origens e cultura que estes estão sujeitos. Apontam a necessidade de psicólogos sociais reafirmarem o compromisso com a classe trabalhadora, que carrega em seus corpos e subjetividade as marcas da exploração e humilhações vivenciadas no trabalho.

O último artigo deste eixo é “Problematizando as estratégias de intervenção, trabalho e pesquisa em Psicologia Social: para além da

clínica?”, produzido por Silvio José Benelli. A partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico, o autor problematiza as estratégias de intervenção, trabalho e pesquisa em Psicologia Social. Apesar de identificar algumas propostas de “intervenções psicossociais” potentes e promissoras, desenvolvidas pelos psicólogos, a maior parte refere-se a práticas que não parecem capazes de superar as tradicionais modalidades clínicas psicologizantes, produtoras de efeitos sociais adaptativos à ordem social vigente. Portanto, o desafio do psicólogo social é ser um intercessor na Atenção Psicossocial, auxiliando o agente principal do processo de transformação: o cidadão.

O terceiro eixo denominado “Contribuições para a práxis em Psicologia Social e para as resistências” contempla seis artigos. O primeiro intitulado “Processo civilizatório, mitos fundadores e pacto lulista: a dimensão subjetiva das relações raciais no Brasil contemporâneo” foi elaborado por Marcio Farias e aborda uma discussão teórica sobre o racismo e a subjetividade no Brasil, solicita uma produção científica mais condizente com as novas circunstâncias, na medida em que houve uma reconfiguração social no país marcada por rupturas de traços marcantes dos pactos para a formação nacional por conta da maior mobilidade do trabalho de negros e negras e do advento da crise econômica, política e social que efetivou o verdadeiro mal estar contemporâneo.

Os escritos de Christiane Alves Abdala e Fernando A. Figueira do Nascimento, “Construções em Psicologia Social: um ensaio sobre a sua dimensão política”, configuram-se como ensaio teórico. Resgatam posicionamentos da constituição histórica desse campo de saber e prática; abordando que a negação da dimensão política da psicologia pelo argumento da suposta neutralidade encontrada na ciência tradicional mostra não somente a dificuldade de compreensão da política e da própria ciência, mas também alinha os discursos psicológicos à uma tradição, positivista ou metafísica; e a emergência de práticas na psicologia comprometida com a superação das desigualdades e iniquidades resultantes do sistema socioeconômico vigente.

Completando esta análise, temos “Juntando cacos e fazendo arte: como fazer dos desmontes uma obra de arte! Desafios e perspectivas para a Psicologia Social!”, de Deborah Mendes Araújo de Andrade, Sueli Terezinha Ferrero Martin e Charles José Roqu, que denunciam o sucateamento e a destruição das políticas públicas, em especial, as políticas de saúde mental. Debatem sobre os retrocessos que a Reforma Psiquiátrica tem sofrido, voltando-se para os princípios manicomialistas, provocando sofrimento em usuários e trabalhadores da rede de atenção psicossocial. Diante deste contexto, veem que o desafio para a Psicologia Social é de “juntar os cacos e fazer arte”; em outras palavras, coletivamente resistir e, do caos, construir possíveis obras de arte; indicando a importância da Psicologia Social com os movimentos sociais mediar, incentivando os familiares e usuários a protagonizarem as lutas que lhe cabem.

O texto “Psicologia e Assistência Social: como a psicologia social pode contribuir no enfrentamento dos retrocessos apresentados na atual conjuntura?”, de Aline Franco Petegrosso, Fernando Rosa de Oliveira, Gabriela Milaré Camargo e Jean Fernando dos Santos, apresenta as pesquisas e avanços teóricos do Grupo de Estudos de Psicologia Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vinculado ao Núcleo São Paulo da ABRAPSO, nos últimos dois anos; e reflete a partir de uma metodologia cartográfica sobre questões debatidas na roda de conversa realizada no Encontro, a qual suscitou desafios e possibilidades de resistência em um contexto de desmonte das políticas públicas sociais.

Em “Juventudes, Violências, Direitos Humanos e Psicologia Social”, produzido por Débora Cristina Fonseca, Luis Guilherme Galeão-Silva e Priscila Carla Cardoso, encontramos o exame de situações de violência, vulnerabilidade social e violações de Direitos Humanos, bem como a necessidade resgatá-los na perspectiva da Educação e da Psicologia Social. Além disso, enfatiza a importância do relato crítico de memórias políticas, tanto para pesquisa e difusão do conhecimento, como para impulsionar movimentos para lutas,

principalmente neste momento em que o Brasil vive governos autoritários e discriminatórios.

O livro encerra com “Mulheres e suas lutas: um compromisso ético-político”, de Mariana Serafim Xavier Antunes, Cibele Bitencourt Silva e Nathalí Estevez Grillo. Neste temos há o relato das atividades desenvolvidas sobre esta temática durante dois anos no Núcleo São Paulo da ABRAPSO; e reflete sobre o debate realizado numa Roda de Conversa deste Encontro, enfatizando a emergência de perspectivas críticas e compromissadas ético-politicamente, ações que enfrentem a desigualdade de gênero e visibilizem pautas e vozes periféricas.

Esperamos que este livro possa contribuir para estudos, pesquisas e práticas críticas sobre as funções da Psicologia Social, assim como incentive perspectivas comprometidas com a realidade da população brasileira, e mais potentes coletivamente na luta contra discursos pretensamente neutros, preconceituosos, desumanos, ou formas de opressão, de violências e de negação de direitos.

São Paulo, 2019.

Glaucia Tais Purin

Maria Cristina Dancham Simões

Deivis Perez

Eduardo Pinto e Silva

Organizadores

Seção 1

Lutas históricas



A Psicologia Social no Brasil: a dimensão ética e política de sua história

Fernando A. Figueira do Nascimento

Gil Gonçalves Junior

Maria Amélia Güllnitz Zampronha

Thiago Bloss de Araújo

Introdução

Durante uma operação da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Rio de Janeiro, o governador daquele Estado, Wilson Witzel, estava no helicóptero que disparou a esmo contra comunidades periféricas da cidade de Angra dos Reis. Em vídeo, o político, com todo o seu orgulho e fôlego, anunciava: “acabou a bagunça, vamos colocar ordem na casa”. Em poucas palavras: “trata-se do racismo à brasileira!” (MUNANGA, 2017).

Este não foi um episódio isolado em nossa história, em que assistimos a defesa de uma política de extermínio travestida de diferentes formas, inclusive sob o racismo científico. Os açoites, os tiros,

o encarceramento e o extermínio se multiplicaram e são marcas da violência estrutural de nossa sociedade que, ainda em fins do século XIX, permitiu e legitimou a distinção entre superiores, dignos de privilégios, e inferiores, merecedores de humilhação e marginalidade (SOUZA, 2017). Com efeito, é justamente neste movimento, que orientava o desejo de identidade e de modernização nacional na década de 1930, onde vemos a emergência dos primeiros cursos e textos sobre a Psicologia Social publicados no Brasil.

Este ensaio tem como objetivo refletir sobre a história da Psicologia Social no Brasil a partir de sua dimensão ético-política, o que significa compreender as implicações da constituição de seus saberes e práticas como dispositivos políticos de intervenção ideológica na sociedade. Ainda que brevemente, observaremos três momentos distintos: a articulação entre Psicologia Social e saber médico higienista nos manuais de Raul Briquet (1935) e Arthur Ramos (1936); a crítica de Dante Moreira Leite ao ideário higienista e à noção de identidade nacional; a emergência da Psicologia Social crítica e a tentativa de estabelecer um compromisso ético-político que vise a transformação da sociedade.

Nosso argumento é de que, ainda que se encontrem movimentos de ruptura com o higienismo do século passado, parte de seus elementos ainda circulam nos discursos psicológicos e são reproduzidos hoje, tanto por grupos conservadores quanto pela prática psicológica reduzida às classificações e estratégias políticas atravessadas por noções normalizadoras-disciplinares (MELLO; PATTO, 2012; PEREIRA; GUARESCHI, 2017).

A Psicologia Social no Brasil

Raul Carlos Briquet (1887-1953) é considerado o pioneiro dos estudos de Psicologia Social no Brasil. Formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual defendeu a tese de doutoramento intitulada “*Da Psychophysilogia e Pathologia Musicaes*”. Em São Paulo, especializou-se em obstetrícia, sendo um reconhecido

profissional da área e membro do círculo intelectual das elites paulistas.

As mediações que estruturam o seu pensamento são múltiplas: o positivismo de Augusto Comte, o cientificismo da sociologia francesa, o pensamento evolucionista e higienista oriundo do “pensamento social brasileiro” do século XIX e, sobretudo, os princípios liberais de caráter conservador e autoritário que permearam a ideologia das elites paulistas da década de 1930. A derrota na contrarrevolução de 1932, contra o Golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1930, motivou a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, da qual foi fundador e na qual lecionou, em 1933, o primeiro curso de Psicologia Social do Brasil, resultando no primeiro livro desta disciplina publicado no país, em 1935, intitulado **Psicologia Social**.

Em seu manifesto de fundação, os intelectuais se colocavam como a locomotiva que levaria “o povo” e o país ao desenvolvimento. Esta tarefa civilizatória a que a elite paulista se autoincumbiu teve como fio condutor o pensamento cientificista, sobretudo o produzido nos países do hemisfério norte, e era destinado a orientar a política através do método positivo:

E sempre continuamos no mesmo ambiente de hesitações, experiências e desequilíbrio... Dentre eles, entretanto, destaca-se, naturalmente por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos. (KANTOR; MACIEL; SIMÕES, 2001, p. 237-238).

Não é de difícil constatação o fato de que esta elite intelectual dirigente também fazia parte das classes economicamente abastadas e de cor branca, apesar de sua insistente defesa de uma meritocracia baseada nas supostas aptidões naturais de cada indivíduo, em que a justiça social seria realizada ao se colocar “o homem certo no lugar certo.” (PATTO, 2008).

Apesar de Briquet dedicar um capítulo de seu livro para a desconstrução de teorias racistas pseudocientíficas, não escapou dos limites de seu tempo ao reproduzir argumentos embasados no evolucionismo social e na ideia de se aperfeiçoar o povo, além de defender práticas higienistas e de miscigenação com vistas a formar “homens superiores”:

As raças têm todas as qualidades humanas em grau diverso de desenvolvimento. Esta sobressai pela energia física, aquela pelos dotes intelectuais. ...Não se podem atribuir qualidades específicas a indivíduos pelo simples fato de pertencerem a determinada raça ...O cruzamento é fator na produção de homens superiores (BRIQUET, 1935, p. 205-206, grifo dos autores).

Nesse mesmo sentido, o autor defende uma distinção na “organização mental” das raças, “com diferenciação subsecutiva das faculdades culturais” (BRIQUET, 1935, p. 213), ou seja, manifesta uma ânsia pela gênese da diferença entre as raças – hereditária ou cultural – movida pela necessidade ideológica de justificar a desigualdade social.

Em suma, a obra **Psicologia Social** (1935) de Briquet – citada a sobrevoos neste texto – pressupõe uma Psicologia Social que auxiliaria as Ciências Sociais a civilizar a nação brasileira através da inserção do pensamento científico no político. Este projeto, encabeçado por uma elite branca e burguesa, partiu de princípios liberais e democráticos, ao mesmo tempo em que defendeu teorias de cunho racista, seja sob o argumento da “raça”, seja sob o da “cultura”. Cabe lembrar, pois, que a contradição de seu pensamento refletia as condições concretas de seu tempo, que não deixaram de alcançar também Arthur Ramos.

Arthur Ramos (1903-1949) formou-se em medicina em 1926 e, durante sua formação, aproximou-se das obras de Freud, Jelly-Smith, Levy-Burghl e Nina Rodrigues (CORRÊA, 2013; PINHO, 1960). Deste último, interessou-se pelos estudos a respeito do negro e das religiões africanas no Brasil e, ainda que se mantivesse na tradição dos seus estudos no que se refere ao método etnológico e à escolha

de seus objetos, elaborou críticas aos seus pressupostos e resultados, principalmente a sua compreensão que posicionava a mestiçagem como elemento central no atraso do país (RAMOS, 1942). Em 1934, Ramos mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro e, um ano mais tarde, ministrou na Universidade do Distrito Federal o curso de Introdução à Psicologia Social, que resultou no livro de mesmo nome, em 1936.

A obra **Introdução à Psicologia Social** se divide em três partes: os fundamentos da Psicologia Social, a interação mental e as estruturas psicossociais. Na primeira parte, Ramos traçou uma ampla revisão bibliográfica, que incluiu autores como E. Ross, William McDougall, os irmãos Allport, Freud e Kimball Young, entre diversos outros.

Para além de uma Psicologia Social descritiva e individualista, Ramos considerava que os estudos sobre a formação da personalidade, que estabeleceu como conceito central da Psicologia Social, proporcionariam a compreensão da interface entre o organismo biológico, a cultura e a história (RAMOS, 2008). Na tentativa de definição do seu objeto, Ramos concebeu a Psicologia Social como uma ciência entre a sociologia e a psicologia que:

[...] estuda três ordens de fenômenos: em primeiro lugar, [...] estuda as bases psicológicas do comportamento social e por aí se aproxima da psicologia do indivíduo. Em seguida, estuda as inter-relações psicológicas dos indivíduos na vida social. Torna-se então uma interpsicologia, no velho sentido de Tarde. Por fim, a Psicologia Social tem de considerar a influência total dos grupos sobre a personalidade. Ela então se torna uma sociologia psicológica. (RAMOS, 2008, p. 36).

Entre as categorias que ele destacou, o desajustamento social foi considerado como categoria central para a prática da Psicologia Social, enquanto outras, como liderança, opinião pública e conflito social, pertenceriam à Sociologia. Assim, a relação ajustamento-desajustamento, já presente em seus estudos sobre a psicopatologia, conduziu

Ramos à análise das estruturas do funcionamento mental que, como vimos, estão articuladas à dimensão psicossocial admitida no conceito de personalidade (RAMOS, 1937/2008).

Ainda que elaborasse críticas brandas, Ramos não abandonou o higienismo da sua época. Suas proposições sobre o inconsciente primitivo permitiriam avançar em novas linhas as estratégias de correção dos comportamentos, da prevenção da doença mental e da promoção de saúde: o desajustamento tornou-se uma virtualidade, uma potencialidade que repousava em todo o indivíduo. Em resumo, não se tratava de uma degeneração da raça, mas de um dinamismo psíquico ancestral que seria superado em seus aspectos primitivos pela sublimação de seus elementos pulsionais.

Dante Moreira Leite (1927-1976) não deixará de elaborar críticas às noções presentes na obra de Ramos. No entanto, nos dedicaremos a compreender suas contribuições para a Psicologia Social: seus estudos sobre o caráter nacional brasileiro, realizados em seu doutorado, defendido em 1954, sob o título “Caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologia e estereótipos” (LEITE, 1959) e, numa segunda edição, com a pesquisa revisada, ampliada e publicada em 1969 (LEITE, 1983), com o título **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. A diferença entre essas publicações é esclarecida pelo autor no prefácio do livro: não se trata de uma revisão da tese, mas de um novo estudo sobre o caráter nacional brasileiro, mais completo, profundo e detalhado (LEITE, 1983, p. XIII).

Ambas as investigações começam pela revisão do desenvolvimento histórico do conceito de caráter nacional. O final do século XIX ao início do século XX é o auge das teorias com essa temática, quando os europeus, depois de terem contato com ameríndios e africanos, passam a justificar pela teoria evolucionista sua superioridade militar, até então explicada pela vontade de Deus (LEITE, 1959). Essas explicações são refutadas pelo desenvolvimento da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia Diferencial e da Genética. Porém, a noção

de caráter nacional não é eliminada, antes, é reformulada com base em novas teorias que definem a cultura como um todo unitário.

O campo de análise de Leite (1983) se estende das descrições do país e do sentimento nativista na poesia colonial até a primeira metade do século XX. Em cada capítulo, descreve o pensamento mais relevante de cada época. O pesquisador constata que, no final do século XIX e início do XX, o conceito de raças superiores e inferiores era aceito por diversos autores brasileiros. Ressalta alguns, como Nina Rodrigues, que explicitamente se mostram preconceituosos, especialmente contra os negros. Esclarece que as explicações racistas representam um esquema de pensamento do evolucionismo linear, que entende haver raças superiores e inferiores, responsáveis por culturas avançadas e atrasadas, respectivamente. De acordo com essas teorias, negros e índios significam atraso para a cultura branca, e isso explicaria a situação do Brasil, considerado atrasado em relação a outros países.

Dante conclui que os autores investigados, na tentativa de justificar a pobreza de grande parte do povo brasileiro, transferem as teorias de superioridade dos brancos para a explicação da existência de diferentes classes sociais no país (LEITE, 1959), constituindo, portanto, uma justificativa ideológica. Como bem aponta Leite (1983), o problema mais grave de uma teoria ideológica é que pode “chegar a negar a humanidade ou, pelo menos, a humanidade integral de certos grupos” (p. 141), como no caso das teorias racistas, que explicam a situação de pobreza do Brasil ou que são empregadas para justificar o nacionalismo e sistemas totalitários. Mesmo que as teorias racistas tenham sido superadas, a ideologia permanece, e grupos sociais ainda têm sua humanidade negada e são, assim, excluídos socialmente, tendo tanto seus direitos quanto sua existência negados.

Após a II Grande Guerra verificou-se o aumento do interesse pela Psicologia Social à época, entendida como a área do saber que proveria os conhecimentos necessários a entender as causas dos conflitos sociais e, conseqüentemente, contribuir para a superação dos mesmos. Era, pois, um movimento pautado pelo otimismo com essa

ciência e, também, com o futuro da humanidade, que recém havia superado a ameaça do nazismo.

A realidade social subsequente, contudo, seguiu sendo perpassada por conflitos de várias naturezas, alguns dos quais de maior magnitude, como é o caso da Guerra Fria. Além disso, evidenciaram-se inconsistências nos fundamentos da Psicologia Social tal como concebida naquele momento histórico e usualmente nomeada como norte-americana. Com isso, configurou-se a chamada crise da Psicologia Social, ensejando o surgir de novas e contrapostas propostas de produção e aplicação de conhecimento nessa área, nomeadas como Psicologia Social Crítica.

No Brasil, o desdobrar dessa crise – impulsionado, ademais, pelas críticas próprias e as partilhadas com psicólogos sociais da América Latina em encontros da Sociedade Interamericana de Psicologia/SIP – deflagrou esforços para produzir e aplicar um conhecimento condizente com a realidade social vigente, resultando na configuração da Psicologia Social Sócio-Histórica, que tem na professora Silva Lane aquela que é tida como sua principal impulsionadora, e que, juntamente com o professor Wanderley Codo, organizou a obra **Psicologia Social: o homem em movimento** (2010), na qual são apresentadas as bases da Psicologia Social Sócio-Histórica. As sucessivas reedições e reimpressões dessa obra, publicada inicialmente em 1984, atestam o contínuo interesse pelo seu conteúdo.

Nos termos dessas bases, a Psicologia Social deve contribuir para os indivíduos desvelarem a ideologia que sustenta a ordem social na qual vivem e legitima as adversas condições materiais e psíquicas a que estão compelidos. Portanto, deve produzir um conhecimento favorecedor da emersão de uma consciência crítica que permita ao indivíduo assumir a condição de agente de mudanças sociais, sendo assim, além de produto, também produtor da ordem social em que vive.

A escolha do materialismo dialético como fundamento epistemológico, a recusa em adotar um método único – o experimental – e o recurso a contribuições de outras ciências sociais, foram os fundamentos

que permitiram identificar essa ideologia e alcançar a configuração e os objetivos de uma psicologia social que, considerando-se momento histórico em que surge, quando o país vivia os efeitos mais perversos do modelo econômico e das práticas repressivas de uma ditadura militar, de fato, assume uma inequívoca dimensão política, seja *stricto sensu*, pois busca contribuir para que os indivíduos assumam a condição de sujeitos de mudanças sociais, seja *lato sensu*, pois isso expressa, no âmbito desse saber, o repúdio àquilo que determinara a ascensão de ditaduras em muitos países de nosso continente: a imposição de seus valores e interesses para outros povos, por um dos lados que protagonizou a Guerra Fria, os EUA.

Ressalte-se que elementos desse contexto têm se mostrado historicamente renitentes ou latentes, e dentre estes alguns ameaçam ressurgir no momento atual, como bem explicitado na introdução a este texto, conferindo assim atualidade à Psicologia Social Sócio-Histórica, exatamente pela dimensão política implícita em sua configuração e objetivo. Isso porque, assim como à época de seu surgimento, também, ou talvez mais ainda hoje, evidencia-se a necessidade de negação da neutralidade da ciência, assim enunciada por Andery: “a ciência [...] não é neutra nas suas motivações nem na escolha de seu objeto de estudo. Não é neutra nas suas alianças com as forças econômicas e políticas atuantes na sociedade.” (2010, p. 207).

Tal negação, ademais, traduz aquilo que a professora Silvia Lane nomeava como o “compromisso social da Psicologia” e constituiu-se em princípio norteador de toda a sua trajetória. Por óbvio, não o compromisso com forças sociais a serviço da submissão dos indivíduos a interesses que lhe são alheios, mas sim com aquelas cuja ação é regida por práticas e princípios emancipatórios desses mesmos indivíduos.

Considerações finais

Este breve ensaio explicitou, de maneira geral, os desdobramentos ético-políticos da Psicologia Social no Brasil em sua História, a qual

encontra seu nascimento e sua crise, não por acaso, em momentos de golpe de Estado, em 1930 e 1964. Determinada pelas teorias raciais e pelo higienismo do início do século XX, a Psicologia Social aqui introduzida em 1930 com Raul Briquet se estruturou a partir de um pensamento conservador, autoritário e racista, travestido de liberal e supostamente científico. Embora Arthur Ramos avance o conhecimento produzido pela Psicologia Social ao excluir elementos raciais de sua teoria, ainda é influenciado pelo pensamento anterior racista ao relacionar a religião africana ao folclore e o negro ao pensamento primitivo. Foi com Dante Moreira Leite, nas décadas de 1950 e 1960, que se iniciou uma crítica destas teorias, por ele consideradas ideológicas, sobretudo, à desumanização que produziam. Contudo, apenas na década de 1970 foi realizada a crítica mais profunda aos pressupostos científicos, éticos e políticos da Psicologia Social, através da figura de Silvia Lane. Como conclusão, cabe destacar que a Psicologia Social no Brasil sempre foi convocada a responder pelo autoritarismo de seu tempo, seja para afirmá-lo, seja para negá-lo.

Referências

ANDERY, A. A. Psicologia na comunidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.) **Psicologia social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo, Brasiliense, 2010, p. 203-220.

BRIQUET, R. **Psicologia Social**. São Paulo: F. Alves, 1935.

CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade: Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. 3. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

KANTOR, I.; MACIEL, A. D. e SIMÕES, A. J. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)**. São Paulo: Escuta, 2001,

LANE, S. T. M. Avanços da Psicologia Social na América Latina. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Org.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 67-81.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.) **Psicologia social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo, Brasiliense, 2010.

LEITE, D. M. **Caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas através de ideologias e estereótipos**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1983.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Org.). **O racismo no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 33-44.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PATTO, M. H. S.; MELLO, S. L. Psicologia da violência ou violência da psicologia? In: PATTO, M. H. S (Org.). **Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012, p. 23-62.

PINHO, P. M. **São assim os baianos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. A psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100200&script=sci_abstract&tlng=pt

RAMOS, A. **Introdução à Psicologia Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. (Original publicado em 1936).

RAMOS, A. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1942. Recuperado de <https://bdor.sibi.ufjf.br/bitstream/doc/309/1/224%20%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

RAMOS, A. **Loucura e crime**. Porto Alegre: Globo, 2008. Original publicado em 1937.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



Luta interseccional contra a máquina de extermínio das populações negras, mulheres e pobres no Brasil

Juarez Tadeu de Paula Xavier

Introdução

No Brasil, a escravização de populações africanas moldou todas as instituições, públicas e privadas da sociedade: estado, mercado e segmentos sociais¹.

A musculatura da instituição escravocrata fez com que o país fosse o último a aprovar a abolição (lenta, gradual, segura, controlável, e sem inclusão) do trabalho escravo no mundo ocidental, depois de várias colônias/países, no final de século XIX, em 13 de maio de 1888².

.....
1 SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930**. 1993.

2 SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**, 2018.

O estado nacional emergiu com dois vetores que legitimam o exercício da violência: o da **coerção**, contra os corpos negros e os “não normatizáveis”, como mulheres, indígenas e pobres (que estimula as altas taxas de homicídios) e o da **persuasão** (que cristaliza as noções de meritocracia e supremacia branca, rompendo laços de solidariedade com a população em condições de vulnerabilidade social)³.

A pauta principal do combate político do movimento negro moderno é o desmonte dessa máquina de destroçamento de corpos e sonhos, que rouba o passado, presente e o futuro de mulheres e homens afrodescendentes, em especial dos jovens (ATLAS DA VIO-LÊNCIA, 2019)⁴.

Extensão da escravização negra no Brasil

Entre os anos de 1550, quando há o início do registro de ingresso de africanas e africanos no país, na condição de escravizados, e 1850, quando o país adota o fim do tráfico humano, depois de aceitar o acordo em 1831, com a Inglaterra, sem tê-lo cumprido, como entrou no anedotário nacional “para inglês ver”, o país foi o maior importador de mão de obra escravizada, em todo os territórios americanos, suplantando em muito os países do norte, centro e ao sul do continente.

No total, 4.8 milhões de pessoas, entre crianças, jovens, mulheres e homens, chegaram ao Brasil, do século XVI ao século XIX. O número representa 46% de todo o comércio humano registrado entre a África e as Américas⁵.

A lógica desse mercado humano implicou a composição e a dinâmica de demografia negra. Nos três séculos e meio em que perdurou o tráfico, de cada cem indivíduos que ingressaram no país, 86

.....
3 ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**, 2018.

4 Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 27.junho.2019, às 16h28.

5 Recuperado de <https://educadiversidade.unesp.br/>

eram de afrodescendentes, com predominância masculina; 14 desses indivíduos eram brancos de procedência europeia, em sua maioria, e predominância masculina. Essa equação levou à prática generalizada do estupro de mulheres negras e indígenas, como forma de controle e submissão dos seus corpos (CARNEIRO, 2011).

O estado brasileiro é um dispositivo de coerção negra, persuasão da população branca no letramento da “branquitude”, e da população negra, no letramento da subserviência, desde o período inaugural, em 1808, com a chegada da família real.

A chegada da corte ao Brasil se deu em um contexto de enfrentamentos radicais contra a escravização nas Américas. A revolução no Haiti [1791/1804] despertou nas elites escravocratas das Américas o medo da onda negra.

A grande presença negra (segregada e violentada) enchia de temor o pequeno contingente de brancos na sociedade (com acesso a todos os privilégios materiais e simbólicos que a sociedade escravista assegura), e cindia o grupo social em dois blocos de classes, nitidamente irreconciliáveis.

O grande laboratório da violência interseccional do estado brasileiro foi a repressão ao Arraial de Canudos, contra negros, pobres e, com especial truculência, contra as mulheres, no interior do Sertão Baiano, entre os anos de 1896 e 1897, na “Guerra de Canudos” (CUNHA, 1984).

Calculam-se mais de 25 mil mortes: 20 mil moradores locais e cinco mil do exército. Os números expressam as assimetrias das forças em confronto, dada à organização, estratégias e equipamentos mobilizados pelos dois lados da batalha. A linha do tempo da peleja mostra o aumento do clima de tensão, a cada investida mal sucedida por parte das forças regulares da recém República, inaugurada em 15 de novembro de 1889.

As teorias do “racismo científico”, que tomam conta da agenda política do país na segunda metade do século XIX, justificam a brutalidade do exército “na faxina étnica” no Sertão Baiano, e o início

da transição demográfica no país, com a intensificação da imigração europeia, a fim de substituir a mão de obra escravizada pela “livre” e “branca” (SCHWARCZ, 1993).

Canudos: laboratório da destruição

“Canudos” legou ao léxico brasileiro uma palavra que frequente, desde então, o imaginário social: Favela, definida com um conjunto de moradias em condições precárias, sem os direitos previstos pelas Constituição Brasileira, de 1988⁶.

A palavra tem origem no Morro da Favela, localizado na região do Arraial de Canudos. O nome foi emprestado da planta *Cnidocolus quercifolius*, (ex *Jatropha phyllacantha*), conhecida na localidade como favela, faveleira, faveleiro ou mandioca-brava. Os combatentes que voltaram à capital federal, na época a cidade do Rio de Janeiro, com o fim dos conflitos, receberam a autorização para ocupar o Morro da Providência, considerada a primeira favela erguida na cidade, e passaram a chamar o local e as suas moradias com o nome da planta sertaneja⁷.

O projeto de estado brasileiro atingiu a perfeição, recebendo o “diploma” de formatura em Canudos, com o desenho de uma sociedade desigual, em que vigoram o racismo institucional e a desigualdade abissal entre negros e brancos, homens e mulheres, ricos e pobres, e congelou a população afrodescendente na base da sociedade.

A desigualdade social, característica do país, não foi superada ao longo do século XX. Pelo contrário. Ela se aprofundou, criando um fosso que divide a sociedade entre os que têm acesso pleno aos capitais econômico, cultural, social e político (uma ínfima minoria, cerca de

6 Constituição da República Federativa do Brasil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

7 “Conheça a história da primeira favela do Rio, criada há quase 120 anos”. Recuperado de <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>

1%) e um universo de pessoas colocadas à margem dos direitos básicos da cidadania, previstos na Constituição.

O Brasil é um dos países que apresenta maior concentração de renda, entre os da mesma classe de desenvolvimento. Em pesquisa comparativa pelo mundo afora, dados informam que 1% da população mais rica concentra 27,8% da riqueza nacional. No país, os dados são ainda mais perversos⁸.

Um dos componentes mais visíveis da diferença de condições na sociedade é a violência contra jovens, que rouba sonhos, vidas e o futuro do país. No Atlas da Violência de 2019, esse fenômeno é classificado como “juventude perdida”. O indicador de violência não encontra paralelo, segundo os especialistas que produziram o relatório. Há, no Brasil, uma perversidade perfeita: uma desigualdade que estimula à violência, e a violência que retroalimenta a desigualdade, com a materialidade do sistema de apartheid social, onde todas e todos se sujam com a lama da escravização (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

A desigualdade e a violência racial andam de mãos dadas e evidenciam a ferocidade interseccional: mulheres, jovens e negros são os alvos essenciais da brutalidade seletiva que ceifa vidas e boicota o futuro do país.

Biopolítica e racismo

O sociólogo camaronês Achille Mbembe (2018) recupera o conceito de biopolítica. Segundo o pensador, a categoria indica formas de disciplina que visam governar o conjunto da população, e determina quem vive e quem morre, em razão das políticas adotadas pelo estado.

Assim, as ações do estado não são neutras.

Essa característica da biopolítica dá base para o racismo (racial e social) institucional e abarca a prática das “políticas públicas” que

.....
8 “País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras, 2018.” Recuperado de www.oxfam.org.br

afetam diretamente as condições de vida e morte dos negros (pretos e pardos) no país.

A percepção desse fenômeno foi a célula criadora do “movimento negro moderno”, no enfrentamento ao preconceito (visão de menor valia da população negra), à discriminação racial (segregação física e simbólica da população negra na sociedade) ao racismo (taxas de morbidade da população negra na sociedade), desde 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), mais tarde, Movimento Negro Unificado (MNU), no dia 18 de junho, em resposta à discriminação racial sofrida por quadro atletas do time infantil de voleibol no Clube de Regatas Tietê, e à tortura e morte do operário Robison Silveira da Luz, no 44º Distrito Policial de Guaianases⁹.

Nas últimas décadas, foram registrados avanços na construção e consolidação dos direitos humanos relativos à população negra, juventude negra, jovens negras, mulheres negras, comunidades remanescentes de quilombo, comunidades de terreiros e nas universidades públicas.

Na linha do tempo, pode-se pontuar os seguintes avanços nos últimos 40 anos:

1. 1978: Fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), atual Movimento Negro Unificado (MNU);
2. 1988: Assembleia Nacional Constituinte (Constituição) – criminalização do racismo como inafiançável e imprescritível;
3. 1988: Comunidades Remanescentes de Quilombo;
4. 1989: Aprovação da Lei 7.716, que criminaliza a prática do racismo;

.....
9 “Uma história oral do Movimento Negro Unificado por três de seus fundadores”. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores/>

5. 1995: Marcha Nacional Zumbi dos Palmares – Brasília – e criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para o levantamento dos indicadores do Racismo Institucional do estado brasileiro, reconhecido pelo governo;

6. 2001: Delegação Brasileira participa da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata – inicia-se o debate sobre a importância das cotas como plataforma de enfrentamento ao racismo;

7. 2010: Adoção do Estatuto Igualdade Racial;

8. 2012: Aprovação da Lei nº 12.711/2012, que institui a reserva de vagas (cotas) para estudantes pretos, pardos e indígenas de escolas públicas, e reconhecimento da sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF);

9. 2014: “Campanha Jovem Negro Vivo” – Anistia Internacional; 2015: 1ª Marcha das Mulheres Negras;

10. 2018: Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro: Segurança Alimentar, nutricional e Inclusão produtiva (XAVIER, 2019).

Políticas de Ação Afirmativa: cotas nas universidades públicas

A Universidade Estadual Paulista (UNESP) adota o Sistema de Reversa de Vagas para Educação Básica Pública e, nessas condições, para autodeclarados para pretos, pardos e indígenas (SRVEBP+PPI), desde 2013.

Ela foi a primeira universidade estadual paulista a assumir essa política, logo após a aprovação das reservas em âmbito nacional, Lei nº 12.711/12, pelo governo federal, com o mesmo fundamento: contribuir por intermédio das políticas públicas para a superação das desigualdades.

A instituição aprovou sistema para estudantes de escolas públicas, com quatro quesitos: (a) 50% para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (b) 35% dessas vagas são preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas; (c) atingir em cinco anos a meta de 50% de estudantes de escolas públicas; (d) metodologia que assegure “até o limite de vagas fixadas para cada curso e turno”.

Em 2016, surgiram denúncias sobre possíveis fraudes nas auto-declarações. A universidade formou uma comissão provisória para a apuração das denúncias, no prazo de 180 dias, formada por docentes especialistas nos estudos das relações étnico-raciais, servidores técnico-administrativos e estudantes. Ao final do prazo, a comissão concluiu que havia fortes indícios de fraudes, com o estímulo externo de cursinhos comerciais.

No segundo semestre de 2017, a comissão tornou-se permanente e elaborou instruções normativas para disciplinar a verificação das auto-declarações nas unidades, sob responsabilidade das direções locais, com a representação de todos os setores (servidoras e servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes), e a organização do fluxo processual da denúncia à definição dos órgãos responsáveis; as unidades ou à reitoria, em casos de desligamento.

As pesquisas realizadas nesse período sobre o rendimento dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas mostram aproveitamento similar ao dos estudantes que ingressaram pelo sistema universal. Esses estudantes, além do aproveitamento, demonstram maior aderência à instituição, com repertório abrangente de participação acadêmica na instituição e em suas instâncias de gestão.

Assim, além do pioneirismo na adoção das cotas, a Universidade Estadual Paulista cristalizou um conjunto de políticas internas, em sintonia com as políticas públicas estaduais e federais, para contribuir com as ações de enfrentamento e superação das violências raciais, caracterizadas como preconceito, discriminação e racismo.

Paralisar a máquina do extermínio

Nesses anos, o objetivo das ações políticas do movimento social de negros é a destruições das estruturas que reproduzem, nas dimensões objetivas (destruições de corpos não brancos e normatizáveis) e subjetivas (destruição das áreas e espaços de rearticulação das subjetividades negras), e promovem genocídio, etnocídio e epistemicídio da população preta e parda, em escala industrial,

Sem a carbonização desse modelo perverso não há alternativas à civilização brasileira. Essa é tarefa do movimento negro, mas também da população branca democrática, base para a formação de um amplo movimento antirracista, condições indispensável para quebrar a máquina de extermínio de afrodescendentes, jovens, mulheres, *gays*, lésbicas, população *trans* e pobres, que caracterizam o Brasil moderno, em especial a partir das eleições presidenciais de 2018, em que o cinismo ocupou o lugar da hipocrisia, sob o manto do fascismo.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. **Atlas da Violência nos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. **Racismo: as políticas de ação afirmativa na universidade**. Recuperado de <https://educadiversidade.unesp.br/>



A retomada do manicomialismo no retrocesso bolsonarista

Luiz Carlos da Rocha

Roselania Francisconi Borges

Daniele de Andrade Ferrazza

Nascida em 1980, no bojo da luta contra a ditadura, a ABRAPSO sempre esteve ao lado da liberdade, da democracia, da justiça social e dos direitos populares à educação, à saúde e às condições dignas de trabalho. Hoje, nos desafia um tempo em que todos esses valores, que dão sentido a nossas vidas, estão sob séria ameaça. Isso ocorre notadamente em nosso país, onde tramas parlamentares e judiciárias – instadas pela manipulação midiática – resultaram em estimular no imaginário público e alçar ao poder forças absolutamente inusitadas. Não as do mero conservadorismo, sempre resistente às mudanças, mas as de um reacionarismo brutal, saudoso de um passado perverso. Desta forma, o que está em jogo não é só a manutenção dos limitados avanços de uma sociedade que há pouco conheceu um breve período progressista, onde foi debelada a fome, houve aumento da renda do trabalhador, ampliou-se o acesso à educação, à saúde e a outras políticas públicas sociais. Notadamente, tais conquistas estão

sendo destruídas, ou estão em declínio. Ademais, essas mazelas são apenas a ponta visível do enorme *iceberg* que nos ameaça. Precisamos considerar a necessidade urgente de estarmos preparados para a resistência contra a destruição das próprias conquistas da civilização humana em nosso país.

Em meio a esse contexto de brutalidade e anacronismos desenvolve-se também uma investida contra o movimento de Reforma Psiquiátrica brasileira, contra o modo psicossocial de atendimento ao sofrimento psíquico e volta a aparecer um forte incentivo à internação como forma de tratamento.

É nesse panorama que compreendemos, hoje, a necessidade premente da luta contra “A retomada do manicomialismo no retrocesso bolsonarista”, título da mesa apresentada no XIV Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo, aqui brevemente resenhada. Neste texto, objetiva-se denunciar a farsa de que a internação possa ser considerada uma forma adequada ao atendimento de qualquer forma de padecimento psíquico. Esta exposição está dividida em três partes, as quais resumem as pontuações apresentadas por cada participante da referida mesa.

A primeira, com o título de “Breve histórico da farsa da internação como tratamento: desfazendo mitos”, enceta um rápido histórico do desenvolvimento do manicomialismo europeu desde seu surgimento, no século XIX, até o início de seu desmonte, depois da II Guerra Mundial.

A segunda, intitulada “A retomada do manicomialismo no retrocesso bolsonarista na nova Política Nacional de Saúde Mental”, almeja discutir aspectos que concernem às recentes mudanças ocorridas na legislação que ampara as ações de saúde mental na perspectiva da Atenção Psicossocial.

A terceira, com o título “Enfrentamentos da Atenção Psicossocial na luta contra a manicomialização das toxicomanias”, pretende analisar o paradigma da Atenção Psicossocial no cuidado aos usuários de álcool e outras drogas e que, em contraposição aos retrocessos

bolsonaristas em sua ênfase manicomial, hospitalocêntrica e proibicionista, tem apresentado estratégias para acolhimento e atenção às especificidades daquela população que vivencia também situações de vulnerabilidade social.

Finalizamos com as conclusões que, esperamos, possa ser uma contribuição à resistência a essa ameaça de volta à barbárie do aprisionamento como forma de tratamento.

Breve histórico da farsa da internação como tratamento: desfazendo um mito

O uso da internação como recurso de tratamento do que hoje chamaríamos de problemas de saúde mental surgiu na passagem dos séculos XVIII/XIX com as reformas pinelianas, fundadoras do manicomialismo moderno. Philippe Pinel (1745-1826) estabelece, para seus Asilos de Alienados, uma modalidade de terapêutica denominada Tratamento Moral. Este tratamento, basicamente, consistia em fazer do interior do asilo um espaço rigorosamente disciplinado, com horários e regras de conduta bem estabelecidas, onde os pacientes cumpriam uma sistemática de trabalhos manuais metódicos. A pedra de toque do tratamento era a esperança de que, tendo que habitar longamente nesse espaço racionalmente disciplinado, os pacientes acabassem por introjetar a ordem e a disciplina da qual estariam alienados. Pinel era um homem moderno, entusiasta dos valores da Revolução Francesa, mas suas concepções de disciplina e de trabalho metódico eram as das necessidades fábriis que a Revolução Industrial impunha à subjetividade de todos os seus contemporâneos. O mesmo acontecia com a internação, só que com uma gravidade superlativa. Pinel desenvolve suas concepções numa Europa onde a internação estava ferreamente estabelecida como recurso de controle social há pelo menos dois séculos. Grandes casas de internação encerravam, no mesmo espaço, mendigos, órfãos, doentes, velhos, sentenciados, rebeldes ou qualquer pessoa que não pudesse prover sua subsistência

ou que, de alguma forma, fosse considerada inconveniente. Foi justamente em um desses internatos que Pinel resolveu separar de toda a pluralidade de tantos outros aqueles a quem considerava alienados, para os quais criaria um internato próprio. A internação asilar dos alienados de Pinel, então, não apareceu como uma escolha de recurso terapêutico apropriado, mas impunha-se como herança histórica irresistível sobre o imaginário de todos. E foi assim também com a criação das instituições penitenciárias, com os asilos de velhos, com os reformatórios de jovens, todas formatadas às tradições de internação (FOUCAULT, 2009).

A herança de internato se estenderia ainda por muito tempo, ainda que já não se encontrasse nesse recurso ancestral nenhuma funcionalidade, e isto ficaria provado ainda no século XIX. As concepções de Pinel eram muito pouco afeitas à medicina, e isso desagrada profundamente a corporação médica. Na segunda metade daquele século, esse desconforto claramente corporativo seria expresso pelo médico vienense *Bénédict Augustin Morel* (1809-1873), que descartaria as concepções de Pinel como psicologistas e estranhas à medicina. Na concepção *moreliana*, o eixo da classificação das alienações se deslocará da descrição dos sintomas visíveis para as supostas causas originadoras dos fenômenos patológicos. E essas haveriam de ser orgânicas, como seria próprio a uma especialidade da medicina. Estava lançada a Teoria da Degenerescência, fundadora de uma espécie de alienismo biológico, *a priori*, e sem nenhuma evidência, mas que ensejaria o surgimento da moderna psiquiatria biológica. Ao lado da ideia de anormalidade biológica, a hereditariedade também foi postulada como fundamento do padecimento mental, ainda que sequer as noções mendelianas fossem conhecidas. Em suma, é preciso saber que o ajuste médico às concepções alienistas nem de longe movia-se por qualquer avanço científico ou terapêutico. Pelo contrário, sua base era confessadamente teológica e seus recursos de tratamento eram reconhecidamente nulos. Ainda assim, a nova formulação foi acolhida com avidez corporativa pela medicina. Seus resultados foram absolutamente catastróficos.

Como não se tinha a mínima ideia de onde se localizaria ou como se poderia intervir nessa suposta degeneração orgânica, os diagnosticados passaram a ser considerados infensos a qualquer terapêutica. Entretanto, o costume de internar, ainda que fosse então reconhecido pela própria medicina como absolutamente inócuo, não só foi mantido como expandiu-se extraordinariamente, tornando-se vitalício. Estava aberta a época de terror da psiquiatria de população. Nesse contexto, os bairros pobres sofrem o disciplinamento higienista e os manicômios transformam-se em morredouros repletos de suspeitos daquele mal orgânico. A brutalidade dos procedimentos de coerção que administravam a superlotação manicomial eram justificados como terapêuticos, tanto como as mortes tomadas como inevitáveis. É chocante ter que lembrar disso, mas o fato histórico é que, de meados do século XIX até o pós-guerra, transcorreu praticamente um século ininterrupto de um verdadeiro holocausto manicomial. Nesse período, o determinismo biológico e a noção preconceituosa de uma inelutável hereditariedade do sofrimento psíquico ofereceram as bases das políticas de população eugenistas que proliferam em todo o mundo, tendo seu paroxismo na Alemanha hitlerista. Foi a derrota militar do nazifascismo – e a amarga descoberta de seus campos de concentração e extermínio – que tornou o horror da internação manicomial dificilmente defensável. Abrem-se, então, como um imperativo da luta contra o ideário nazifascista, os tempos das reformas psiquiátricas que promoverão a gradativa extinção do manicomialismo, essa herança maldita que concebe o aprisionamento e a segregação como recursos de controle das mazelas sociais.

Política nacional de saúde mental: da constituição às ameaças de retrocesso

Como em diversas partes do mundo, em solo brasileiro, no contexto do processo de redemocratização do país deflagrado no final da década de 1980 após décadas de luta por direitos e melhores condições

de vida, diversos movimentos sociais vão ganhando corpo e vinculando suas bandeiras à construção de políticas públicas, entre elas, a saúde. Até então restrita aos que por ela pudessem pagar, a saúde passa a ser concebida como um direito universal, ou, como bem apontou Arouca (2003), como um bem social que deveria estar ao alcance de todos.

Com a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, e a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, são instituídos marcos legais que alteram profundamente a organização da saúde pública no país. No lastro dos princípios fundamentais do SUS, de universalização, equidade e integralidade, o movimento denominado Reforma Psiquiátrica brasileira, gestado deste a década de 1970, fincou em definitivo suas raízes, estas inspiradas nas asserções do psiquiatra italiano Franco Basaglia (1924-1980), de que a velha psiquiatria sempre se preocupou com a doença e “relegou, aprisionou e excluiu” o sujeito do sofrimento. Para tanto, haveria a necessidade premente de colocar “o mal entre parênteses, ou seja, colocar entre parênteses a definição e o rótulo” da enfermidade para que fosse possível ocupar-se do sujeito, em sua existência-sofrimento (BASAGLIA, 1985, p. 28).

Estavam lançadas as sementes de um processo que perpetraria de forma contundente a construção de estratégias voltadas ao cuidado em liberdade, sob o lema “por uma sociedade sem manicômios”, criado pelo Movimento da Luta Antimanicomial (MLA) e pactuado no II Congresso Nacional do Movimentos de Trabalhadores em Saúde Mental, realizado em Bauru, em 1987. Ao longo das décadas seguintes, o MLA configurou-se como o mais importante movimento social pela Reforma Psiquiátrica brasileira e pela extinção dos manicômios (AMARANTE, 2006).

Seguidos anos de investimentos contra as incontáveis formas de violência e violação de direitos praticadas em instituições asilares culminaram com a criação da Lei nº 10.216/2001, buscando garantir a proteção e os direitos dos sujeitos em sofrimento psíquico e o redimensionando do modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001).

No cerne das iniciativas de superação do modelo asilar/manicomial, foram sendo configuradas práticas voltadas a um novo modo de cuidado denominado Atenção Psicossocial. Experiências desenvolvidas em diversas regiões do país foram dando corpo e vitalidade à lógica do cuidado em liberdade, em contraposição à lógica manicomial, impostando “...parâmetros capazes de elucidar um paradigma fundamental em ação nas práticas em saúde mental contemporâneas” (COSTA ROSA, 2000, p. 141).

Esse novo modelo assistencial em saúde mental, assentado na lógica do cuidado, passou a ser delineado mais concretamente com a criação de uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por equipamentos e estratégias comprometidas com a substituição progressiva do modelo hospitalocêntrico e manicomial, de características opressivas, autoritárias e excludentes, em favor de uma rede territorial de serviços intersetoriais, com oferta de cuidado em liberdade, visando a ampliação da autonomia e a desinstitucionalização. Conforme Saraceno (2010), a premissa fundamental é que o isolamento é antiterapêutico e iatrogênico, e que a liberdade é condição para o desenvolvimento ou a manutenção da capacidade de estabelecer contratualidade social.

Porém, mesmo após décadas de construção de novas concepções em saúde mental e ainda com um vasto horizonte a ser descortinado no que tange a mudanças de paradigma no trato às questões concernentes ao sofrimento psíquico, vimos constatando com grande perplexidade inúmeros retrocessos a partir do ano 2017, rumo a um verdadeiro desmonte gradual da RAPS, desnudado de vez na Nota Técnica nº 11/2019 intitulada “Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes na Política Nacional sobre Drogas”, publicada pelo Ministério da Saúde em 4 de fevereiro de 2019. Este documento aponta “novas” diretrizes que renegam a ampliação da rede substitutiva e incentiva a criação de novos leitos em hospitais psiquiátricos e o aumento de financiamento às comunidades terapêuticas, defende que sejam adotadas apenas condutas consideradas “baseadas em evidências científicas”, incentiva o uso de

eletroconvulsoterapia, a internação de crianças em instituições psiquiátricas e estabelece que as “estratégias de tratamento terão como objetivo que o paciente permaneça abstinente, livre das drogas”, entre outras práticas anacrônicas (BRASIL, 2019, p. 06).

De forma quase imediata, diversos pesquisadores e militantes em prol da Reforma Psiquiátrica lançaram um resposta rechaçando o conteúdo da referida Nota Técnica, identificando em seu texto inconsistências históricas, técnicas, legais, normativas e éticas. Alertam eles que o protagonismo dado aos hospitais psiquiátricos e às comunidades terapêuticas, a proposta de Guerra às Drogas, em substituição a estratégia de Redução de Danos, bem como outras mudanças na política de saúde mental terão como consequências nefastas, entre outras, o aumento da violação de direitos que já ocorrem nas instituições manicomial e a iatrogenia (NOTA TÉCNICA, 2019).

É, portanto, nesse panorama histórico da luta da civilização contra a barbárie que devemos examinar e enfrentar o retorno ao modelo asilar/manicomial, calcado na segregação e no enclausuramento como supostos recursos de atendimento às questões atinentes à saúde mental. Esse cenário promovido pelo atual governo nos faz lembrar o que sabiamente alertou Costa Rosa (2000, p. 167) ao afirmar, ainda na virada do século XX, que “...temos que nos precaver, pois não há, a priori, o que nos garanta um futuro sem riscos para as práticas do modo psicossocial”.

Enfrentamentos da Atenção Psicossocial na luta contra a manicomialização das toxicomanias

Dentre os diversos retrocessos promovidos pelo governo Bolsonaro, abordamos aqui sumariamente a implantação de uma verdadeira contrarreforma na política de saúde mental em relação aos usuários de álcool e outras drogas. As ações retrógradas estão marcadas claramente pelas perspectivas proibicionistas e manicomialistas que aqui destacamos com base em três acontecimentos recentes.

Primeiro, o escandaloso engavetamento da pesquisa nacional realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) que, ao investigar entre os anos de 2014 e 2017 o consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas por brasileiros, conclui sobre a inexistência de uma epidemia do *crack* ao constatar que apenas 0,9% da população usou a droga alguma vez na vida. Diante de dados que contrariam o terrorismo higienista do bolsonarismo de uma epidemia de drogas ilícitas, a pesquisa, que custou sete milhões aos cofres públicos, foi censurada com a alegação oficial do Ministério da Justiça e do Ministério da Cidadania de que supostos problemas metodológicos impedem que o estudo possa ser considerado ‘confiável’ (GARÇONI, 2019).

O segundo acontecimento refere-se a Lei nº 13.840, publicada em 5 de junho de 2019, e que prevê a internação involuntária como prioridade na estratégia de tratamento de usuários de álcool e outras drogas. A medida poderá significar a retomada da ênfase higienista em sua sanha de internação e exclusão social como forma de controle e punição de populações consideradas inadequadas e desajustadas (BRASIL, 2019).

O terceiro acontecimento de destaque está relacionado com a Nota Técnica nº 11/2019, que prevê tanto incentivos financeiros para a contratação de mais de 12 mil leitos em comunidades terapêuticas em todo o país, quanto a extinção da política de vistorias e fechamentos de grandes hospitais psiquiátricos historicamente marcados pela violação de Direitos Humanos. Se não bastasse o trágico cenário de retrocesso, o Ministério da Saúde, ainda naquela mesma Nota Técnica, estabelece o imperativo da abstinência como única estratégia de cuidado aos usuários de álcool e outras drogas, em detrimento das ações de Redução de Danos previstas em portarias ministeriais resultantes de duras conquistas dos movimentos antiproibicionistas e antimanicomiais. Como comentava Eliane Brum (2013), ao debater o holocausto proporcionado pelo hospício de Barbacena no interior de Minas Gerais:

[...] se ontem eram os epiléticos, as prostitutas, os homossexuais, as meninas pobres e grávidas, as esposas insubmissas, hoje os proscritos que se desenham no horizonte histórico são os drogados – e especificamente os craqueiros [grifo do autor]. E o destino apresentado como solução tem sido, de novo, a internação. Inclusive a compulsória. (BRUM, 2013, on-line)

Sentenciados a uma “nova política de saúde mental”, que mais se assemelha às velhas tecnologias de sequestro e encarceramento de pobres do século XVII e XVIII (FOUCAULT, 1972), usuários de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas tendem a ser transformados em suportes lucrativos para aqueles que defendem políticas ministeriais de financiamento de comunidades terapêuticas e de investimento na criação de mais leitos em hospitais psiquiátricos. Em alusão aos antigos interesses mercantis da famigerada “indústria da loucura”, na trágica contemporaneidade brasileira, promove-se a “indústria de internações das toxicomanias”, por meio do apoio e promoção das chamadas comunidades terapêuticas. Estas, ainda que sob inúmeras denúncias de maus tratos, violência física e verbal, abuso sexual, contencões químicas, imposição de crenças religiosas, péssimas condições de alimentação, higiene e habitação, são destacadas como centrais no processo de um suposto tratamento do uso abusivo de substâncias psicoativas. E esse “tratamento”, hoje, está alicerçado nos dois pilares das políticas bolsonaristas: o fundamentalismo da abstinência e o isolamento social das velhas formas de internação (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Nessa perspectiva, criar estratégias de enfrentamento e resistência na luta contra a retomada manicomial e a manutenção do proibicionismo significa resgatar e fortalecer o paradigma da Atenção Psicossocial em todas as suas diferentes dimensões, como pontuou Amarante (2007), essa figura emblemática da luta antimanicomial brasileira. No âmbito teórico-conceitual, inspirado em Franco Basaglia, a proposta é colocar a denominada “dependência química” entre parênteses, para entrar em contato com a complexidade da existência e do sofrimento

do sujeito que faz uso abusivo de álcool e outras drogas. No campo técnico-assistencial, a defesa deve ser pela manutenção e ampliação de estratégias promovidas pelas diversas modalidades de serviços substitutivos à internação manicomial em seus formatos de Centros de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas (CAPS AD), além de ações também nos diversos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial Intersetorial (RAPS). Na dimensão político-jurídica, talvez a mais repleta de desafios atuais, a proposta é lutar pela garantia de políticas públicas referenciadas na estratégia de Redução de Danos na promoção de autonomia do sujeito e no cuidado de si. Finalmente, na dimensão sociocultural, a proposição é de transformações do imaginário social sobre as denominadas toxicomanias, para romper com preconceitos negativos relacionados a fraquezas, desvios de caráter, imprevisibilidade e periculosidade, o que significa a necessária promoção de campanhas educativas de Redução de Danos que busquem, não proibir o uso, como nos velhos moldes da falida Guerra às Drogas, mas educar sobre a possibilidade do mau uso.

Em tempos de exceção, marcados por sombrias ameaças ao estado democrático de direito, enfrentar retrocessos e a retomada da lógica manicomial e proibicionista, mais do que nunca, significa inventar novas formas de (re)existir.

Referências

AMARANTE, P. Rumo ao fim dos manicômios. **Mente e Cérebro**, São Paulo, n. 164, p. 30- 35, 2006.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AROUCA, S. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BASAGLIA, F. **A instituição negada**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.216** de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS**.

Recuperado de <http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>.

BRASIL. **Lei 13.840** de 5 de junho de 2019. Brasília, DF: Presidência da República. 2019. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm

BRUM, E. Os loucos, os normais e o Estado. **Revista Época**, 2013. Recuperado de <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/07/bos-loucosb-os-normais-e-o-estado.html>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017**. Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal. Brasília, DF: CFP, 2018.

COSTA-ROSA A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE P. (Org.). **Ensaio, Subjetividade, Saúde Mental, Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2000. p. 141-168.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectivas, 1972.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 36, 2009.

GARÇONI, I. Guerra à pesquisa. *The Intercept Brasil*. Abril 2019. Recuperado de <https://theintercept.com/2019/03/31/estudo-drogas-censura/>

NOTA TÉCNICA. **Avaliação crítica da Nota Técnica 11/2019**. 2019 – Recuperado de <http://site.ims.uerj.br/wp-content/uploads/2019/02/Resposta-%C3%A0-Nota-T%C3%A9cnica-Quirino.-Vers%C3%A3o-3.-18.02.19..pdf>

SARACENO, B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A. (Org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2010, p. 13-18.

IV

Examinações inspiradas nos escritos de Marx e Engels sobre os cenários educacional e político brasileiros

Kevin Nering Silva

Deivis Perez

Este texto nasceu da interlocução iniciada desde a mesa redonda nomeada “Contribuições do Materialismo Histórico Dialético para a confrontação das explorações e violências”, realizada como parte das atividades do XIV Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO, na UNESP campus Assis. Optamos aqui por dar conhecimento à dialogia estabelecida e às reflexões que resultaram nestas notas sobre o cenário educacional universitário e o político do Brasil contemporâneo, feitas por um ativo integrante dos movimentos estudantis de graduandos e pós-graduandos ligado à União da Juventude Comunista (UJC) e um professor de Psicologia Social. Vale mencionar que o exame contextual foi produzido em abril do ano de 2019, quando principiavam as ações dos autocratas que assumiram inúmeros governos estaduais brasileiros e, principalmente, etapa em que observamos o poder executivo federal ser avocado por um totalitário, o qual, com inegável desfaçamento,

frequentemente manifesta a sua admiração por ditadores, fascistas e escorralho análogo.

As anotações que seguem iniciam com as lucubrações de Kevin Nering Silva acerca dos nexos entre o capitalismo e a educação universitária, permeadas pela perseverante e necessária solicitação à ação e à luta coletivas, que tenham como destino a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade em que a rotina seja a democrática socialização dos saberes produzidos por todos nós. O texto prossegue com registros preambulares sobre as possíveis relações entre a elevação ao poder de Luis Bonaparte, na França do século XIX, conforme registrado por Karl Marx (1851/2011), e a ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2019, ambos amplamente apoiados pelas burguesias locais, animados pelo lema “propriedade, família, religião e ordem”, e embebedos pela suposta incumbência de livrar a suas respectivas sociedades da desordem, do socialismo e do comunismo.

A educação universitária

No Brasil dos tempos nupérrimos, passou a ser comum ouvir que no ambiente universitário impera a ideia de que se estuda e se prega a doutrina marxista diuturnamente e que predominam perspectivas revolucionárias entre os acadêmicos. A realidade concreta mostra exatamente o oposto desta impressão fortemente difundida atualmente. O que vemos é o oposto, a saber: um tangível afastamento de quaisquer teorias que apresentem alternativas ou propostas de transformação radical de nossa sociedade. Assim como assinalavam Marx e Engels, no Manifesto Comunista:

Submergiram nas águas glaciais do cálculo egoísta os frêmitos sagrados da piedade exaltada, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca e, em lugar das inumeráveis liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, erigiu a liberdade *única* e implacável do comércio. Em resumo, substituiu a exploração

aberta, cínica, direta e brutal. A burguesia despojou de sua aura todas as atividades até então consideradas com respeito e temor religioso. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência, em assalariados por ela remunerados.” (MARX; ENGELS; 2001, p. 27-28).

O que se percebe, nesta perspectiva, é que o capital inevitavelmente invade todas as esferas da vida humana e a coloca sob o jugo da racionalidade do sistema capitalista. A Universidade, tal qual a conhecemos hoje, opera segundo as demandas desta mesma sociedade, de tal modo que seria uma extraordinária ingenuidade conjecturar que todas as suas dimensões essenciais – ensino, pesquisa e extensão – estejam direcionadas para objetar o entendimento burguês de Universidade e a sua manifestação factual.

Tendo em vista que o capital estendeu os seus tentáculos por todos os campos das experiências humanas, e que o sistema capitalista alcançou alto grau de desenvolvimento e hegemonia – o que lhe permitiu inserir até mesmo a educação na área dos bens de consumo – o que se nota agora é, por um lado, a sua presença no cotidiano dos povos e, por outro, contraditoriamente, um esgotamento da sua lógica acumulativa e uma crescente crise estrutural do seu modo de funcionamento.

Não se nega, e temos conhecimento do sempre renovado poder de reestruturação da capital frente às suas crises sistêmicas. A despeito disso, impõe-se o desafio da sua superação e o imperativo ético-histórico da luta pelo seu derruimento. É preciso eleger um lado. Neste momento, temos a oportunidade de, simultaneamente, vivenciar tanto o capitalismo plenamente desenvolvido quanto a outra das suas graves crises estruturais, bem como o aprofundamento dos efeitos do seu poder destrutivo para a humanidade e para o planeta. Para evitar que as emergentes novas e velhas formas de nazifascismo ampliem as suas forças e seu alcance, devemos, mais do que nunca, ter o proletariado como agente histórico vital, sujeito e protagonista de radicais transformações sociais.

A Universidade brasileira nasceu fortemente influenciada por uma concepção burguesa de ensino, devido às próprias condições do desenvolvimento histórico da realidade do país, e carrega ainda na contemporaneidade fortes resquícios aristocráticos, servindo, como fazem as universidades estaduais paulistas (UNESP, USP e Unicamp), para a formação das elites brasileiras. A despeito disso, não se pode negar que ao longo do século XX ocorreram modificações significativas, num primeiro momento em virtude da imprescindível atuação combativa dos movimentos estudantis universitários, os quais até a década de 1960, externavam vigorosa influência pelos ideais comunistas e movimentações antissistêmicas, tendo como grande exemplo a experiência dos trabalhadores da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O sonho de uma universidade democratizada e capaz de atender às demandas da classe trabalhadora foi amarga dura e pungentemente combatida pelas elites políticas e econômicas, potencializadas pelo golpe empresarial-civil-militar iniciado em 1964, durando 21 alongados anos, que consolidou a primazia burguesa nestes tristes trópicos, além de limitar as políticas públicas voltadas para a educação à lógica da financeirização, do tecnicismo acrítico, acompanhando assim os ditames da morfologia do capital internacional vigente.

A década de 1990 nos mimoseou com o avanço das políticas neoliberais incorporadas a inúmeros setores da economia e da vida brasileira, em especial no que diz respeito à educação superior, que registrou ampla desresponsabilização do Estado e transferência da formação das pessoas para o segmento privado. Com o desenrolar dos anos e aprofundamento destas condições nos governos petistas, o projeto de mercantilização e conseqüente destruição da educação pública foi aprofundado. Isso promoveu um substancial fortalecimento dos grandes conglomerados empresariais de educação, que se desdobrou em seguidas fusões entre eles, formando um gigantesco monopólio econômico no setor.

A estratégia historicamente verificada é clara: privatização avassaladora da educação e devastação da educação pública de qua-

lidade para favorecer a manutenção das altas taxas de acumulação do capital, ao passo que a crise de acumulação e concentração do capital se agrava. A tática se expressa no enfraquecimento constante de determinados setores públicos, com foco na educação, na saúde e no setor industrial estatal. Concomitantemente, avança o uso do aparato do estado para executar a agenda neoliberal no Brasil, atacando diretamente as normatizações favoráveis aos trabalhadores das relações trabalhistas, os quais são lançados a condições cada vez mais precárias, fazendo com que o imperialismo sorva até a última gota de sangue das veias abertas da América Latina.

A esquerda docilizada e dedicada à inútil tentativa de alianças a conciliação de classes, inclusive no âmbito do meio universitário, há tempos passou a reivindicar uma série de medidas imediatas de caráter reformista do estado burguês brasileiro, sem produzir um projeto sociopolítico de horizonte revolucionário. É de essencial importância desvelar os véus da democracia burguesa e encarar as mazelas desta sociedade adoecida desde as suas bases e em sua totalidade.

A categoria docente das instituições de ensino superior (IES) públicas, por exemplo, restringiu suas ações reivindicatórias à mera demanda por reajustes salariais. Mesmo que sejam atendidas, o resultado será a manutenção das universidades na condição de mero aparato responsável pela reprodução da lógica capitalista. Em resumo, qualquer reivindicação, sem exceção, que não traga a perspectiva da transformação do corrente modo de sociabilidade, terá frutos reais; dado que a comunidade acadêmica, ainda que atendida em seus anseios particulares, continuará a ser volteada por uma sociedade composta por pessoas em situação miserável, analfabetas, sem acesso às possibilidades mínimas de subsistência e de uma vivência digna; e, não se pode olvidar, ainda existirão o racismo, o machismo e a LGB-Tfobia, pois tudo isso é parte estrutural de um modo de produção e reprodução da vida que oprime e explora a população.

O movimento estudantil também foi apossado pela fantasia da democracia burguesa e pela ilusão do progressismo liberal, tendo

deixado adormecida a postura combativa e potencialmente revolucionária de outros tempos históricos. Estas reflexões têm o objetivo preciso de ocasionar inquietação no leitor atento. É relevante citar que não rejeitamos o surgimento de dúvidas e questionamentos, tais como aqueles que apontam para o papel dos governos do Partido dos Trabalhadores na ampliação do acesso à educação pública universitária. O nosso ponto é que, ao contrário do que muitos sinalizam como “democratização” da universidade, ponderamos que houve “massificação” das instituições de ensino superior, com ampliação de vagas, mas sem alteração nas estruturas hierárquicas e no caráter classista da educação ofertada. A massificação das IES públicas por meio da expansão de campi e vagas trouxe consigo a incapacidade destas mesmas instituições se sustentarem. Desta forma, conseguiram colocar sujeitos das classes empobrecidas nas instituições públicas, mas não forneceram recursos necessários para a permanência estudantil digna até o alcance do diploma; ainda, foram abertas novas universidades em regiões carentes de educação superior, mas sem contrapartidas de ampliação do fomento à pesquisa e da contratação de professores para o trabalho educativo em sala de aula; ela inaugurou e expandiu seu sistema de cotas, mas não combateu os preconceitos de raça e gênero nos meios acadêmicos.

É mister ressaltar que não devemos ignorar que a entrada de um sujeito oriundo das classes exploradas e oprimidas deva ser percebido como uma conquista digna de admiração, mas o ponto central é que o “mérito” dessa conquista não deve ser legado apenas ao indivíduo, mas sim a todo um coletivo de pessoas que um dia ousaram enfrentar os impedimentos ao acesso da classe trabalhadora às melhores oportunidades de cursar o ensino superior. O empecilho é que a interdição do acesso às universidades aos empobrecidos segue forte e crescendo.

É importante lançar um olhar atento e crítico à atuação das esquerdas nos últimos anos, desde os sindicatos a movimentos sociais, que há muito deixaram de bradar em suas fileiras e abandonaram a construção de um panorama revolucionário capaz de unificar as múl-

tiplas e justas pautas de cada segmento na direção de uma luta contra a origem dardejante de todas as opressões presentes, o capitalismo. Mais grave ainda é dentro das academias, que falar em “proletariado”, “exclusão”, “luta de classes”, “socialismo”, entre outros, se converteu num tabu, combinado com o esforço simultâneo de negar, relativizar ou desqualificar a validade e atualidade do pensamento de Marx e Engels. Lembremos Florestan Fernandes, cirúrgico em seus apontamentos:

Se se considera que Marx investigou não só o capitalismo de sua época, mas as condições objetivas da produção e da reprodução da acumulação capitalista acelerada, só seria possível negar as *suas ideias* se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais-valia relativa, a manipulação econômica, social e política do exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes e a dominação de classe etc., tivessem desaparecido. Ora, isso não ocorreu. As contradições do capitalismo monopolista e do imperialismo assumem dimensões aterradoras, exatamente por isso. (FERNANDES, 2009 p. 8, grifos do autor).

Destarte, os estudantes, professores, pesquisadores e funcionários técnicos, além de podermos resgatar exemplos do nosso passado e que fazem parte da nossa realidade, como Helenira Rezende, Graciliano Ramos, Pagu, Marighela, entre tantos outros, podemos atuar para construir uma pauta unificada com o proletariado brasileiro, com vistas à construção de uma nova forma de ordenamento societário, que permita iniciar a caminhada coletiva para o socialismo, defendendo o fim da propriedade privada, das classes sociais e do estado moderno burguês.

Nesse cenário, urge a necessidade de politização dos movimentos sociais atuantes internamente no meio universitário, para que, instrumentalizados, busquem um projeto comum de universidade e de sociedade. É candente e inevitável: (a) trabalhar com o horizonte da construção de uma Universidade Popular; (b) renovar as estruturas

universitárias; (c) mover o tripé ensino-pesquisa-extensão para as reais demandas da classe trabalhadora; (d) inserir a população no ambiente acadêmico e promover, de fato, a transformação social; (e) fazer com que a universidade exista com e para o povo. Esse projeto somente será alcançado numa sociedade emancipada do capitalismo, e a nossa tarefa de construí-lo está mais do que posta!

Transitemos para uma leitura do momento político brasileiro, indispensável para o apropriado entendimento das ponderações feitas sobre a universidade.

Os palhaços sérios que tomam suas histórias como história universal

No ano de 1869, Karl Marx redigiu na cidade de Londres o seu prefácio à segunda edição de **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**, no qual asseverava que a luta de classes sob o capitalismo oportuniza as condições históricas necessárias ao surgimento de protagonistas políticos, os quais se apresentam como heróis, líderes supostamente respeitáveis ou não, extensivamente celebrados e apoiados pela burguesia e que, verdadeiramente, são déspotas, diligentemente dedicados ao manejo do Estado no sentido da execução dos mais sórdidos interesses da classe que os apoia. Na prática, o que se verifica é que, perante quaisquer limitações ou constrangimentos à realização dos seus lucros e da exploração das demais classes em face, a burguesia admite voluntariamente ser alijada da gerência imediata da máquina estatal hodierna e a entrega ao mais vulgar dos desclassificados, a quaisquer abominações sociais e políticas, aos vermes autoritários e sanguinários. A contrapartida é que se mantenha liberta para “[...] sob a proteção de um governo forte e irrestrito, dedicar-se aos seus negócios privados” (MARX, 1851/2011, p. 123), ainda que para garantir este seu devotamento exclusivo aos negócios seja inescusável destruir ou inutilizar os valores, as instituições, as liberdades e os direitos civis e políticos em contradição com os interesses classistas burgueses.

É exatamente o itinerário acima delineado que Marx registrou em suas examinações sobre as revoluções desencadeadas a partir de 1848, no curso da segunda república da França e, mais específica e profundamente, a datar do golpe de Estado praticado contra o povo francês por Luís Bonaparte, em dezembro de 1851. Em síntese, a classe trabalhadora francesa percebeu que não seria alcançada pelo conjunto de avanços civilizatórios vocalizado pela burguesia desde a Revolução Francesa. A vivência num mundo de igualdade, liberdade, propriedade e justiça para todas as pessoas não estava reservada aos trabalhadores e aos seus pares, familiares e descendência. A burguesia revolucionária francesa de outrora se tornou uma classe reacionária, única e firmemente ativa para sustentar e assegurar a sua preeminência, os seus apanágios e o seu controle sobre as demais classes, em especial no tocante à classe trabalhadora. De acordo com Marx:

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostaram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado '*socialistas*'. (MARX, 1851/2011, p. 80, grifos do autor).

É possível depreender dos escritos marxianos que a liberdade, a igualdade, a fraternidade e o direito à propriedade, demandados agora pelas classes trabalhadoras, se metamorfosearam, isto é, foram deslocadas da condição de valores universais e de mais elevados objetivos a serem granjeados pelas sociedades capitalistas para o fundamento das mais graves ameaças e dos amedrontamentos experimentados pela burguesia defronte da possibilidade de supressão do seu ideado modo de vida por causa da inclusão dos trabalhadores na ambiência

privilegiada forjada sob o capitalismo. Era preciso impedir a qualquer custo o avanço das movimentações de trabalhadores e a fantasmal cominação socialista representada pelos trabalhadores organizados e em luta.

A maneira de desenredar a grave crise social e política em que reprofundou a república francesa foi propalar entre a população o terror firmado sobre o desarranjo societário que representaria o avanço dos socialistas e, por intermédio do sufrágio, ensejar o protagonismo político de Luis Bonaparte, supostamente sobrinho de Napoleão, um militar indigno, desprezível, desabonado e desqualificado, capatázio de gatunos, rapinadores e delinquentes, sempre pronto a se aproveitar e abusar das pessoas modestas e dos trabalhadores. Bonaparte se fez útil e funcional à burguesia porque era altamente capaz de provocar e entusiasmar a população com os seus discursos moralistas em defesa da propriedade, família, religião e ordem em contraposição à desordem e anarquia que representavam os socialistas e os comunistas, considerados malditos inimigos da sociedade, os quais deviam ser mortos. Cumpre notar que sob o ordenamento de Luis Bonaparte “toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como *atentado contra a sociedade* e estigmatizada como *socialismo*” (MARX, 1851/2011, p. 35, grifos do autor).

Foi este Bonaparte, com os seus obstinados apelos à tranquilidade e à união do país, que se tornou o herói da burguesia gaulesa. Ele não viu embaraço em perseguir políticos, membros do clero e intelectuais hipoteticamente identificados com os comunistas, bem como não hesitou em encerrar compulsoriamente o trabalho de setores da mídia críticos à sua atuação. E foi em meio à autoexaltação que ele coibiu manifestações sociais contrárias aos abusos e violências praticadas pelo estado na defesa dos interesses da burguesia e do seu processo de expansão de privilégios. E, não se deve esquecer, tudo foi praticado e justificado em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem.

A burguesia francesa pôs à vista que o estado moderno nada mais é que uma forma de si mesma e do capitalismo. Assim, não importam quais pessoas ou grupos façam transitoriamente o manejo do poder político nacional e a gestão da maquinaria estatal, eles invariavelmente responderão aos interesses concretos da burguesia, já que dela efluem rigorosamente todas as estruturas e instituições constitutivas do ordenamento do estado hodierno (poderes judiciário, executivo e legislativo, forças armadas, etc.) e suas ramificações e segmentos.

A conservação histórica desta realidade foi exteriorizada outra vez no Brasil do século XXI, o qual testemunhou, após um século da inauguração da República no país, o advento de Luis Inácio Lula da Silva, um trabalhador originário das classes empobrecidas, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito principal mandatário do poder executivo nacional. Em síntese Lula, bem como a sua sucessora, companheira de PT e aliada Dilma Rousseff, na administração do estado brasileiro, realizaram entre 2002 e meados de 2016 sucessivos governos marcados pela busca da conciliação de classes amparada num forte crescimento econômico nacional manifestado por indicadores como: (a) o representativo impulso do Produto Interno Bruto (PIB) do país, que foi de 508 bilhões de dólares em 2002 para 1,8 trilhões de dólares em 2015 (último ano integralmente percorrido sob um governo federal do PT); (b) o progresso no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi de 0,649 no princípio do primeiro governo Lula para 0,755 no final da gestão da presidenta Rousseff; (c) o avanço no ranking global das economias do planeta, conforme dados do Banco Mundial, que informou que o Brasil foi da 13ª em 2002 para a 6ª posição em 2011; (d) a redução da pobreza e da miséria, acompanhada do aumento no número de anos de escolarização das crianças, ocorridos em grande parte em função da elaboração ou fomento de programas sociais, conforme sinalizou relatório da Organização das Nações Unidas, publicado em 2015, sobre IDH e empobrecimento da população mundial; (e) a ampliação dos ganhos da grande burguesia brasileira, com destaque para os setores financeiro

e bancário, mas que também contemplou inúmeros segmentos da indústria e do comércio locais¹.

O Brasil como país protagonista do capitalismo global irrompia, a despeito da histórica maquinal subordinação da burguesia local aos interesses do grande capital estrangeiro. Este cenário possível veio acompanhado de promessas e ações no sentido da inclusão no orçamento estatal das classes trabalhadoras, em especial dos seus segmentos empobrecidos, por intermédio do planejamento e execução de políticas públicas de ampliação do acesso aos programas socioeconômicos governamentais; elevação do salário e da renda, estímulo à aquisição de bens de consumo duradouros; redução das taxas de desemprego favorecida pela dinamização da economia; facilitação do acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social; entre outras.

Analogamente ao observado nos acontecidos na França de Luis Bonaparte, séculos depois, no Brasil de Lula e Dilma, houve o crescimento das demandas populares por igualdade, distribuição das riquezas do país, justiça social e, por assim dizer, inclusão no *ethos* de consumo e das vantagens reservados à burguesia local. A progressão do PIB brasileiro associada a mais uma crise do capitalismo mundial, iniciada em 2008, esbandalhou a estratégia conciliatória de classes de Lula, do seu partido político e da sua colaboradora e continuadora, os quais desconheciam ou menosprezaram os ensinamentos históricos do marxismo que sinalizam que o capital somente pode ser caracterizado como tal quando se encontra em situação de progressivas expansão e acumulação. A crise global precipitou a necessidade de a burguesia, seja local ou estrangeira, assenhorear-se das riquezas nacionais e to-

.....
1 Para conhecer mais sobre o avanço econômico do Brasil e os ganhos obtidos pelos diferentes setores da econômica Cf.:
TEIXEIRA, R. A., PINTO, E. C. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** *Economia & Sociedade*, v. 21, n. spe., Campinas, SP, dez. 2012. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400009
DOWBOR, L. **A burrice no poder.** São Paulo, 2018. Recuperado de <https://dowbor.org/2018/11/dowbor-a-burrice-no-poder-nov-2018-13p.html/>

mar para si os recursos obtidos pelas classes trabalhadoras. E isso se desenrolou por intermédio da privatização das empresas públicas e patrimônios nacionais, da retirada dos direitos sociais da população, da eliminação das leis de proteção aos trabalhadores, do mingramento dos recursos investidos e da drástica limitação das responsabilidades legais do Estado nas áreas da saúde, previdência e seguridade social, educação e ciência.

A forma de atuação da burguesia no Brasil não foi diferente daquela registrada na França de outrora. No caso do nosso país, a astúcia e a racionalidade burguesas inventaram uma crise política, centrada inicialmente numa presumida luta contra a corrupção acuradamente direcionada aos principais integrantes do PT, incluindo Lula e Dilma, que foi capaz de reunir parcelas do empresariado financeiro, industrial e comercial, liderados pelas grandes organizações midiáticas burguesas brasileiras. A intrujice foi viabilizada pelo poder judiciário com o apoio da polícia federal, e contou com o gradual, mas crescente esteio, de segmentos societários compostos por incautos, cínicos, ressentidos e desonestos, sempre prontos a repetir o enfadonho mantra difundido pela mídia oligárquica brasileira e seus aldrabões jornalistas: Lula ladrão! O PT roubou!

A fraude foi completada por intermédio da fabricação do pânico econômico entre a sociedade, assentado sobre a vesânica presunção de que PT e seus aliados teriam levado o país à insolvência fazendária e que as esquerdas políticas, encabeçadas por Lula, teriam orquestrado uma revolução socialista, firmado no apoio do governo cubano e que se consubstanciaria alicerçada na capacidade bélica de médicos-guerrilheiros enviados por aquele país ao Brasil e que aqui permaneceram dissimuladamente atuando num programa nomeado Mais Médicos, dedicado ao atendimento da população pauperizada. Igualmente ao que testemunhou Marx na França, aqui também tivemos um golpe de estado, no ano de 2016, contra Dilma Rousseff, que recebeu feições de naturalidade pelos poderes legislativo e judiciário, encarnados pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal.

O embuste do caso brasileiro prosseguiu e se completou, trilhando o percurso visualizado por Marx mais de 150 anos atrás, por meio do recurso à democracia plebiscitária, em todo o tempo eficiente para conferir legitimidade ao processo que iniciou no golpe e, mormente, justificar o ascendimento à presidência da república de alguém disposto, da mesma maneira como fez Bonaparte, a assolar e devastar os movimentos sociais populares de trabalhadores, destruir as instituições estatais e as esferas societárias, burguesas ou não, excessivamente animadas com a democracia e seus possíveis freios à vandalização das riquezas do país, das leis e dos direitos protetivos da classe trabalhadora. Notou-se no Brasil que a burguesia permitiu ao ex-presidente Lula manejar o estado pelo tempo em que foi útil. Agora, conforme disse Marx (1851/2011), no momento em que a burguesia deseja realizar os seus lucros e ampliar a concentração das riquezas em suas mãos, novamente para salvar a sua bolsa, não há hesitação para se entregar a coroa.

E quem a burguesia brasileira antepôs para conduzir o poder político é conhecido: Jair Bolsonaro. A correspondência com o caso francês surpreende. Analogamente a Bonaparte, aqui a preferência foi por um militar de segunda categoria, desprezado por seus pares e considerado um insubordinado pelos seus líderes no exército, os quais o convidaram a deixar a corporação. Tornou-se um parlamentar medíocre, sem nenhum destaque, e excessivamente inábil para aprovar um único projeto ao longo da carreira. Este inepto foi alçado à condição de presidente da república e, com perturbadora equivalência em relação a Bonaparte, foi alçado politicamente bradando o seu ódio contra os socialistas e comunistas, repetindo ritualisticamente que era necessário proteger a propriedade, a família, a religião e defender a ordem. Jair Bolsonaro, o herói da burguesia, ganhou o epíteto de “mito”. E, seja dito de passagem, um desclassificado defensor de torturadores e estupradores.

O momento de reordenamento da ordem capitalista mundial parece demandar que o Brasil retome a sua posição de subordinação

na ordem mundial capitalista. Não obstante a isso, uma parcela da burguesia nacional segue o seu avanço no processo acumulativo e expansivo das suas riquezas. Bolsonaro, identicamente a outros governantes ao longo da história, se faz conveniente ao capitalismo e à sua classe porque está disponível para praticar as selvagerias sociais, econômicas e políticas necessárias à consecução dos interesses burgueses. Os religiosos, cristãos, em sua maioria (neo)pentecostais e católicos-carismáticos, justificam e conferem verniz à sua bestialidade violenta, homofóbica, misógina, racista e classista. Não importa se Bolsonaro é um onagro, parvo, estulto, azêmola, dado que cumpra o seu papel de presidente alheado de seu povo e do real, mas sêdulo aos interesses da burguesia.

Para Bolsonaro e para os seus amos se aplicam com perfeição as palavras de Marx acerca de Luis Bonaparte, da França e da sua burguesia:

No momento em que a própria burguesia passou a encenar a mais completa comédia, ainda que com insuperável seriedade, sem violar nenhuma das condições pedantes da etiqueta dramática francesa, ela própria meio iludida e meio convencida do caráter solene das suas grandes ações oficiais, teria de triunfar o aventureiro que encarava essa ação como pura comédia. (MARX, 1851/2011, p. 92).

Noutros tempos e naquele local, Bonaparte, nesta nação e contemporaneamente, Bolsonaro. Ambos, em sintonia com o enunciado de Marx (1851/2011): palhaços sérios, cada um ao seu feitio, que deixaram de tomar a história universal como comédia e passaram a ver as suas comédias como histórias universais.

Cumpre notar que Luis Bonaparte alargou a sua permanência no poder de 1851 até 1870. Um alerta histórico para as pessoas do país de Bolsonaro, mas também uma oportunidade nesta quadra histórica para a atuação e o engajamento com a mobilização das classes trabalhadoras, bem como, no tocante às pessoas que são profissionais,

estudantes ou pesquisadoras da área da Psicologia Social, uma etapa que nos demanda para a atividade dirigida às lutas coletivas contra o cruento, indecoroso, o aviltante e o desonesto. E, não há dúvida, vamos prevalecer e iremos nos orgulhar desta luta! E, tencionando superar o capitalismo, ela deve ser feita sob a simbólica cor vermelha, alusiva ao sangue espargido dos trabalhadores que nos últimos séculos pelejaram contra o malévolo, o perverso e o desumano. O vermelho que há tempos representa os comunistas e toda a classe trabalhadora que batalha contra hordas como Bonaparte, Bolsonaro e os seus apoiadores, tão somente lacaios que se voluntariam às mais diversas abominações em nome da exploração das massas de pessoas por minorias comprometidas com a burguesia e com o capitalismo. Contra todos estes, o lindo vermelho dos trabalhadores.

Referências

FERNANDES, Florestan. **Nós e o Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1848. Tradução Alvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1851. Tradução Nelio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.



Os afetos como dimensão política e a neutralidade da ciência:

um relato de experiência do núcleo São Paulo da ABRAPSO

Gláucia Tais Purin

Cinara Brito de Oliveira

Maristela Sousa e Freitas

Bruno Simões Gonçalves

Gabriela Milaré Camargo

Neste texto são apresentados alguns elementos do avanço teórico nas pesquisas de doutorado realizadas por Gláucia T. Purin e Cinara B. Oliveira; uma síntese das discussões e das atividades acumuladas pelo Núcleo São Paulo da ABRAPSO ao longo da gestão 2018-2019, as quais foram atravessadas pelo debate dos afetos como suporte de metodologia e ação; pressupostos epistemológicos que sustentam a necessidade de reconsiderar e reafirmar os afetos como uma dimensão política na subjetividade

do sujeito, que implicam na negação da neutralidade da ciência e necessidade de enfrentamento das epistemologias reducionistas e individualizantes, e, por fim, algumas pistas teóricas e práticas a respeito destes debates, assim como das discussões realizadas durante as duas sessões da Roda de Conversa, cujo tema é o mesmo que nomeia o presente trabalho, durante o XIV Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo – Assis.

Os Afetos e o Núcleo São Paulo da ABRAPSO

O Núcleo São Paulo da ABRAPSO observou a presença da circulação de diversos afetos em suas atividades, seja em suas reuniões mensais, seja em atividades externas práticas e/ou teórico/metodológicas. Isso motivou os participantes a refletirem e debaterem sobre essa temática. Em cada atividade, espontaneamente, várias/os membras/os declararam sentirem alegria e prazer em participar do grupo, pois ficavam à vontade para falar sobre o que pensavam, e por acreditarem poder debater qualquer assunto no grupo.

Os participantes relataram que a possibilidade de expor suas ideias contribuiu para aprofundar criticamente suas reflexões e discutirem abertamente sobre seus conflitos grupais, além de poder pensar juntos em estratégias de enfrentamento.

Tais atividades e conversas vêm contribuindo para uma metodologia de trabalho que levam os seus membros a adicionarem uma abertura para refletir sobre os afetos que circulam nas relações interpessoais, profissionais e políticas, sem que se torne um grupo de apoio psicológico ou ter o seu objetivo reduzido a isso. Com isso, ao longo dos meses e das diferentes atividades propostas pelo grupo, foi-se desenhando um sentido ético-político para o conjunto de afetos produtores de proteção, bem-estar, alegria e proximidade. Em diversos momentos foram os participantes que relataram como os encontros do grupo serviam como espaço de fortalecimento e acolhimento em contextos de adversidades, tensões e conflitos, tanto no trabalho,

quanto na militância e/ou na família. A partir disso, a dimensão ético-política desses afetos foi se desvelando como uma possibilidade de enfrentamento e estratégia política em tempos marcados por conflitos e desagregação.

Vale lembrar que o Núcleo SP da ABRAPSO integra uma rede nacional que conta com 51 núcleos em diversos estados no país. Apesar da autonomia de cada núcleo, todos atuam em conformidade com a história e os princípios da instituição, orientada pelo enfrentamento da desigualdade social, a defesa de uma ciência orientada ético-politicamente, e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma antiga disputa teórico/metodológica sobre os afetos: um relato de experiência

As discussões sobre os afetos enquanto constituintes do sujeito fazem parte da história do conhecimento científico; do ponto de vista do conhecimento hegemônico, o objetivo era conhecer, para negá-los ou até mesmo dominá-los, em vista de uma suposta neutralidade da ciência e de uma hegemonia racional e asséptica. Esta concepção epistemológica reduzida à racionalidade fortaleceu o reducionismo e a dicotomia, optando por uma ética baseada em crenças, com fins individualistas. A respeito, indicamos as obras: **As Paixões da Alma**, de René Descartes (1637/1991), a **A teoria dos sentimentos morais**, de Immanuel Kant (1788/2011) e a **Crítica da razão prática**, de Adam Smith (1759/1999).

Entretanto, muitos pensadores também se contrapõem a esta visão reducionista e defendem a importância dos afetos para a compreensão do sujeito em sua totalidade; posicionam-se negando a neutralidade na ciência, e reconhecem que esta posição está diretamente ligada a uma concepção da epistemologia da ciência enquanto política. A respeito, sugerimos o estudo das obras: **O leitor de Gramsci: Escritos escolhidos**, de Antonio Gramsci (2011); **Sociologia de la vida cotidiana e Teoría de los Sentimientos**, de Ágnes Heller (1997, 1999);

A ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional, de Herbert Marcuse (1973); **Esboço de uma teoria das emoções**, de Jean-Paul Sartre (1965); e **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, de Paulo Freire (2017).

Nesta perspectiva crítica, nos ateremos à teoria da Psicologia Social Sócio-Histórica para fundamentar a concepção da afetividade. A dimensão dos afetos, nessa linha, ganha importância ao aparecer nas pesquisas coordenadas por Silvia Lane como mediação fundamental na constituição do psiquismo humano, ao lado da linguagem e do pensamento (LANE, 1995). Uma das primeiras pesquisas a revelar isso foi a de Bader B. Sawaia (1987), que permanece estudando e coordenando pesquisas nessa temática. Ambas autoras foram buscar contribuições na obra do psicólogo bielorusso Lev Vigotski (1896-1934) e em seguida no filósofo Baruch de Espinosa (1632-1677).

A partir das contribuições de Vigotski, Lane et al. (2018, p. 24) definem emoção como alterações “[...] psicofisiológicas quando manifestada por reações intensas e facilmente identificáveis pelos sentidos, enquanto chamamos de sentimentos estados psíquicos mais duradouros e que podem ocorrer sem alterações físicas drásticas e visíveis.” As emoções nem sempre são conscientes, já os afetos são as emoções denominadas. Os afetos integram-se ao pensamento e à linguagem, tornando-se sociais, na origem e nas consequências. (LANE et al., 2000). Vigotski, na obra **Psicologia da Arte** (1925/1999), reconhece que a emoção tem uma relação inquestionável com a imaginação, sendo manifestada muitas vezes pela fantasia; assim demonstra a manifestação das emoções no corpo e na psique mediante ideias (fantasias).

Vigotski estuda o psiquismo humano dentro de uma visão sócio-histórica, em que o biológico e o psíquico atuam num contexto social e histórico, decisivo para o seu comportamento e formação de sua subjetividade. Assim, atribui grande importância ao contexto cultural histórico em que o indivíduo está inserido. No entanto, não se torna apenas um produto de sua constituição, tampouco mero

recebedor da ideologia vigente, mas sim um sujeito que pode atuar na sociedade que pertence. Assim, para o autor, as emoções devem ser compreendidas como elementos centrais do desenvolvimento humano. (LANE et al., 2018).

Nesta lógica, Vigotski defende que o aspecto intelectual (pensamentos) não está separado do afetivo-volitivo (sentimentos e emoções), e que juntos constituem a base da consciência humana. Aponta que o pensamento é gerado pela motivação, por uma tendência afetivo-volitiva, ou seja, pelos desejos e necessidades, interesses e emoções, mostrando que por trás de cada pensamento há uma base afetiva-volitiva; portanto, na fala sempre há um pensamento oculto, um subtexto, e assim: “[...] para compreender os projetos, as escolhas e os motivos do homem é importante conhecer a sua afetividade” (VIGOTSKI, 2009, p. 102). As reflexões deste autor sobre emoções estão espalhadas em toda sua obra, e fazem parte de diversos conceitos, tais como: significado e sentido, perejivanie, educação, linguagem, pedologia, defectologia, entre outros (VIGOTSKI, 1925/1999, 1929/2000; 1933/2004a, 1934/2004b).

Espinosa, filósofo moderno, desenvolve uma “ética dos afetos”, obra que serve de base para Vigotski se apoiar ao longo de seus escritos. Ele se contrapõe ao pensamento filosófico dominante, além de afirmar a indissociação entre corpo e mente, compreende os afetos não como vícios humanos, mas inerentes à sua natureza, uma vez que é da natureza do corpo desejar, afetar e ser afetado (ESPINOSA, 1675/2009). Desse modo, sua filosofia combate tanto o voluntarismo quanto o intelectualismo, que, durante séculos, atribuíram à vontade e à razão um poder que não possuíam e que sustentou a concepção de sujeito assujeitado. Para o autor, os afetos possuem duas dimensões: (a) a do campo das afecções corporais – a experiência da afetação (*affection*); e (b) a do campo das modificações que o corpo e mente sofrem (*affectus*). Assim, o próprio pensamento é “resultado” das afetações do corpo, da mesma forma as emoções e os sentimentos.

Sawaia (2018, p. 32) parte de sete proposições vigotskianas, que carregam as influências espinosanas do autor, para evidenciar a existência de uma teoria dos afetos na sua (inacabada) obra. De forma abreviada, são elas: (a) os afetos aparecem como o cerne da capacidade de transformação da realidade pelo sujeito; (b) a indissociação entre o pensar-sentir-agir; (c) a demonstração da positividade dos afetos, uma vez que aparece como a base da subjetividade e do pensamento; (d) a revelação de que toda experiência é permeada por emoções; (e) a afetação como ato criativo e não mero reflexo da realidade; (f) a dimensão ético-política dos afetos; e (g) a associação entre emoção e imaginação como a base da liberdade – emancipação humana. As pesquisas realizadas e orientadas por Sawaia vêm reafirmando tanto as ideias espinosanas quanto as vigotskianas sobre os afetos, assim, a autora defende que a práxis da/o psicóloga/o social deve visar a construção de uma ética do comum (comunidade, coletividade) a partir de ações que afetem o corpo e a mente (p. 32).

Vigotski reafirma a tese espinosana de que a ética está nos afetos, bem como a sua concepção de homem como ser de paixão e de desejo, portanto, potente na defesa da liberdade contra as diferentes formas de violência e disputas pelo poder, portanto, também política. Fiel à perspectiva sócio-histórica de configuração do psiquismo, Vigotski entende, assim como Espinosa, que a luta pela potência de vida não deve ser individual, mas sim com o outro, pois “é nessa união que o cidadão descobre que sua força para existir e agir politicamente aumenta” (SAWAIA, 2018).

A dimensão dos afetos foi se revelando como fundamental para atingir o compromisso ético-político de transformação da sociedade que a Psicologia Social brasileira assumiu. De acordo com Sawaia (2004), o uso da afetividade como estratégia analítica nos estudos sobre desigualdade social nega a neutralidade da ciência sem que se perca o rigor teórico-metodológico, pois desnaturaliza o fenômeno, revelando a sua dimensão sócio-histórica.

Diante dessa visão sobre os afetos, ao longo da atual gestão, o Núcleo São Paulo ABRAPSO buscou incluir a dimensão da afetividade em todos os debates teóricos/metodológicos e suas ações (internas e externas), além dos cuidados já exercidos comumente em grupos democráticos. Dentre estes, foi mantida a disponibilização de lanches durante as atividades, visando receber as pessoas com aconchego e estimular uma interação descontraída, e inserida: a comemoração do aniversário de cada integrante do grupo durante as reuniões mensais, gerando aproximação e valorização; buscou-se locais espaçosos para permitir o conforto e a mobilidade necessária para a realização das atividades; não raro, após o encerramento das atividades, o grupo decidiu permanecer junto para socializar, descontraír e juntamente compartilhar de alguma refeição; sempre que alguma dificuldade (de qualquer ordem) era apresentada por alguém no grupo, quer por um membro interno ou por algum participante das atividades realizadas, ambos buscavam compreender a dificuldade, tanto singularmente quanto coletivamente, o que permitia ao grupo identificar se era uma demanda coletiva que poderia ser combatida, ou não, mas que certamente gerava empatia entre o grupo;

Com esses cuidados e olhar como resultado em vários momentos, foram aplicados diferentes metodologias e estratégias de enfrentamento coletivo, incluindo teatro do oprimido e imersão. Percebeu-se nestas atividades que o grupo necessitava de espaços de acolhimento para discutir sobre como se sentia neste grupo e em outros grupos/espacos frente aos conflitos vividos e também para conhecer integralmente cada um dos membros, pois o foco do grupo permanecia, quase que exclusivamente, sobre as responsabilidades com as pautas políticas vividas no Brasil e o papel da psicologia social frente a esses cenários.

As eleições presidenciais de 2018 afetaram o grupo, deixando o debate mais intenso. Naquele momento, muitas pessoas passaram a integrar as discussões, estando interessadas em compreender, a partir da psicologia social, os discursos de ódio ou paixão aos candidatos

disparados pela grande mídia e redes sociais, as ações de intolerância, violências e idolatria, ou como estes conflitos geravam cada vez mais rompimentos nas relações sociais.

Essa ação revela a dimensão política e a importância ética do outro, pois, como aponta Espinosa: “nada é mais útil ao homem que o outro homem” (1675/2009 – *Ética*, cap. IV, prop. 35, corol. I), ou seja, a resistência contra a dominação só pode existir na potência do comum e não no individualismo, pois, quando os homens agem em comum, descobrem que sua força para existir e agir aumenta.

Neste exercício de aprofundamento das relações, ficou nítido que as dificuldades vivenciadas no âmbito singular pelos integrantes e visitantes do Núcleo mantinham relação direta com o momento social vivido, portanto, o grupo acolheu as demandas singulares referente àquele momento político, e decidiu criar um evento externo intitulado “Participação Política: práticas democráticas e autoritarismo”, realizado antes das eleições presidenciais, que também agregou muitos participantes.

Nestas atividades, foram discutidas questões epistemológicas e ontológicas referente à produção da psicologia social sobre a participação ou não dos sujeitos na política e em movimentos sociais/coletivos, formas distintas de compreender a vivência afetiva e política em sociedade, o uso dos afetos como uma forma de manipulação das pessoas, entre outras. Também foram relatados diversos afetos, como por exemplo: o medo e a angústia de expressar seu pensamento, de estar só e ser violentado pelo que diz ou representa; o temor por um acontecimento pior do que o vivido naquele momento; a fraqueza de enfrentar tamanha expressividade de ódio; a frustração de não ter alcançado o que desejou ou pelo que lutou; e o ódio ou raiva pela realidade que não aceita ou concorda.

É nesse sentido que Espinosa afirma que a vida ética começa no interior dos afetos. É por meio dos afetos experienciados nos encontros com outros corpos que os seres humanos aumentam ou

diminuem seu *conatus*¹, seu poder no mundo, sua potência para a superação da servidão e a busca pela liberdade. Estas afecções podem ser ativas ou passivas, resultantes de uma causa interna ou externa, aumentando ou diminuindo a potência de ação, provindo de ideias adequadas, ou inadequadas, ou seja o conhecimento das causas dos afetos é um importante acesso à emancipação e superação das ilusões e superstições. (ESPINOSA, 1675/2009). Muitas vezes o sujeito age em prol de sua servidão, pensando estar defendendo a sua liberdade, como por exemplo, ficar feliz recebendo recompensa, pois o homem livre não age por recompensa, só os servos (ESPINOSA, 1670/1988).

Diante deste contexto, um processo ainda em movimento, o Núcleo São Paulo da ABRAPSO decidiu propor uma roda de conversa “Afetos como dimensão política e a neutralidade da ciência”, durante o XIV Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo, a fim de saber o que outras pessoas pensam, o que sentem e como realizam suas práticas, ou que desafios enfrentam considerando o tema dos afetos. A atividade reuniu, ao longo de duas sessões da roda de conversa, aproximadamente 70 pessoas, que se envolveram nos debates e discussões sobre a temática. Com esta atividade foi possível externalizar algo que já estava sendo trabalhado no grupo ao longo do período, e, inclusive, aprofundar inquietações que antes estavam concentradas apenas no Núcleo SP da ABRAPSO.

A partir desta compreensão, entende-se que foram durante os encontros nas diversas atividades que o grupo pôde construir um espaço afetivo entre si e seus interlocutores, destacando-se afetos e ideias de enfrentamento ao momento de tensionamento e polarização social, como por exemplo: afinidade, respeito e empatia quando as pessoas ouviam e falavam sobre si; sentimento de proteção e cuidado quanto a disponibilidade de acolhimento e ação do outro; e principalmente sentimento de força e ânimo ao final das atividades por poder compartilhar sobre si, e pensar em estratégias coletivas de enfrentamento

.....
1 Palavra latina que designa esforço para perseverar na existência e aumentar a potência de vida, o que é um direito natural de todos (ESPINOSA, 1675/2009 - Ética III, Prop. VII).

ao ódio como um afeto social. Acredita-se que o comprometimento ético-político seja não só o aspecto que inicialmente aproximou as pessoas ao grupo, mas que também seja a dimensão que atravessa todo o processo grupal, as relações afetivas e políticas entre o grupo e com todos aqueles que participam de alguma atividade aberta, independentemente da frequência e intensidade.

Nesse movimento de aumento do grupo e troca de experiências e sentimentos, verifica-se a relevância de outras pessoas para o fortalecimento das relações individuais e coletivas, assim como para o aprofundamento das reflexões, como afirma Espinosa (1675/2009); e também recorda-se a relevância da mediação simbólica (VIGOTSKI, 1934/2010) existente na forma de experienciar, comunicar e singularizar durante e após as atividades. Também foi evidenciada a importância da concepção do processo grupal de Lane (1981), que defende que o ser humano, ao nascer, necessita de outras pessoas para a sua sobrevivência, no mínimo de mais uma pessoa, o que já faz deste, membro de um grupo. Explica que “as relações afetivas vão se dando na medida em que vamos nos conhecendo uns aos outros. Logo de início nós não sabemos com quem estamos lidando”. (LANE, 1998, *online*). Em outras palavras, a afetividade entre o grupo ocorre durante o processo grupal. Processo este em que o Núcleo SP da ABRAPSO encontra-se e procura manter com seus participantes internos e externos.

Pistas suscitadas durante a Roda de Conversa: considerações finais

De maneira consonante, as discussões levantadas ao longo das reuniões e atividades do Núcleo SP da ABRAPSO, nos debates e apresentações de trabalhos realizados na Roda de Conversa e as discussões epistemológicas deste texto indicaram para a importância de considerar os afetos na subjetividade do sujeito. Vale lembrar que a ontologia defendida neste texto é de um sujeito sócio-histórico que

pensa, sente e age, mas também vive contradições, e “Ignorar essas relações permitirá apenas um conhecimento parcial do psiquismo humano e, conseqüentemente inútil para uma práxis social”. (LANE, 2000, p. 27).

Com relação à dimensão política dos afetos, é importante considerar os afetos em relação direta com o contexto sócio-histórico em que vivemos. Portanto, nos afetamos constantemente e somente a partir da linguagem que podemos nomear os afetos, assim aprendemos, ensinamos, agimos, transformamos a natureza, a história, e decidimos sobre a realidade. Nesta concepção epistemológica, é indispensável reafirmar que a vida e a ciência não são neutras, e incluir os afetos na compreensão do sujeito enquanto éticos e políticos é uma forma de buscar sua totalidade e complexidade, e assim combater as ciências reducionistas e individualizantes.

Ao longo dos debates realizados na roda de conversa, realizada pelo Núcleo da ABRAPSO, percebemos distintas formas de abordar o tema dos afetos. Dentre estes três trabalhos, discutiram sobre os afetos enquanto sofrimento e/ou fortalecimento nas relações familiares (biológicas e adotivas), mediadas por profissionais de políticas públicas. Quatro trabalhos discutiram sobre os afetos relacionados à política (ódio, autoritarismo, amor), e também sobre as manifestações de intolerância, agressividade, hostilidade e violência produzidas durante as eleições políticas, nas assembleias da Câmara dos Deputados e no cotidiano ao longo da história. Um trabalho abordou os afetos relacionados ao sofrimento ético-político (SAWAIA, 1999) decorrente da precarização do trabalho, como o assédio, a humilhação e a intolerância, enquanto outro trabalho abordou a precarização de políticas de moradia e consequentes impactos nas relações de convivência e organização de grupos, mas também de construção de relações coletivas e afetivas. Por último, dois trabalhos abordaram experiências coletivas e afetivas de enfrentamento às políticas educativas (universitária e de ensino básico) que enrijecem, cristalizam e isolam as pessoas, mesmo que estejam nos mesmos

espaços de afetos que diminuem e/ou impedem a capacidade de ação das pessoas.

O debate suscitado nas duas sessões da roda de conversa, na maioria dos trabalhos apresentados, e nos referenciais teóricos como já indicado principalmente pelas autoras Lane e Sawaia, nos alertou para a utilização dos afetos também como um instrumento político, que expressa e canaliza interesses sociais, éticos e políticos. A troca das experiências práticas relatadas nas duas sessões da roda desafiou o grupo a pensar em formas distintas de enfrentamento e resistência a discursos de ódio, pensamentos e ações de autoritarismo, violências, preconceitos, exclusão, criminalização, e vivências afetivas de isolamento, solidão, humilhação, assédio, entre outras.

Seguindo a indicação feita por Espinosa, Vigotski, Lane e Sawaia, assim como os debates durante as duas rodas de conversa, as formas mais potentes de enfrentamento e luta são mediante a formação de coletivos, sejam eles movimentos sociais, coletivos autônomos ou organizações grupais.

O desafio nos espaços e grupos de enfrentamento é criar formas afetivas e éticas de luta política; desenvolver corpos insurgentes; resgatar e fortalecer a história e ancestralidade dos sujeitos e grupos; buscar superar as dicotomias subjetivas, contradições e alienações; produzir espaços e relações saudáveis, potentes, participativas e democráticas; e construir relações de felicidade, amorosidade e solidariedade em ambientes hostis, ameaçadores e autoritários.

Neste mesmo sentido, um aspecto importante ressaltado no conjunto do debate das duas sessões da Roda de Conversa, e semelhante à defesa realizada nas atividades do Núcleo SP ABRAPSO, foi a importância da amorosidade, solidariedade e felicidade como afetos necessários em tempos onde o discurso de ódio tem tomado cada vez mais espaço na vida social.

Contudo, as discussões realizadas nas atividades promovidas pelo Núcleo SP da ABRAPSO, assim como a literatura, indicam que a forma mais potente de enfrentar a desigualdade social, expressa pela

pobreza, falta de políticas públicas, relações autoritárias, abusivas e violentas entre pessoas de diferentes classes sociais, gêneros, raças, idades, bem como, o decorrente medo, tristeza, humilhação, dentre outros sofrimentos, é pela ação grupal.

Referências

DESCARTES, René. **Discurso do método** (1637); **Meditações** (1641); **Objecções e respostas; As paixões da alma** (1649); **Cartas**. São Paulo: Nova Cultural. 1991. (Coleção Os Pensadores).

ESPINOSA, Baruch. **Tratado Político**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1670/1988.

ESPINOSA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 1675/2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: Escritos escolhidos**. 1916-1935. COUTINHO, C. Nelson. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1997.

HELLER, Agnes. **Teoría de los Sentimientos**. México: Ediciones Coyoacán, 1999.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Valério Rohden. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LANE, Sílvia T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 39).

LANE, Sílvia T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B (Org.). **Novas Veredas da Psicologia**. São Paulo: Brasiliense: Educ, 1995.

LANE, Sílvia T. M. **Aula Processo Grupal**. Psicologia Social. São Paulo: PUC/SP, 28 de abril 1998 Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Z4jzxHQTXXg&list=PL99vyy3Wwlv5i-LPeKfk-R8EA5Wo3XxC&index=1>

LANE, Sílvia T. M. Os fundamentos teóricos. In: LANE, S. T. M.; ARAÚJO, Y. (Orgs). **Arqueologia das emoções**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 13-33.

LANE, Sílvia T. M. et al. A emoção em culturas indígenas - o povo Xavante. In: SAWAIA, B. B.; PURIN, G. T. (Org.). **Sílvia Lane: uma obra em movimento**. São Paulo: EDUC, 2018.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SARTRE, Jean-Paul. **Esboço de uma teoria das emoções**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SAWAIA, Bader B. **A consciência em construção no trabalho de construção da existência**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 1987.

SAWAIA, Bader B. O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 97-118.

SAWAIA, Bader B. Afeto e Comum: categorias centrais em diferentes contextos. In.: SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R. e BUSARELLO, F. R. (Org.). **Comum e Afeto**: reflexões sobre a práxis psicossocial. Embu das Artes/SP: Alexa, 2018.

SMITH, Adam. **A teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Psicologia da arte**. São Paulo, Martins Fontes: 1999.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. Manuscrito de 1929. **Educ. & Soc.** [online]. Campinas, v. 21, n. 71, jul. 2000 Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200002&lng=en&nrm=iso

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Teoria e Método em Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2004.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Teoria de las emociones**: Estudio histórico-psicológico. Madri: Akal, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.



Descolonização da Psicologia, movimentos sociais e autoritarismos: o que fazer?

Bruno Simões Gonçalves

Anna Carolina Alencar Betine

Maico Fernando Costa

Este artigo é a síntese¹ da mesa proposta pelo Conselho Regional de Psicologia São Paulo (CRP/SP) para o Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo, realizado na UNESP, campus Assis. O texto aborda a descolonização da Psicologia, reconhecendo os enfrentamentos necessários a serem feitos e pontuando o trabalho junto aos movimentos sociais diante dos autoritarismos. Diante de um Estado capitalista e violador de direitos, no cenário político que se apresenta, há cotidianamente um genocídio em massa da nossa população brasileira, minorizada por ser negra, indígena, homossexual e pobre. Na aposta de confrontarmos a violência de Estado e a colonização

.....
1 O tema da descolonização tem sido estudado há anos pelo pós-doutorando Bruno Simões Gonçalves, o coordenador da Mesa Redonda.

da Psicologia, pretendemos com essa reflexão descortinar pistas possíveis para uma práxis de base latino-americana e situada na realidade brasileira. Apresentamos um posicionamento isento de neutralidade e implicado em seu fazer. Neste exercício do pensamento, abordamos uma epistemologia possível rumo à descolonização da Psicologia, exemplificamos esse mote com o trabalho realizado junto aos povos originários indígenas e, por fim, alinhados aos movimentos sociais, discutimos a imprescindível construção de políticas públicas e política social que esteja de acordo com a participação das classes populares e suas demandas.

A descolonização da Psicologia

Para iniciarmos um caminho de pensar o que significa a descolonização da psicologia brasileira e latino-americana, temos primeiro que nos remeter ao conceito – muito utilizado por movimentos sociais indígenas andinos – de “memória larga”. A noção de memória larga diz que qualquer fenômeno social que tenhamos em foco deve ser analisado segundo nossa memória colonial. Mesmo os assuntos contemporâneos ou assuntos cotidianos que aparentemente não têm a ver com o advento da colonização no séc. XVI devem ser olhados a partir dessa amplitude histórica. Como exemplo, costumo dizer que, ao acordar de manhã e me olhar no espelho, o que vejo diante de mim é uma síntese de processos históricos, cuja a colonialidade é um eixo central. Minhas percepções, memórias, identidade, a forma como vivo meu corpo, os objetos ao meu redor, a hora que estou acordando e o que eu irei fazer no dia que começa. Tudo pode e deve ser visto sob a ótica do processo histórico de larga duração da Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2010).

Juntamente com a ideia de memória larga, é importante levarmos em consideração outras duas características que estão interligadas na formação histórica da América Latina. Quando nos debruçamos, a partir dessa memória larga – que procura enten-

der nossos processos sociais levando em consideração a questão colonial em seu conjunto – observamos dois grandes processos. Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração a articulação, tensionamentos e confrontos entre uma grande multiplicidade de povos vindos de distintos lugares do planeta, que vem se realizando há pouco mais de cinco séculos no continente americano. Ou seja, somos um território continental forjado por uma heterogeneidade estrutural. Povos originários, povos vindos da Europa e da África (árabe) formaram e formam um conjunto e populações que se caracterizam pela extrema heterogeneidade de histórias e culturas em seu cotidiano e na formação de seus valores e em sua organização e reprodução da vida. Ou seja, somos povos muito ricos e diversos cultural, histórica e psicossocialmente.

Outra característica central e que se associa à nossa heterogeneidade é nossa profunda desigualdade. Se somos um continente formado por uma imensa diversidade, é central levarmos em consideração a forma de organização dessa diversidade. Hierarquizadas e moldadas segundo processos de violência e dominação colonial, as sociedades latino-americanas são muito desiguais. Entre elas, se destaca o Brasil. Somos uma sociedade escravista, patriarcal e classista, onde nunca se distribuiu terras, e onde a lógica de boa parte das elites dominantes é de sermos um enorme “fazendeiro” exportador de produtos primários. É a imagem mais que conhecida da Casa Grande e Senzala.

Somos, portanto, um continente extremamente heterogêneo e desigual. É importantíssimo ter sempre essa conjugação em mente para pensarmos a América Latina. Incluindo aí os aspectos psicossociais e a dimensão subjetiva de nossa realidade e de nossas populações. A dimensão subjetiva da realidade latino-americana está intrinsecamente ligada com o conjunto de tradições, pensamentos, visões de mundo e dinâmicas socioculturais que conformaram o território em que vivemos. Há uma relação muito intensa entre aquilo que somos e a complexidade que conforma

os lugares onde nos criamos, suas expressões e modos de vida (GONÇALVES, 2016).

A invasão e expropriação maciça das riquezas do continente inauguram a modernidade e o capitalismo mundial. Somos o Novo Mundo, espaço do “outro” totalmente desconhecido, da exploração sem fim e dos sonhos utópicos. Território para onde foram trazidos à força dezenas de milhões de pessoas escravizadas para trabalhar na expropriação de suas riquezas. Somos um moinho de gastar gente, como dizia Darcy Ribeiro, e também a promessa miraculosa de uma nova humanidade. É essa articulação histórica complexa que constitui a dimensão psicológica de nossa vida social.

Porém, apesar dessa multiplicidade ser matéria viva de nossa subjetividade, uma fração importante desse conjunto de conhecimentos é invisibilizada, ignorada e desconsiderada como parte da subjetividade dos povos do continente. As relações intersubjetivas e tudo aquilo que incide na produção subjetiva dos povos latino-americanos são atravessados por essa relação desigual de poder. Há uma versão – branca, patriarcal, classista, eurocêntrica – que hegemoniza a produção de símbolos, valores e sentidos no interior da vida social do continente (QUIJANO, 2000). Do outro lado há todo um vasto e heterogêneo conjunto de saberes que é hierarquicamente deixado de lado, tido como não existente. São saberes que remetem à memória histórica de nossos povos formadores, saberes indígenas, saberes dos povos negros, saberes que nascem da articulação entre esses múltiplos povos (GRUZINSKY, 2001).

Precisamos criar um caminho que se contraponha ao abismo existente entre a psicologia e o conhecimento de nossos povos formadores. Por um lado, é preciso que os saberes populares incorporem os conhecimentos produzidos até hoje pela psicologia. Incorporação inventiva e crítica. Ao mesmo tempo, é preciso que a psicologia incorpore o conhecimento dos povos latino-americanos em suas formulações. Incorporação descolonizada e crítica. Ou seja, é necessário construir os caminhos

para uma psicologia *desde abajo* como dizem os zapatistas, uma psicologia popular latino-americana.

A interface da Psicologia com as populações tradicionais e da terra

Desde abajo y avante! Partindo da perspectiva crítica de formulação de uma prática psi descolonizada, é necessário alargar a compreensão da função social da psicologia no sentido articulado à luta pelos direitos humanos. Deste modo busca-se desconstruir a prática psi de manutenção do *status quo*, que propõe a normalização e docilização dos corpos para alimentar os moinhos coloniais, para favorecer o descobrimento das questões étnicas no nosso país, a fim de garantir que as populações originárias contenham suas histórias (CALDERONI, 2016).

Assim, a psicologia é chamada a se reposicionar frente à demanda de cuidado e enfrentamento às violências de Estado que se encontram em pleno vigor com acobertamento das lutas destas populações, dificultando ao máximo o acesso aos bens materiais e culturais (ARFELI; CREPALDI, 2017).

Neste sentido, entende-se que a clínica individual se mostra insuficiente frente à demanda de violência estrutural das populações de memória larga, que transbordam a teoria e a prática individualistas da ciência colonial, fazendo-se necessária a construção de um outro tipo de psicologia, que se comprometa com a reflexão das relações humanas em comunidade, considerando as diferenças cosmológicas, sem sobrepor o saber da psicologia à vivência das populações (RODRIGUES, 2016). Deste modo, precisamos pensar em formas de evitar a reprodução de uma prática “fofoqueira”, num leva e traz de informações sem propostas ou engajamentos à luta, numa psicologia que supere a objetificação e a fetichização da produção acadêmica sobre as populações indígenas.

Compreende-se também que na psicologia há a possibilidade de uma escuta qualificada das demandas, orientada por uma ética que reconheça as singularidades de existir no mundo, que se dedique em garantir instrumentos e manejos que dialoguem com as reais necessidades dessas populações, precavidos de análises das condições históricas, econômicas, sociais e culturais que compõem tal realidade. (TEIXEIRA, 2016)

Sendo assim, na construção de uma prática psicológica guiada por um ideal emancipatório e implicado na garantia de direitos, evoca-se o lugar do “estar com”, ressoando os dizeres proferidos da luta antimanicomial: nada de nós sem nós, ou melhor, nada deles sem eles. O imperativo nesta transição epistemológica parece estar na dimensão da experiência, para além de uma visitação turística às questões indígenas, assume um sentido no mais profundo da pele, algo que nos treme a base colonial de saber. É justamente neste campo das sensações que há de se rever o saber-fazer psi, que se constitui por meio do sentir, experienciar, muito mais que somente colher informações (BONDÍA, 2002).

O estar com, deste modo, favorece elementos para um deslocamento da prática colonizada para a prática descolonizada, fundado ainda numa revisão do saber-poder na qual se encara a psicologia (mas não só ela, e aqui se incluem as outras especialidades) como uma facilitadora do diálogo com o Estado para garantia de direitos desta população, abrindo mão do lugar interventor e docilizador comumente aprendido nos (per) cursos de formação em psicologia. Reconhecendo a dificuldade de interlocução entre Estado e população, compreende-se a força do sentido de estar junto, nos eventos indígenas, seja na organização ou participação, promovendo encontros para trocas de experiências e necessidades a fim de construir condições para os espaços de fala, num sentido longitudinal, de caminhar com. (ARFELI; CREPALDI, 2017; TEIXEIRA, 2016)

Sendo assim, pensa-se a psicologia alinhada a uma prática emancipatória, que dialogue com os conhecimentos específicos

de cada etnia, reconhecendo nas questões identitárias e de luta por terra os principais pontos para pensar os processos de saúde e adoecimento dessa população com uma perspectiva histórica, social, econômica e cultural, superando o tradicional modelo clínico individual alienado (RODRIGUES, 2016).

Em defesa das políticas públicas

Toquemos em um assunto que é muito importante, ao falarmos da práxis do trabalhador, de modo fortuito neste caso, do psicólogo, em sua relação com os movimentos sociais na defesa das políticas públicas. Como se sabe, o que diferencia uma política pública das demais é o fato de ser uma política que é construída com a participação direta ou indireta do povo, são programas, ações e decisões tomadas mediante a presença da população, visando sempre a garantia e a manutenção dos direitos conquistados e postos na constituição. Neste sentido, afirmamos que toda política pública é uma política social, por se tratar de uma postura diante da vida. Esta postura considera que as demandas singulares aos desejos de cada um somente podem ser asseguradas se reconhecermos antes as demandas de todos, da organização de uma dada comunidade ou sociedade de pessoas (entendemos sociedade como um conjunto de sujeitos reunidos em torno de um objetivo em comum). A política social que tem como princípio os valores e exigências das camadas populares, quando produzida a partir de uma política pública, é ao mesmo tempo enfrentamento de desigualdade social e produção da vida material em comunidade (GIOVANELLA et al., 2012).

Exemplificamos a discussão com o Movimento Sanitarista (MS), iniciado na década de 70, de inspiração marxista, que tinha como seus pontos de referência as experiências de revoluções sociais ocorridas na Nicarágua e em Cuba, países situados na América Central. Este movimento, composto por trabalhadores da saúde e diversos outros segmentos da população brasileira, tinha como

proposta revolucionária a Reforma Sanitária (RS): processo de transformação do aparelho institucional que legisla e se responsabiliza pela proteção à saúde da população no país (TEIXEIRA, 1989a; ESCOREL, 1989).

A intenção desse coletivo de pessoas era subverter a ordem hegemônica do Estado capitalista por meio de um outro tipo de oferta e produção de saúde, desta vez, em direção às camadas populares e levando em conta a sua realidade concreta e social. Nesse horizonte ético, o embate era por uma produção de saúde que não fosse pensada sem a garantia de outras condições sociais, também colocadas em um mesmo nível de importância, tais como, o acesso à educação, assistência social, saneamento básico, cultura, transporte, lazer, emprego, habitação, trabalho, renda e alimentação, meio ambiente, liberdade, renda, acesso e posse de terra. Ou seja, a saúde, no objetivo da RS enquanto proposta do MS, é a resultante de outros direitos sociais resguardados a todos de maneira integral, universal e equitativa (BRASIL, 1986; TEIXEIRA, 1989b). Destacamos que o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1988), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, é uma conquista genuína dos movimentos sociais e fruto das lutas políticas travadas pela RS.

Portanto, quais coordenadas precisamos adotar na práxis para a luta em defesa das políticas públicas e sociais avessas ao modo capitalista de produção? Segundo Teixeira (1989b), ao nos pautarmos nas lutas populares, precisamos ter como fundamento uma específica denominação de democracia, esta como um meio de reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos políticos, e, em ação, por intermédio de suas lutas. Para que haja democracia, na perspectiva que se apresenta, requer-se a existência de pelo menos três regras: a participação popular, o controle social e a liberdade para o dissenso. Escorel (1989), de uma outra forma, e citando os exemplos da Nicarágua e de Cuba, propõe que uma luta setorial pode se tornar uma luta nacional. Assim, elegeríamos o campo da saúde como um palco de luta política. Por meio deste setor, haveria

a proposição de um projeto de sociedade contraditório aos ideais e modos de viver a vida que são inscritos pelo sistema capitalista.

Para a concepção de Psicologia, de práxis e de movimento social, pela qual nos posicionamos, elencamos como compromissos éticos três fundamentos: (a) Considerar a luta setorial como uma oportunidade de luta nacional; (b) Adotar uma noção de democracia tendo em vista as demandas das classes populares; (c) Possuir como determinantes, para efetivação de uma política pública, a não dissociação entre produção de vida, implicação de si e protagonismo social.

Considerações finais

Nas instituições onde estamos atuando como psicólogas e psicólogos, frequentemente, por parte do poder público, nos deparamos com autoritarismos e preconceitos no atendimento à população, sobretudo se estamos falando das classes populares. Acreditamos que descolonizar a psicologia é o nosso ponto de partida para combater as violações de direitos humanos nos estabelecimentos institucionais: os racismos, as LGBTfobias, a misoginia, os sexismos, os machismos e outros “ismos” ou “ias”. Como já fora dito, é preciso construir os caminhos para uma Psicologia *desde abajo*. Para tanto, uma das iniciativas da Psicologia é oferecer uma escuta às demandas da população que tenha a sua implicação sociocultural, e que pretenda interceder na divisão social do trabalho erigida pelo modo de produção do capital. Por uma práxis não disciplinar e eurocêntrica, na nossa proposição ética-política, possuímos como princípio de trabalho as lutas que incluem de forma inconfundível as reivindicações do povo latino-americano brasileiro, sem esquecermos da história sempre presente de violência produzida pelas ações e pelos pensamentos coloniais.

Referências

ARFELI, G. F. M., CREPALDI, L. V. Violência como política de estado no Brasil: considerações sobre os direitos humanos. In: **Prêmio Marcus Vinícius de Psicologia e Direitos Humanos: violência de Estado ontem e hoje – da exclusão ao extermínio**. São Paulo: CRP/SP, 2017. p. 99-109.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** [online], n.19, p. 20-28, 2002. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>

BRASIL. Ministério da Saúde. 8ª Conferência nacional de saúde, relatório final. Brasília, DF: MS, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, D.F., 5 out. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

CALDERONI, V. Desconstruindo preconceitos sobre os povos indígenas. In: URQUIZA, A. H. (Org.). **Antropologia e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: UFMS, 2016.

ESCOREL, S. Saúde: uma questão nacional. In: TEIXEIRA, S. F. (Org.). **Reforma Sanitária: em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1989.

GIOVANELLA, L. et al. **Política e sistema de saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

GONÇALVES, B. S. A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. **Rev. Psicol. Polít.** [online], v.16, n. 37, p. 397-413. 2016.

GRUZINSKY, S. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Argentina: CLACSO, 2000. Recuperado de <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/libros/lander/pt/lander.html>>

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

RODRIGUES, E. S. O lugar da psicologia nas questões indígenas. In: **Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver**. São Paulo: CRP/SP, 2016, p. 227-234.

TEIXEIRA, L. C. A psicologia na promoção do bem viver indígena. In: **Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver**. São Paulo: CRP/SP, 2016, p. 235-259.

TEIXEIRA, S. F. (Org.). **Reforma Sanitária: em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1989a.

TEIXEIRA, S. F. Reflexões teóricas sobre democracia e reforma sanitária. In: **Reforma Sanitária: em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1989b, p. 21-47.

Seção 2

Trabalho e transformações

VII

Psicologia, Educação e Trabalho:

políticas públicas para resistência ou para reprodução?

Maria Cristina Dancham Simões

Cecília Pescatore Alves

Juliana Lopes da Silva

Aprovocação desencadeadora da discussão consistiu na problematização das políticas públicas em suas interfaces com as temáticas da Educação e do Trabalho, priorizando a questão sobre as possibilidades de resistência e/ou reprodução, no que se refere a identidade (CIAMPA, 1987) e a sociabilidade humana (BERGER; LUCKMANN, 1973). Ao discutir as políticas públicas de educação e trabalho, incorpora-se o debate que permeia as relações vividas atualmente na realidade orquestrada pelos princípios neoliberais, conforme aponta Frigotto (2010, p. 75): “o neoliberalismo se põe como uma alternativa teórica, econômica, ideológica, ético-política e educativa à crise do capitalismo deste final de século”.

Consideram-se também, a partir da atual situação educacional no Brasil, as possibilidades de constituição de identidades e sociabilidade

humana. Sendo assim, pensar em políticas públicas, no momento histórico vivido, em que os direitos humanos, outrora conquistados, estão sendo repetidamente revogados, nos remete fundamentalmente à necessidade de resistência, mas, sobretudo, de luta.

Como princípios, considera-se, neste capítulo, que a constituição da subjetividade, da identidade e suas relações, se dá pelo trabalho, tomado como categoria humana fundamental. Ainda, que a formação do indivíduo está atrelada a uma formação profissional e, nesse sentido, entende-se a educação como mediadora de políticas nacionais. As formulações acima se sustentam na concepção de que o ser humano é um ser social e histórico (LANE, 1992) e que este processo ocorre como metamorfose (CIAMPA, 1987) na atividade.

Frente à sociedade atual, marcada pela existência de grupos cujos direitos constitucionais não são atendidos plenamente, discute-se aqui três questões, a partir dos trabalhos apresentados: A educação indígena no Brasil, a política de acolhimento da criança e do jovem, e o fenômeno do suicídio, que assola as crianças e jovens no Brasil. Ao final, retoma-se a relação entre as políticas públicas e a formação em Psicologia, considerando-se as possibilidades de superação de práticas colonizadoras.

A educação indígena

O respeito à identidade cultural e valorização do patrimônio cultural da sociedade indígena está previsto na Constituição Federativa do Brasil e em políticas públicas direcionadas à educação escolar indígena. Entretanto, conforme nos afirmam Isaac e Rodrigues (2017) “desde a sua origem, a educação escolar foi vista como uma maneira de integrar os índios à sociedade, um modo de *civilizá-los*” (p. 60, grifo dos autores).

A atuação do educador indígena, nesse cenário, tem importante papel na garantia da preservação da cultura indígena, uma vez que sua atuação se insere em um campo fronteiro entre os saberes próprios de

cada etnia e os conhecimentos garantidos a toda população brasileira. Cabe, portanto, refletir sobre as peculiaridades dessa atividade e suas possíveis repercussões no educador enquanto sujeito, bem como sobre as práticas educativas frente aos elementos culturais de cada etnia.

O educador indígena, ao participar de processos de formação em um contexto educacional de uma cultura que não lhe é própria, se expõe a situações que podem interferir em seu processo de subjetivação, o que passa por questões referentes ao sentido dado a sua experiência de vida e de trabalho, o que pode impactar sua identidade. Desse modo, os que vão em busca de formação para a atuação como educador indígena podem acabar por alterar seus modos de vida. Justi, Miranda, Oliveira e Alves (2019) afirmam, por meio da observação da realidade, que o desenvolvimento de atividades profissionais não-indígenas, como é o caso da profissão docente, se relaciona a questões de “autorrealização pessoal, de autonomia e individualização, questões que contrastam com as orientações de sua cultura de origem” (p. 102).

Os métodos tradicionais de ensino adotados ao longo do processo de formação, bem como sua replicação no cotidiano escolar indígena, podem ser considerados profundamente diferentes da realidade das aldeias. O uso de lousa, giz, cadernos, cartilhas, podem representar, nesse sentido, uma espécie de colonização das formas nas quais cada etnia ensina e aprende.

Jordão (2014) também aponta a dificuldade do ensino bilíngue, uma vez que, em algumas comunidades, os educadores indígenas já não são mais praticantes ou mesmo não sabem sua língua materna, tamanho o distanciamento e a imposição cultural sofrida pelo seu povo historicamente. Sob essa perspectiva, o efeito danoso da imposição cultural anterior se mostra ainda mais impactante no processo educacional atual. Apesar desse desafio, a autora aponta que, ao estudar a língua dos povos originários, os educadores indígenas e os estudantes tomam contato com os saberes e fazeres de sua cultura. O incentivo da busca dos conhecimentos tradicionais junto aos membros mais velhos da comunidade, bem como relacionar conhecimentos considerados

universais e aqueles próprios de seu povo, abre novas possibilidades de recuperação das tradições.

Frente a tal complexidade, faz-se fundamental a participação efetiva da comunidade indígena na elaboração do planejamento educacional, bem como da garantia de que os processos de aprendizagem adotados sejam pertinentes àquela cultura, aos seus modos de aprender e compreender a realidade em que se inserem. Assim, a autonomia na gestão em relação ao projeto político pedagógico, prevista no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), ganha contornos palpáveis, valorizando o saber da comunidade.

Trata-se, portanto, de uma seara que demanda constante reflexão acerca do papel das políticas públicas de educação escolar indígena. Ainda que a educação seja um dos poucos direitos constitucionalmente garantidos que se efetivam na vida cotidiana da população indígena (JUSTI et al., 2019), frente ao histórico de degradação de sua cultura, as práticas educacionais se inserem em uma linha tênue e de difícil definição entre novas formas de colonização e de preservação de sua cultura. Ainda, conforme afirma Brighentin (2015), é necessário manter a contínua reflexão sobre a perspectiva da decolonialidade para o desenvolvimento de uma sociedade pluricultural.

Política pública de acolhimento

As políticas públicas de acolhimento institucional da criança e do adolescente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é outro direito adquirido e que merece debate sobre sua aplicação. Esta lei está em vigor e foi definida pelo artigo 227 da Constituição Federal, o qual é descrito no capítulo VII: Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso (ISHIDA 2013).

Afirma ainda o referido autor que os abrigos são instituições destinadas a receber crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, negligência familiar, abuso em diversos contextos, entre outras questões de riscos. Os Serviços de Acolhimento Institucional são locais

de abrigo para Crianças e Adolescentes que estão com sua guarda, provisoriamente, nas mãos do estado.

Através da história de Davi, cuja narrativa ocorreu quando já adulto, Furlan (2019) nos levou a pensar acerca do processo de identidade de um sujeito que viveu em abrigo, mas, principalmente, refletir sobre as políticas públicas destinadas a acolher crianças e adolescentes inseridos numa sociedade em que os direitos de humanos não são respeitados.

Para fundamentar este debate considerou-se a definição de identidade como um processo contínuo de metamorfose (CIAMPA, 1987), que ocorre nos espaços sociais através da atividade. É na atividade que a manifestação de personagens se revela e se altera dialeticamente. Compreender esse movimento constante requer um esforço em considerar criticamente a socialização, assim como o processo de individualização. Nos tornamos humanos ao adquirir as regras, os valores e a forma de viver de cada grupo social através da aquisição dos papéis sociais, assim como o seu devido desempenho. Ressalta-se que os papéis sociais são criados social e historicamente e impostos ao indivíduo através do processo de socialização. Dessa forma, vamos adquirindo possibilidades de identificação pela diferença e igualdade. Assim se processa, ao longo da existência de cada ser, o estar sendo, numa infinidade de metamorfoses. “A aquisição de papéis sociais pressupõe a internalização de valores e regras. Tudo isso revela ideologias.” (ALVES, 2017, p. 9). As ações e ideologias dos grupos e coletividades que se revelam enquanto políticas de identidade podem ser coercitivas, ao imporem a hegemonia, ou mesmo libertadoras, ao possibilitarem a diversidade.

Vinícius Furlan (2019) afirma que, quando estamos nos espaços sociais, vivemos personagens¹ dialeticamente opostas, que se manifestam sucessivamente no movimento da metamorfose. Contudo, aquilo que somos demanda estruturas de reconhecimento, que po-

.....
1 Entende-se aqui o termo personagem a partir de Ciampa (1987) como manifestação, no empírico da identidade.

dem ser emancipatórias ou reguladoras da identidade. Retomando a história de Davi, assim como a de muitas outras crianças e jovens, se questiona a forma de reconhecimento dirigida às pessoas que são abrigadas. Esse tipo de reconhecimento implica um enclausuramento de uma única personagem (o abrigado), independente do cenário em que vive, impossibilitando a metamorfose.

Na medida em que as políticas públicas se constroem enquanto políticas identitárias, podemos compreender que a política de abrigamento possibilita uma política identitária colonizadora, isto é, que impõem personagens enclausurados através do reconhecimento da personagem “abrigado” em detrimento ao estar sendo na atividade.

Davi consegue romper com a determinação social em virtude de serem reunidas em torno dele possibilidades de articular novas personagens. Segundo afirmações de Furlan (2019), na história de vida narrada por Davi, se evidenciou que nos atravessamentos das formas de reconhecimento, ocorridos no processo de construção da vida educacional e do trabalho, se apresentou como possibilidades de reconstruir o desempenho dos papéis sociais expressos através de novas personagens. Essa condição, nomeada por Ciampa (1987) de metamorfose, só pode ser construída a partir das relações que se constituem social e historicamente, na atividade, cujas condições objetivas se articulam com as subjetivas.

Papel da escola: socialização do conhecimento e espaço de produção de afetos

Por fim, considerando a interseção Educação e Trabalho, ponto de partida das discussões na roda de conversa, discutiu-se as possibilidades à juventude brasileira frente ao fenômeno do suicídio. Partiu-se da compreensão da escola como local privilegiado para o processo de socialização, tendo importância para a sociedade à medida em que permite a conformação do sujeito a seu papel social, como ser humano, cidadão e trabalhador.

No Brasil, a educação básica obrigatória foi definida entre 4 e 17 anos de idade (BRASIL, 2013), cabendo ao ensino médio a instrução voltada à escolha e educação profissionais dos jovens, os quais passariam a maior parte de suas vidas até o momento na escola; mas, também, considerando os objetivos dessa última, dedicariam-se ali à inserção na sociedade capitalista.

O futuro do pretérito utilizado denuncia os fenômenos trazidos ao espaço escolar, interferindo diretamente nos processos de formação. Na prática em Psicologia, são crescentes os relatos em que crianças e jovens são expostos à violência doméstica e urbana de diferentes ordens, problemas de relacionamento, dificuldades de aprendizagem, entre tantos outros. Ao mesmo tempo em que apontam para as possibilidades de atuação, impõem um olhar que ultrapasse os muros escolares e alcance a complexidade social.

O fenômeno particular que foi apresentado e discutido em nossa roda de conversa diz respeito ao suicídio entre jovens em idade escolar (GOUVÊA; GOMES, 2019). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), na população mundial, o suicídio é a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. De acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), entre 2011 e 2016, das tentativas de suicídio notificadas, aproximadamente 22% foram de crianças e jovens em idade escolar, na maioria entre pessoas do sexo feminino e da zona urbana.

As estratégias para psicólogas/os, apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), envolvem o aconselhamento, lidando com “questões de bem-estar, de crescimento pessoal e de desenvolvimento da carreira, assim como com a patologia da saúde mental” (OMS, 2006, p. 1); e também, entre outros, o treinamento individual entre os membros da comunidade escolar, para identificação de comportamentos de risco. Ainda que a Organização considere eventos de ordem econômica e/ou social como fatores de risco (como desemprego ou situações de guerra e conflitos), a prevenção, promoção de espaços de escuta e discussão do suicídio não consideram as questões da sociedade

capitalista como fatores a serem trabalhados. As condições escolares também não entram como elemento, a não ser de uma perspectiva individual (como decepções amorosas ou *bullying*), desconsideradas do todo.

A escola foi considerada, ao longo da discussão, como sendo espaço de expressão de afeto e cognição, considerando, a partir da psicologia sócio-histórica, a própria atividade humana como uma unidade afetivo-cognitiva (MARTINS; CARVALHO, 2016). Cabe destacar que essa perspectiva, contraditoriamente, ainda é pouco usual na Psicologia Escolar. Considerando o histórico conceitual, iniciado na teoria da carência cultural, e a sua crítica, na noção de fracasso escolar (PATTO, 1999), a inserção de psicólogos/os na escola ainda tem privilegiado perspectivas individualizantes e biologizantes, avalizando práticas medicalizantes corroboradas pela Psiquiatria.

A juventude brasileira, nesse contexto, se apresenta também enclausurada em políticas identitárias colonizadoras, considerando-se que as políticas públicas para a juventude são ditadas pelo neoliberalismo e não pela consideração dos direitos humanos.

Ainda que as referências preconizadas pela OMS sejam claras e devam ser consideradas, ressalta-se a necessidade de se considerar também a realidade da escola e da educação brasileira, em que as questões de classe permeiam e afetam diretamente o processo de aprendizagem. O indivíduo que sofre deve ser considerado em relação com o todo, também em sofrimento, o que demanda da Psicologia não apenas o rigor técnico-científico preconizado por teorias e agências mundiais, mas também inventividade e uma certa autonomia – expressa em uma mentalidade não colonizada – dos profissionais envolvidos.

Considerações finais

A proposta do debate aqui exposto possibilitou um espaço de compartilhamento de pesquisas e experiências sobre a temática edu-

cação, na tentativa de adensar reflexões, já existentes, sobre o processo de formação em psicologia para o trabalho nas políticas públicas.

O distanciamento da realidade vivida pelos alunos de psicologia e a realidade vivida pela maioria dos brasileiros e brasileiras demanda uma transformação do processo de formação. Qual a formação política do profissional de psicologia? Se não houver esse conhecimento, sua atuação na política pública se esvazia. Há de se considerar que a Universidade está sendo cooptada pelo capital privado, que o projeto em curso é de desqualificação da Universidade Pública e, na sequência, sua privatização.

Os trabalhos apresentados e aglutinados por esta “roda de conversa” convergem na medida que consideram as contradições inerentes às políticas públicas no contexto neoliberal latino-americano, pautado na colonização (que remonta o próprio processo histórico de desenvolvimento social e econômico brasileiro), nas políticas identitárias enclausuradas e enclausuradoras e também em práticas colonizadas na própria Psicologia.

As discussões feitas na Roda, aprofundadas no presente texto, denunciam e analisam tais contradições, ao mesmo tempo em que apontam as possibilidades de sua superação, uma vez que pensar criticamente as políticas públicas exige estudar as condições objetivas que transformam as possibilidades libertadoras das coerções sociais e historicamente constituídas. E este é o papel de uma Psicologia Social que se propõe crítica.

Espera-se que este capítulo contribua com novos debates em espaços de formação profissional em Psicologia e de outras áreas de atuação, bem como naqueles em que são refletidas as possibilidades de efetivação das políticas públicas.

Referências

ALVES, Cecília Pescatore. Políticas De Identidade E Políticas De Educação: Estudo Sobre Identidade. **Psicol. & Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e172186, 2017. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100414&lng=pt&nrm=iso.

BERGER, L. P.; LUCKMANN, T. A. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

BRASIL. **Lei n. 010172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>

BRASIL. **Lei n. 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**, v. 48, n. 30, p. 1-14, 2017. Recuperado de <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>

BRIGHENTI, C. A. Decolonialidade, ensino e povos indígenas: uma reflexão sobre a Lei n. 11.645. In: XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores, Velhos e Novos Desafios, **Resumo**. Florianópolis/SC, 2015. Recuperado de http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1461007755_ARQUIVO_Artigo_XXVIII_SNH.pdf

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da Razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). **A pedagogia da exclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 77-108.

FURLAN, V. Reconhecimento para além do fetiche da forma-personagem: a história de Davi. In: **Anais** do XIV Encontro da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social: Resistência e transformação, Assis/SP, 2019. Recuperado de <https://sites.google.com/view/regionalsopaulodaabraps/encontros-regionais/xiv-assissp-2019?authuser=0>

GOUVÊA, E.; GOMES, C. A. V. Escola e produção de afetos: o suicídio sob o olhar da Psicologia Histórico-Cultural. In: **Anais** do XIV Encontro da Regional São Paulo da

Associação Brasileira de Psicologia Social: A Práxis da Psicologia Social nos movimentos e espaço de luta: Resistência e transformação, Assis, 2019. Recuperado de <https://sites.google.com/view/regionalsopaulodaabrapso/encontros-regionais/xiv-assissp-2019?authuser=0>

ISAAC, P. A. M.; RODRIGUES, S. F. P. Educação escolar indígena: impactos e novas formas de colonização. **Revista COCAR**, v.11, n. 22, p. 60-80, jul./dez., 2017.

ISHIDA, Valter K. **Estatuto da criança e adolescente**: Doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

JORDÃO, E. L. P. Reflexões sobre o papel do professor indígena na educação escolar indígena e educação indígena. **Web Revista Página de Debates**: questões de linguística e linguagem, v. 23, jul., 2014. Recuperado de <https://docplayer.com.br/7335717-Reflexoes-sobre-o-papel-do-professor-indigena-na-educacao-escolar-indigena-e-educacao-indigena.html>

JUSTI, M. M.; MIRANDA, S. C.; OLIVEIRA, A. L.; ALVES, C. P. O educador Xavante: questões sobre educação, trabalho e cultura. In: **Anais do XIV Encontro da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social: A Práxis da Psicologia Social nos movimentos e espaço de luta: Resistência e transformação**, Assis, 2019. Recuperado de <https://sites.google.com/view/regionalsopaulodaabrapso/encontros-regionais/xiv-assissp-2019?authuser=0>

LANE, Sílvia T. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense. 1992, p. 10-19.

MARTINS, L. M.; CARVALHO, B. A atividade humana como unidade afetivo-cognitiva: um enfoque histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 699-710, out./dez., 2016. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287149565015.pdf>

OMS. Organização Panamericana de Saúde. **Folha informativa – Suicídio**. Brasília, DF. 2018. Recuperado de https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839

OMS. **Prevenção do suicídio**: um recurso para conselheiros. OMS: Genebra, 2006. Recuperado de https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1999.



A essência em função da existência:

compreensão do trabalho estranhado e suas repercussões

Ruchelli Stanzani Ercolano

Deivis Perez

Introdução

Estas notas apresentam uma discussão acerca de um conceito marxiano, o qual está em voga na atualidade e que nos apoia na compreensão do estabelecimento das relações de produção e reprodução sociais contemporâneas e de seus efeitos nas subjetividades humanas. A formulação teórica que referimos é o trabalho estranhado, que se caracteriza principalmente pela exteriorização, pela destituição da pessoa daquilo que a constitui como deveras humano: sua atividade vital, seu trabalho como *práxis* e como autoatividade. Tal configuração de trabalho se consubstancia em uma lógica econômica, política e (re) produtiva social específica: o sistema capitalista, que tem como cerne o dinheiro, a produtividade e o lucro, e que não evidencia compromisso

com a humanidade dos indivíduos que compõem esta sociedade e que garantem o seu funcionamento, mas apenas com a sua essência intrinsecamente despótica, opressora e parasitária de cada pessoa e do tecido societário. Em tempos de crises e retrocessos dos direitos políticos e sociais, observados tanto em âmbito internacional quanto nacional, torna-se ainda mais urgente o empoderamento dos sujeitos para a reunião de forças coletivas e universais que promovam resistência e enfrentamento destes retrocessos, a fim de que as pessoas possam se apropriar da totalidade do mundo material, no intento de executarem transformações da sua realidade direcionadas para os interesses das classes trabalhadores interessadas na superação do capitalismo.

O trabalho estranhado

O conceito de trabalho estranhado ou trabalho exteriorizado foi desenvolvido por Karl Marx em seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, para designar a atividade produtiva alheada em que o trabalhador não detém o próprio trabalho, os seus meios, produtos e, em função disto, afasta-se de si mesmo. Para elucidar a sua formulação, Marx (1844/2004) afirmou ser necessário partir da realidade, do fato presente nos planos econômico e nacional, já que repreendia as formas abstratas situadas somente em nível ideal e subjetivo para a compreensão de algum fenômeno. O trabalho estranhado deve ser entendido, então, na conjuntura socioeconômica concreta e em sua constituição marcada pelas presenças do capital, do lucro, da propriedade privada, da divisão do trabalho, da acumulação de capital por poucos, da concorrência e, assim por diante, de modo que também o trabalhador é apercebido peculiarmente nesta composição como reduzido à circunstância de mercadoria, sendo, ainda, a mais paupérrima dentre as mercadorias num contexto basicamente definido pela divisão social entre proprietários e trabalhadores.

O razoamento destes pressupostos conduziu Marx (1844/2004) a identificar como seus desdobramentos o enaltecimento do mundo

material em detrimento do universo humano, já que o centro da sociedade burguesa reside no capital, na produção e no lucro, de maneira que a lógica econômica e de mercado prevalece independentemente dos seus desdobramentos para a pessoa, em especial para aquela pertencente à classe trabalhadora. Assim sendo, exige-se do trabalhador a máxima produtividade, e na exata medida em que se amplia a riqueza que produz, mais pobre ele se torna, pois é visto como uma mercadoria barata, que mais se desvaloriza com o aumento de sua produção.

Nesse ínterim, o trabalho se efetiva em seu produto, em sua mercadoria, isto é, na sua objetivação material, pois nela o trabalho é fixado e sintetizado num objeto. Logo, agente e produto do trabalho são convertidos em mercadoria, tendo em vista que o trabalhador também é coisificado, na medida em que é utilizado somente como um meio para criar produtos os quais não são de sua pertença. Por essa razão, Marx (1844/2004) evidenciou que a efetivação do trabalho equivale à desefetivação do trabalhador, ou seja, o trabalho não tem um fim no trabalhador, mas no objeto. A objetivação do trabalho representa para o trabalhador a “*perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*” (MARX, 1844/2004, p. 80, grifos do autor).

Nessa lógica, o objeto é independente, autônomo, estranho e hostil ao seu próprio criador, o trabalhador que o desenvolveu, empregando a sua potência vital, a si próprio bem como se desgastando. Por conseguinte, o trabalhador se queda refém do objeto, aprisionado pelo poder do capital de maneira que quanto mais objetos cria, menos pode possuí-los, e menos pertence a si próprio, tendo em vista que ele necessita se submeter a este tipo de trabalho, o estranhado, pois acha-se como o único meio para a garantia da sua subsistência.

Em face deste panorama geral, Marx (2004) esquadrinhou o trabalho estranhado em quatro níveis: (a) estranhamento como perda do objeto; (b) estranhamento no desenvolvimento da atividade produtiva; (c) o estranhamento do gênero humano e; (d) o estranhamento da

pessoa pela própria pessoa. Passamos, neste momento, a delinear mais detidamente estes quatro formatos do trabalho estranhado.

O primeiro deles foi aqui abordado introdutoriamente, a exteriorização do trabalho pela perda do objeto, em que a natureza, o meio em que o trabalhador está inserido deixou de representar uma forma imediata de garantia de subsistência ao ser transformado pelo trabalho, pois o objeto como matéria-prima e resultante da atividade produtiva não pertence mais ao trabalhador. Conseqüentemente, a apropriação do mundo externo pelo trabalhador passou a significar privação dos meios de vida no sentido de objeto de trabalho e de modo de subsistência. Não é mais pela via da transformação da natureza mediada pelo trabalho que a pessoa produz a sua vida e a sua existência, mas pela via da sua constituição enquanto trabalhador-operário, já que destarte recebe um objeto de trabalho e meios de subsistência, os quais não estão disponíveis a todas as pessoas, mas sob o domínio do capital e do seu detentor, o burguês. Em poucas palavras, não se pode negar que, sob o capitalismo, “o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador” (MARX, 1844/2004, p. 82).

Dito de outra forma, a perda do objeto faz com que a pessoa também seja destituída do seu trabalho como atividade vital, própria do gênero humano, que para se caracterizar como tal deve ser um trabalho consciente e autônomo em que a pessoa participa de todas as etapas do processo produtivo, domina o seu labor por completo, do princípio, desde o planejamento, ao fim, resultados e produtos. Entretanto, o capitalismo concentra nas mãos de poucos, por intermédio da propriedade privada dos meios de produção, os objetos de trabalho, e a partir disso faz com que aqueles despossuídos sejam subordinados a um trabalho alienado, regido pela racionalidade econômica que intenta unicamente o lucro. Resta aos despossuídos receber, em troca do seu trabalho, algum emolumento, ainda que este dê conta de garantir apenas uma subsistência miserável.

O segundo nível do trabalho estranhado se dá no ato da produção em que, desenvolver da atividade produtiva, a pessoa estranha a si

mesma, pois nem o trabalho e nem o objeto lhe pertencem. Assim, a atividade produtiva não possui conexão com o sujeito e nem um sentido para ele, tendo como consequência a sua autonegação no trabalho, a sua despotencialização e a sua mortificação, porque se estabelece como trabalho obrigatório, como único meio de garantir a existência física de quem trabalha; não mais como trabalho para si, ou autoatividade, que é planejado e realizado no sentido da humanização do sujeito.

Nesta perspectiva é que o trabalho adquire o caráter de sacrifício, autoflagelo, martírio e aprisionamento, a tal ponto que os indivíduos se sentem livres e ativos somente em suas funções mais primitivas, como beber, comer, dormir e procriar, isto é, fora do trabalho (MARX, 1844/2004). Exemplo recorrente disso na atualidade é o anseio pela chegada do fim de semana, período em que não se trabalha, de modo que as pessoas vivem em função dos feriados e momentos de inatividade.

O estranhamento em seu gênero humano é a terceira forma de trabalho exteriorizado que Marx (1844/2004) descreveu, como o homem sendo descaracterizado de sua natureza humana, já que lhe é retirado aquilo que o diferenciaria dos animais: sua atividade vital, o trabalho como práxis, a atividade que envolve a consciência de si e para si. Aqui se percebe que a vida genérica do sujeito é convertida em meio para a manutenção da existência individual; a atividade vital passa a satisfazer somente uma carência: a conservação do corpo vivo. “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (MARX, 1844/2004, p. 85, grifos do autor). O trabalho exteriorizado nega à pessoa a sua vida genérica, e faz com que ela se submeta a um condicionamento primitivo que a desqualifica da sua humanidade, lhe retira o exercício de sua consciência e furta a sua liberdade.

Em decorrência deste estranhamento para com a essência humana, se revela o quarto âmbito em que o trabalho exteriorizado se manifesta: o estranhamento da pessoa pela própria pessoa. Neste ponto, a

pessoa não se reconhece diante de si mesma, e se percebe como uma outra pessoa, a qual é o resultado das relações laborais. Ademais, se processa um estranhamento entre os sujeitos e de cada um deles com o gênero humano. Logo, uma vez inseridas no trabalho estranhado, as pessoas consideram as demais a partir das suas relações e condições ocupacionais e profissionais.

Em suma, o trabalho é nomeado estranhado por Marx (1844/2004) rigorosamente porque ele não pertence mais ao trabalhador, mas a um terceiro que é advena ao trabalho, o capitalista, que é aquele que detém a concentração do poderio econômico. Este último, por sua vez, reafirma, dissemina e amplia a sua dominação por intermédio da propriedade privada dos meios de produção, estabelecendo, assim, uma relação dupla entre o trabalho e esta modalidade específica de propriedade, a qual, quando se encontrando em seu ápice é “um produto, um resultado do trabalho estranhado, pois cada vez mais este trabalho estranhado enriquece a propriedade privada, e, ao mesmo tempo, ela é um meio pelo qual se faz a *exteriorização* do trabalho, em que o proprietário dos meios de produção também se torna proprietário da força de trabalho alheia e do próprio trabalhador” (ERCOLANO, 2019, no prelo)

O prolongamento na atualidade do conceito de trabalho estranhado

Embora Marx tenha desenvolvido o conceito de trabalho estranhado há quase dois séculos, defendemos que é possível identificar a sua efetividade e preeminência nos dias atuais, tendo em vista que ainda nos situamos em uma sociedade moderna burguesa que mantém as linhas gerais da conjuntura socioeconômica essenciais do capitalismo. O formato social moderno atual se consolidou justamente com a cisão social entre uma classe dominante e outra dominada, em que os sujeitos são subjugados uns aos outros devido à ascensão social de uma parcela da população, a burguesia, a partir

do desenvolvimento econômico e da consolidação do capitalismo (LEFEBVRE, 1962/1969).

Esta subordinação de umas pessoas a outras pessoas se evidencia de forma mais imediata nos meios de produção, isto é, pelo estabelecimento das relações de trabalho, em que a burguesia, proprietária das forças produtivas e empoderada pelo capital, concentra em seu domínio os meios de vida, os objetos de trabalho e os modos de subsistência, ao passo que ao trabalhador, despossuído de privilégios econômicos, resta somente o destino de se constituir como proletariado pela divisão do trabalho, pelo trabalho estranhado e pelo sujeitamento às condições precárias e miseráveis impostas pela burguesia, que tenciona acumular expandir as riquezas obtidas e conservar o seu poder e o seu primado.

Nesse sentido, é firmada o que Engels (1845/2010, p. 69) denominou de ‘guerra social’. em que os combatentes se encontram em condições vigorosamente desiguais, tendo em vista que as armas, o capital e a propriedade dos meios de produção, não estão acessíveis a todas as classes, mas apenas à burguesia, sendo que os trabalhadores não possuem artifícios para fazer frente nessa luta, o que os torna reféns da elite burguesa, pelo trabalho estranhado, que, conforme dito anteriormente, somente permite o mínimo para sobrevivência, sem levar em conta a condição humana da classe trabalhadora.

A perversidade e a crueldade da guerra social se manifesta também quando os mais abastados se revestem por um ilusório e debochado caráter de generosidade, já que criam um sistema de hegemonia das ideias que faz emergir a falsa percepção de que é um favor do burguês investir na produção e obsequiar o operariado com salário, quando, em verdade, o capitalista investe tão somente na tentativa de obter lucro perenal, capaz de asseverar a ampliação desarrazoada e inescrupulosa da própria riqueza. Além do mais, a burguesia tem conhecimento da existência do contingente de pessoas desvalidadas e, na sua malvadeza caracterizante, estimula a concorrência entre trabalhadores para submetê-los às piores condições de renda e vida possíveis. Acerca disso Engels ponderou:

[...] mas que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera? Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que “lhe dê o pão”? [...] Ninguém. O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa, não depende dele conservá-la amanhã; sabe que o menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial desfavorável podem lançá-lo no turbilhão do qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível, manter-se à tona. Sabe que se hoje tem meios para sobreviver, pode não os ter amanhã. (ENGELS, 1845/2010, p. 69-70).

Por essas razões, os indivíduos, ainda nos correntes dias, se sujeitam e se mantêm sob condições de trabalho indignas, desumanas e alienadas, pois a submissão à perversidade da burguesia se apresenta como a única forma de obter meios para sua subsistência; e, a todo o momento são confrontados com a realidade de se verem desempregados e sem capacidade de granjear o sustento, por isso devem ser gratos ao acesso ao trabalho assalariado, seja ele em que condição for, já que, do contrário, a tramontana é a morte por fome. Esta ameaça de não se ter um meio para viver é sustentada pela “seleção econômica” própria do capitalismo, que forma os indivíduos e os escolhe conforme as demandas orientadas para a manutenção do sistema (WEBER, 1904-5/2004, p. 48).

Nesse sentido, o capitalismo moderno “educa e cria para si mesmo” a partir de um *ethos* próprio, isto é, de uma cultura, de um conjunto de boas condutas, preceitos morais e valorativos, princípios e virtudes úteis ao funcionamento efetivo do capital. Esta moral capitalista tem como causa e finalidade o próprio dinheiro, o êxito econômico e a obtenção de lucros, e é sustentada pela enganadora noção de que o sucesso e o prestígio socioeconômico são obtidos por meio do mérito individual combinado com o exercício virtuoso de condutas, valores e virtudes, como a idoneidade, a honestidade, a pontualidade, a presteza

e a temperança, as quais carregam consigo a confiabilidade e a credibilidade de que o capital necessita e deseja encontrar no trabalhador (WEBER, 1904-5/2004, p. 48).

Consequentemente, os indivíduos, desde o berço, formados a partir dessa moral, se empenham ao máximo para seguirem estes princípios e estilo de vida crédulos na falsa promessa social de que serão recompensados, isto é, receberão em contrapartida, o bem maior, a felicidade dessa doutrina: o dinheiro. Todavia, como Engels já observou em 1845 e continua vigorando nos dias atuais:

Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. (ENGELS, 1845/2010, p. 69-70)

Portanto, a sociedade capitalista moderna, a qual, insistimos, nos situamos na atualidade, possui um abrangente e complexo aparato estratégico para a sua manutenção e o seu efetivo funcionamento. As relações sociais e de trabalho, os meios de produção, as estratégias políticas, a lógica econômica e de mercado, as ideologias, a cultura, a sociabilidade e as leis são construídas e difundidas reafirmando a superioridade do capital pela dominação das pessoas empossadas sobre aquelas desprovidas do poder econômico, de modo que esses últimos ficam sem autonomia e sem liberdade no trabalho e na vida geral. A despeito disso, esta submissão é naturalizada, em função da geração e captura das consciências e subjetividades pela lógica capitalista, de tal modo que as pessoas se magnetizam e voluntariamente se aprisionam a este sistema ímpar em sua capacidade de engendrar brutalidades, malvezas e barbaridades sociais.

Segundo Marx e Engels (1845-6/2007), o trabalho estranhado poderia ser superado por intermédio da instalação de um processo revolucionário e, para estrutura-lo, é preciso ensinar:

um intercâmbio universal dos homens” o qual resultaria também no “[...] fenômeno da massa *sem propriedade* (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais [...]”. Logo, para superar esta alienação, seria necessária uma revolução que envolvesse sujeitos *histórico-mundiais*, isto é, que ultrapassaram as condições locais e particulares bem como se desenvolveram a partir da apropriação do intercâmbio global, reunindo “forças universais” contra um modo de produção que gerava desigualdades e sustentava a dominação social. (MARX: ENGELS, 1845-6/2007 p. 38-39).

Consequentemente, em sintonia com Ercolano (2019), é preciso favorecer que a apropriação total dos sujeitos pela união universal e revolução coincida com o trabalho convertido em autoatividade e, esta, ligada à vida material, de modo a possibilitar o desenvolvimento das pessoas até que se transformem em indivíduos totais, despojados de seu cunho natural. Assim, os intercâmbios entre os sujeitos deixavam de serem restritos, a apropriação abrangente da totalidade das forças produtivas era possibilitada pela união universal dos proletariados e, portanto, culminava no fim da propriedade privada.

Considerações finais

Em síntese, o trabalho estranhado pode ser entendido, conforme postulado por Marx (1844/2004), como o oposto da autoatividade e da práxis, sendo desefetivação da pessoa na qualidade de trabalhador e de pertencente ao gênero humano, já que se caracteriza por ser um trabalho que destitui o sujeito da sua liberdade, autonomia e consciência, em face da realização de um trabalho puramente operacional e mecânico, dispendioso, e sem sentido subjetivo, somente como um meio de obtenção de subsistência.

Este conceito é derivado de uma conjuntura social e produtiva própria: o capitalismo, tendo a sua perpetuação e o seu revigorecimento crise após crise, a partir do desenvolvimento e da acumulação

exponencial do capital. Assim sendo, há o predomínio, na sociedade contemporânea, do trabalho estranhado, de modo que são atípicas as pessoas que exercem um trabalho consciente e que traz em seu bojo a possibilidade de satisfação e de desenvolvimento pessoal. Ademais, no contexto brasileiro presente, é evidente a exteriorização do trabalho ante os ataques aos direitos elementares alcançados historicamente pelos trabalhadores, como por exemplo, pela reforma dos direitos trabalhistas e previdenciários, com a pretensão de fazer com que os cidadãos trabalhem por um período maior de suas vidas com cada vez menos direitos e em piores condições.

Portanto, as circunstâncias nos clamam por resistência e por oposição a essa lógica de alheamento e opressão, de modo que outra vez se faz presente a invitation para a reunião de forças coletivas e universais a fim de gerar um movimento revolucionário e de transformação radical que busque o alcance da real igualdade e liberdade das pessoas, restituindo-as assim da sua humanidade.

Referências

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: Segundo as observações do autor e fontes autênticas. 1845. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.

ERCOLANO, R. S. **Entre grades: o trabalho do professor na prisão**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista/UNESP, Assis/SP, 2019.

LEFEBVRE, H. **Introdução à modernidade**. Trad. Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 1. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IX

Do fora da raiz à raiz do lado de fora:

degradação humana sob o mister do trabalhar a qualquer custo

Juliana Lopes da Silva

Eduardo Pinto e Silva

Heloisa Aparecida de Souza

Estórias bem contadas, vidas mal vividas....

As estórias contadas a seguir poderiam ser compreendidas como uma distopia, ou seja, situações, estados ou lugares nos quais a extrema opressão, desespero ou privação se fazem presentes, mas fora de um lugar, como se fossem imaginárias. Antes o fossem. Em pleno século XXI, são situações baseadas em histórias reais, ainda que com as características de uma narração fictícia, pautada na realidade histórico-social, contraditória e de exploração, próprias do capitalismo. O texto foi inspirado nos trabalhos apresentados nas rodas de conversa intituladas “**Precarização social e do trabalho e suas implicações:**

análises críticas e possibilidades de intervenção”, do XIV Encontro Regional de São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social.

A precarização e a exploração do trabalho se fazem presentes na atualidade nas diversas categorias profissionais e têm sido incentivadas pelas inúmeras formas de flexibilização das leis, amplamente divulgadas como benéficas ao progresso da sociedade. Especificamente, a ideia de “estado mínimo” e propostas de reformas trabalhistas e previdenciárias têm sido disseminadas como uma forma de garantir mais acesso ao emprego, uma vez que visam (pretensamente) desonerar os empregadores, que podem (em tese) gerar novos postos de trabalho.

A luta pela sobrevivência fora das raízes

A história de Caiuá¹ e de sua família é marcada por formas de trabalho que variam de degradantes àquelas que são reconhecidas como análogas à escravidão (LYRA, 2014). Seus avós e seus pais contam que, em sua origem, a sobrevivência de sua etnia se dava pelas práticas de caça, pesca e o uso do território de acordo com a necessidade, atividades que dependiam da preservação das matas e dos animais (CARIAGA, 2012).

Ao que tudo indica, as transformações sociais que geraram a expropriação da terra indígena propiciaram o ingresso da população indígena, da região em que Caiuá e sua família residem, em formas de trabalho substancialmente diferentes de sua cultura (REZENDE, 2018). Por volta da década de 1980, usineiros da região passaram a recrutar ilegalmente os indígenas, incluindo a família de Caiuá, e ele mesmo, quando criança, residia temporariamente nos alojamentos destinados aos cortadores de cana.

Durante o período de plantio e/ou de colheita, os empregadores levavam famílias inteiras para alojamentos em condições precárias (CORREA, 2015). Nenhuma estrutura de moradia era oferecida e,

.....
1 Personagem fictício construído a partir do relato de pesquisa de Carniel e Gomes (2019), debatido na Roda de Conversa aqui sintetizada.

expropriados de suas terras e de sua cultura, passaram a vivenciar um cenário de degradação, assassinatos, estupro coletivo e suicídios. Também não havia estrutura de trabalho: sem vínculo formal, sem direito trabalhista, salário irrisório, alimentação insuficiente e sem respaldo em caso de adoecimento ou morte. Acima de tudo, nenhuma preocupação com as condições de vida dos trabalhadores que ali foram expostos a inúmeras violências e uma extenuante jornada de trabalho. As crianças, assim que possível, de acordo com a compreensão dos empregadores, passavam a ser inseridas no trabalho.

Participando da organização desse processo, estava um indígena aliciado pelo empregador: “o cabeçante”. Este tinha o papel de escolher, na aldeia, os que tinham melhores condições físicas para suportar o árduo trabalho; reunir o grupo de trabalhadores e administrar as metas de corte diárias (CORREA, 2015) – atividades pelas quais fazia mover a engrenagem de lucro fácil e alto do empregador. Entre o empregador, o temível coronel Bestamonte, e o “cabeçante” cooptado, havia a mediação do Gato Alvo. Bestamonte não precisava “sujar suas mãos”, nem tampouco aparecer. O “cabeçante” recebia conforme a produção de cada um dos grupos, devidamente com o desconto que cabia a Gato Alvo. Ganhava dinheiro em detrimento da exploração desumana dos outros “Índios-Irmãos”. Convencia os outros a trabalhar até a exaustão para o arbitrário poder. Se “beneficiava” com sua pequena locupletagem...

A exploração e o desrespeito às tradições pela lógica do capital abrem espaço para a degradação humana. Degrada-se o corpo, a identidade e a cultura, do “cabeçante” e de seus “recrutados”. Ao poder-supremo do Coronel Bestamonte, aí sim cabia os frutos dourados da grande locupletagem. À família de Caiuá, as inúmeras marcas do trabalho. Não tem mais condições físicas e mentais para trabalhar, diversas cicatrizes no corpo, problemas na coluna, nos pulmões, na visão, ausência de ânimo e vontade...

Após anos de exploração, ações governamentais visaram coibir as situações de vida e trabalho aviltantes. Em 1999, o Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena (REZENDE,

2018) garantiu que os trabalhadores das usinas fossem formalmente contratados. Na visão de alguns indígenas, uma segunda perda: a primeira, foi a de não poder viver nas suas raízes; a segunda, teria sido a de não poder mais ser tão “livremente” explorado fora delas. A contratação formal tornava as relações de trabalho mais enrijecidas, no sentido de impedir que os trabalhadores fossem explorados. No desespero pela falta do mínimo para viver, pode-se compreender que a lei que protege e garante direitos passa a ser vista como uma ameaça à sobrevivência.

Passado e presente se misturam. Caiuá experiencia, em sua vida cotidiana, a história atual da exploração progressa: seu avô já não pode sequer cultivar alimentos, pois, além de não ter sementes, não tem mais condições físicas para trabalhar. Também seu pai, bastante adoecido, depende especialmente da ajuda dos demais. Para ambos, os programas de transferência do Governo Federal são a garantia de sobrevivência (CORREA, 2015). É a queda de Caiuá, a queda de uma tradição, a queda de um povo.

A extinção do trabalho degradante favoreceu a inserção de Caiuá no mercado formal de trabalho, ainda que em uma atividade penosa e desvalorizada, como a de cortador de cana. Já para seu avô e seu pai, incapacitados para o trabalho, resta apenas um sonho: a aposentadoria. Contudo, nos tempos atuais, quais serão as lutas para o reconhecimento desse benefício, frente a uma intensa ofensiva contra os direitos do trabalhador brasileiro? Eis a queda de uma nação. A precarização, como diz Bourdieu (1998, p.119), está em “toda parte”. Ao que proclama precisarmos acionar nossos “contrafogos”, de modo a enfrentar a ideologia fatalista de sua inexorabilidade.

Mas há quem diga que situações como essa fazem parte de um passado longínquo, e que a cultura indígena, por muitos entendida como retrógrada e desatualizada, precisa dar lugar ao conhecimento ‘superior’, compreendido como ideal para o bem viver. Divorciados das raízes identitárias, fetichizados pelas imagens, são os que reproduzem o não-reconhecimento vivido no corpo e na pele dos indígenas.

Do fora da raiz à raiz do lado de fora: degradação humana sob o mister do trabalhar...

Contudo, apesar do discurso de avanço e modernidade, como veremos a seguir, a precarização e a exploração persistem.

O suplício e a degradação por dentro das raízes desarrazoadas

A modernidade e a flexibilidade nos contratos de trabalho são consideradas supramaximas na atualidade, uma vez que garantem [em tese] liberdade individual, ampla concorrência e mobilidade financeira. Esse discurso, presente desde os primórdios do capitalismo, se reatualiza, ganhando novas roupagens, termos em inglês e espaços de trabalho com estilo descontraído. Tudo visa conferir liberdade de participação, autonomia nas ações, horários de trabalho alternativos, proximidade nas relações entre colegas, líderes e diretores, numa horizontalidade propícia ao desenvolvimento de atividades em equipe (AUCAR, 2016).

Alguns autores têm chamado essa realidade hiperflexível de ‘Uberização do Trabalho’, em homenagem ao aplicativo de transportes que promete liberdade aos trabalhadores, mas que na realidade oferece informalidade, intensificação do trabalho e sofisticadas formas de controle e gerenciamento (ABÍLIO, 2017). O chefe carrasco é dispensável, as figuras do ‘cabeçante’ e do Gato Alvo são substituídas pelo controle horizontal ‘da equipe’, do ‘humor do mercado’ e do ‘cliente rei’. Novas ideologias e manutenção da exploração do corpo e da subjetividade dos trabalhadores.

A vida de Mariana² retrata a inserção nesse ambiente moderno, uma vez que trabalha em uma das agências de publicidade mais renomadas e reconhecidas do país. Apesar da aparente positividade do ambiente, sua situação de trabalho é precarizada, jornada extensa e sob pressão (ABÍLIO, 2017). Trabalha até madrugada e passa semanas sem um dia de descanso. Como recompensa, a empresa compra uma

.....
2 Personagem fictícia baseada no relato de pesquisa de Márcia Shimabukuro (2019) e no vídeo desenvolvido pelo Grupo de Planejamento, apresentado pela pesquisadora na referida Roda de Conversa.

pizza, paga seu táxi para ir embora às 3h da manhã e voltar às 8h. Sempre produzindo, “criando”, no eufemístico jargão imagético-publicitário. O ambiente, colorido, cheio de imagens pós-modernas e com um cachorro estiloso. Como referências de sucesso na área, empresários descrevem sua trajetória e participam de *reality shows*. De fato, o mercado de comunicação sabe fazer sua propaganda. Vende seu peixe, num mundo de afogamentos e afogados.

Por meio de uma planilha anônima compartilhada na internet (AUTORIA COMPARTILHADA, 2018) é possível conhecer um pouco mais desse ambiente. Na planilha, é possível ver um exemplo interessante, no qual o relato se inicia como “é uma empresa muito massa. A equipe é incrível, veste a camisa” – ou seja, uma forma de relatar uma expressiva dedicação às demandas da organização. Mas, contraditoriamente, o relato continua “Mas a gerência peca em vários quesitos. A galera trabalha muito e trabalha bem e recebe pouco por isso” (AUTORIA COMPARTILHADA, 2018, linha 21). Sobre outra agência, um relato aponta que aquilo que é positivamente avaliado é tido como sorte, raridade em um meio como esse. Ou seja, a sorte literalmente lançada alhures:

“Acho que é um lugar que vai muito de sorte... Existe muito machismo, inclusive por parte dos sócios. Já vi de perto mulher sofrendo assédio e o assediador saindo ileso e sócio passando a mão na cabeça e dizendo ‘já aconteceu comigo, relaxa’, e a mulher ter que chegar ao ponto de pedir demissão porque não suportava o clima. Por outro lado, em outras equipes, isso não acontece, e as mulheres têm uma assistência muito próxima em qualquer caso de opressão/assédio. Acredito que depende muito do gestor que você tem, infelizmente. Aqui a cultura do assédio é extremamente enraizada, tem até uma ‘personagem’ que é o assédio em pessoa e passa a mão em todo mundo quando tem a mínima das oportunidades” (AUTORIA COMPARTILHADA, 2018, linha 65).

A “flexibilidade” do contexto de trabalho se concretiza em formas precárias de contratação – *freelancers* e pessoas jurídicas dedicadas

a um único empregador são figuras muito mais frequentes do que contratos formais (AUCAR, 2016). Razão desarrazoada pela qual Mariana, apesar de trabalhar por longas horas a mais da jornada de 8 horas, previamente acordadas, não recebe por essas horas. Após longas semanas sem folgas, ela recebe o “privilégio” de folgar uma sexta inteira ou chegar um pouco mais tarde na semana subsequente. Mas ela não pode esperar demais, não há horário para sair. É como mulher, dizem, com (falsa) empatia “descontraída”, que tudo isso é algo que “deve aceitar”.

Por trás das festas e confraternizações, há espaço propício para abusos. Situações de violência psicológica, assédio moral e sexual, são tratadas com naturalidade, e se configuram presentes na rotina da trabalhadora. Situações partilhadas por uma pesquisa sobre o mercado de comunicação (GRUPO DE PLANEJAMENTO, 2017) permitiram que as experiências dela e de colegas de trabalho viessem à tona e pudessem ser conhecidas. Experiências de sofrimento demonstram que a precarização e a violência perpassam gênero, classe e raça, além de ter como pano de fundo o machismo e a objetificação.

O assédio também acontece na relação com os clientes, nas quais a submissão é imperativa e a possibilidade de oposição é praticamente nula, pelo risco de colocar todo o projeto a perder (AUTORIA COMPARTILHADA, 2018). No mundo irracional das imagens que distorcem o real, o cliente tem razão e o direito de exigir o que quiser, até mesmo a exploração do corpo, algo tão cruel e presente, *mutatis mutandis*, no mundo re-negado dos indígenas pelos seres do “mundo cultural superior”, que os julgam primitivos...

Possibilidades de rompimento da naturalização? Há, mas temos muito mais os atores de outro *nype* neste “enredo fictício”. Muitos assédios. Muitas Marianas mortas simbólica e concretamente.

A degradação generalizada, uma tragédia sem fim...

A precarização é um fenômeno macrossocial que atravessa a vida dos brasileiros, cada um a seu modo, em seu contexto de vida e

trabalho. Caiuá e Mariana, representantes, nessa história, de tantos outros trabalhadores espalhados pelo país, guardam diferenças culturais, regionais, de história de vida e de trabalho. Ele no interior, com um trabalho considerado arcaico, e ela na maior metrópole do país, em uma ocupação com características pós-modernas, carregam uma das inúmeras marcas que o capitalismo deixa aos seus explorados – a dificuldade de superação frente a um sistema complexo, injusto e, muitas vezes, indefinido, frente ao qual o maior desafio é resistir coletivamente. Em comum, Caiuá e Mariana têm em sua história o sofrimento, a humilhação social e a naturalização da exploração do homem pelo homem.

Identidades forjadamente des-efetivadas de suas raízes são convidadas a jogar no lixo seus preceitos éticos, e a sobreviver, produzir, alcançar metas. A degradação é não somente identitária, é degradação da própria condição humano-genérica. Deportados de raízes são introduzidos ou enraizados ao que não se liga à concretude humana. Retirados do que mais nos anima: o sentido, a vida, a vocação ontológico-histórica de Ser Mais (FREIRE, 1992). Sob o primado da fetichização, as coisas tomam o lugar da vida. A raiz vira um fio para tecer um produto imaginário que não nos leva a lugar nenhum, mas, outrossim, ao recôndito da mal aventurada relegação do ser social.

Somente pelo estranhamento e reflexão das distorções alienantes é que pode vir a florescer a desnaturalização, tão necessária como impedida. Esta não morre.

As narrativas dos sujeitos coisificados face à fetichização do mundo das coisas não se desvanece, embora seja este o sentido fundamental da precarização. Na narrativa que transgride o racionalismo, a precarização se desvela, e se revela como o que vai além das rupturas legais que nos assaltam. Nela, alcançamos com mais liberdade o âmago do que mais nos amargura. Assim, nos aproximamos sem rodeios do que mais precisamos enfrentar. Tal se torna mais nítido. E ao lado da luta de classes, motor da história, floresce o sonho real e esperançoso deste enfrentamento (FREIRE, 1992) de nossos contrafogos (BOURDIEU, 1998).

Do fora da raiz à raiz do lado de fora: degradação humana sob o mister do trabalhar...

Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra** [Internet]. 1-7, fev. 2017. Recuperado de <http://passapalavra.info/2017/02/110685>

AUCAR, B. S. **A publicidade no Brasil: agências, poderes e modos de trabalho (1914 – 2014)**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AUTORIA COMPARTILHADA. **Como é trabalhar aí?** 2018. Recuperado de <https://docs.google.com/spreadsheets/u/1/d/1oaUtNdIS4JUu7RFrOtFnWOX41zg1FRZ3N2DEHTLmniM/htmlview?usp=sharing&sle=true>

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CARIAGA, D. E. **As transformações no modo de ser criança entre os Kaiowá em Te'ýkue (1950-2009)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MTS, 2012.

CARNIEL, R. X.; GOMES, C. A. V. Significados e sentidos do trabalho indígenas em usinas de açúcar e álcool. In: **Anais do XIV Encontro da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social**, Assis, 2019. (No prelo).

CORREA, F. M. **O trabalho indígena na usina Passa Tempo em Rio Brilhante-MS (décadas de 1980 e 1990)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MTS, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRUPO DE PLANEJAMENTO. **Hostilidade, silêncio e omissão: o retrato do assédio no mercado de Comunicação de São Paulo**, 2017. Recuperado de <https://grupodeplanejamento.com/hostilidade-silencio-e-omissao/>

LYRA, A. R. T. O enfrentamento do trabalho em condição análoga à de escravo. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, p. 213-217, 2014.

REZENDE, S. B. A. O trabalho indígena no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul**, v.11, p. 191-214, 2018.

SHIMABUKURO, M. N. Trabalho dos sonhos? O pesadelo da realidade. In: **Anais do XIV Encontro da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social**, Assis, 2019. (No prelo).



Problematizando as estratégias de intervenção, trabalho e pesquisa em Psicologia Social: para além da clínica?

Silvio José Benelli

Os psicólogos estão atuando no campo das políticas sociais de saúde, de educação e de assistência social já faz certo tempo. Há um esforço para produzir novas formas de intervenção, de trabalho e de pesquisa – sobretudo na perspectiva de uma Psicologia Social crítica – por estes profissionais, tanto no âmbito da universidade quanto no da profissão, nos mais diversos estabelecimentos institucionais. Esses novos lugares de trabalho para os psicólogos demandam outras formas de trabalho que não as da clínica tradicional, focadas em atendimentos terapêuticos individuais, numa vertente psicologizante que descontextualiza e simplifica os problemas sociais, geralmente escamoteando sua consistência e determinação histórica, social e política, além de desconhecem sua dimensão inconsciente.

Na área da Assistência Social, há orientações claras em documentos oficiais (BRASIL, 2009a, 2009b, 2011) recomendando que não sejam realizadas psicoterapias nos estabelecimentos assistenciais,

e também em outras normativas (CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2007; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009, 2010, 2012). Podemos verificar que há um conjunto de análises críticas de corte sociológico e histórico dirigidas à Psicologia Clínica, como por exemplo: Moraes e Nascimento (2002), Bendassolli (2002), Ferreira Neto (2004), Huning e Guareschi (2005), Ferreira (2005, 2006), Moreira, Romagnoli e Neves (2007), Benelli (2009), Silva, Souza e Scorsolini-Comin (2012), dentre outros. Numa perspectiva crítica e dialética, Yamamoto e Oliveira (2010), discutindo a inserção dos psicólogos nas áreas da Saúde e da Assistência Social, afirmam que há um forte processo de proletarização dos profissionais da Psicologia e que, apesar de sua formação massiva para a atuação clínica, um grande número deles estaria migrando para a área das políticas públicas sociais, o que implica grandes desafios teóricos, técnicos e éticos. Em diversas pesquisas que tematizam a atuação do psicólogo no campo da Assistência Social (ARAÚJO, 2010; MACEDO, 2007; OLIVEIRA, AMORIM, 2012; SENRA, GUZZO, 2012), a partir da visada dialética, encontramos fortes críticas, tanto à Psicologia Tradicional quanto à clínica, tida como psicologizante, patologizante, individualizante e ahistórica, considerada inadequada para a realização de trabalhos sociais. Na intenção de superar a hegemonia da clínica no campo da Psicologia, apareceu na literatura um discurso sobre o que vem sendo chamado de “intervenção psicossocial” (PAIVA, 2008).

Problematizando o termo “intervenção psicossocial” na Psicologia

Vamos tecer algumas considerações sobre o termo “intervenção” e também sobre termo “psicossocial” na Psicologia. Quanto ao termo intervenção, L’Abbate (2012), por exemplo, ao tratar da Análise Institucional (AI), discute alguns significados atribuídos a este termo, recorrendo a dicionários. Ela sugere que “desse conjunto

de significados sobre os termos intervir e intervenção, fiquemos com a noção de intervenção que advém de intervir/vir entre, lembrando que vir é subjuntivo do verbo ver, indicando, portanto, a condição de uma visão outra, que se espera de um terceiro, convidado a intervir.” (p. 151). Ressalta ainda que para os brasileiros, o termo intervenção teria uma conotação autoritária, dada a experiência histórica de intervenções autoritárias por parte do Estado na vida política nacional. Ora, entendendo a importância do AI, observamos que essa análise conjuntural, quanto as causas de uma certa resistência ao termo intervenção, parece insuficiente para a problematização que nos interessa. Huning e Guareschi (2005), partindo do efeito Foucault, que desacomoda a Psicologia, se propõem a analisar “uma prática central do campo *psí*: a intervenção” (p. 114), tomando essa prática como um analisador dos saberes e dos discursos psicológicos. Elas afirmam que

A despeito das suas diferentes justificativas e estratégias de intervenção, coloca-se como principal objetivo desta ação uma chamada preocupação terapêutica, seja ela vinculada à prevenção, cura ou correção. Em qualquer uma destas instâncias, reitera-se a produção de normas: prevenir o indesejado, curar o anormal e corrigir o inadequado. (HUNING; GUARESCHI, 2005, p. 117).

Considerando tais questões e de acordo com o conhecimento, inserção e experiência que temos da vida acadêmica, observamos que na universidade ainda também se ensina fazer um tipo de “pesquisa de corte positivista tradicional”, que pode ser considerada normalmente como um conhecimento interventor e intromissor, de viés autoritário e tutelador. O cientista seria um especialista detentor de um saber-poder, a partir do qual se intrometeria de modo autoritário, supostamente neutro e técnico, imparcial e objetivo, sobre um objeto, com a finalidade de conhecê-lo, para saber como funciona, visando modificá-lo de acordo com seu saber científico “verdadeiro”. Nessa perspectiva de investigação, há uma subordinação objetificadora e coisificante do outro, o “sujeito” da pesquisa é reduzido a um objeto

passivo. Em tal caso, são hegemônicas as cisões entre ciência e política, saber e poder, pensar e fazer, teoria e prática, planejadores e executores, sujeito e objeto, normal e anormal, objetividade e subjetividade (que aparece apenas como variável interveniente, problemática, que deve ser abolida), neutralidade e implicação.

Trata-se de conhecer para saber, saber para prever, prever para controlar, de acordo com o lema positivista clássico. O conhecimento certo e “verdadeiro”, com base numa perspectiva causal, leva a formulação de modalidades de intervenção com objetivos preventivos, com a pretensão de evitar as possibilidades desviantes da norma. Se na ordem da política imperam as relações conservadoras de dominação, subordinação e exclusão social (seguidas de práticas de reinserção e de inclusão social consentidas e subalternas), no campo epistemológico essa ordem se traduz em práticas científicas colonizadoras autoritárias. Os efeitos visados promovem a manutenção da realidade social do modo como está, pois essa prática científica é essencialmente conservadora.

Também já faz um certo tempo que o termo “psicossocial” emergiu no campo das ciências humanas. Esse significante polissêmico costuma ser empregado por educadores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e diversos outros trabalhadores das políticas públicas de Educação, de Saúde, de Assistência Social e da política pública para a criança e o adolescente. São produzidos “atendimentos psicossociais”, “reabilitação psicossocial”, “apoio psicossocial”, “visitas domiciliares psicossociais”, “reuniões e grupos psicossociais”, são escritos “relatórios psicossociais” e também “laudos psicossociais”. O termo “psicossocial” entrou na moda discursiva, no jargão dos trabalhadores *psi*, tal como o termo “socioeducativo” (BENELLI; COSTA-ROSA, 2011). Mas o que designa esse termo? Quanto à questão que nos interessa, o que encontramos no campo da Psicologia? Encontramos, como diz Lacan (1999, p. 314) a respeito de outras questões, “[...] os sinônimos, os deslizamentos, as equivalências e, ao mesmo tempo, as obscuridades”.

Casos de “intervenção psicossocial” de viés psicologizante na literatura psicológica

De acordo com a literatura, parece que numa tentativa de superar ou de ampliar uma prática clínica centrada no tratamento do indivíduo e da sua interioridade psicológica, considerada como sendo desvinculada do plano do social, alienada, psicopatologizante, passou-se a propor uma modalidade de prática de atuação no campo *psi* que – sendo supostamente diferente, mas que acaba fazendo avançar a mesma lógica do atendimento clínico tradicional psicologizante sobre os “problemas sociais” – pretenderia, sem mais, unir os termos “psico” e “social”, talvez numa tentativa de superar o solipsismo implicado na noção de “psiquismo” enquanto interioridade psicológica, personalidade e identidade, buscando articulá-lo rapidamente com uma suposta realidade social externa. Nessa pressa e superficialidade, o que se consegue parece ser apenas uma nova roupagem para a perspectiva funcionalista de sempre, permanecendo muito distante de qualquer possibilidade minimamente dialética. Nesse caso, o termo “psicossocial” remeteria ao plano de certa intersubjetividade, na qual o psiquismo individual se conectaria com o campo social, sofrendo suas influências. Mas isso parece ser feito de modo muito rápido e sem maior consistência teórica e ética. A partir de uma perspectiva crítica, considera-se que há uma forte tendência na Psicologia a um movimento de intensa psicologização da vida cotidiana, bem representado pelo que já se convencionou denominar de expansão e cultivo de uma “cultura psicológica” (CASTEL, 1987; FERREIRA-NETO, 2004).

Encontramos alguns casos que nos parecem bons exemplares das denominadas práticas de intervenção caracterizadas como sendo “psicossociais”, mas que são representativos da persistência do antigo e do tradicional nas práticas da Psicologia: os trabalhos de Silva (2002), de Casella (2004), de Zamberlan (2005), de Machado (2004), de Afonso (2006), de Neiva (2010) e de Silveira (2014). Todos eles são exemplares no sentido de que tornam explícito o esforço da Psicoló-

gia em propor que finalidades terapêuticas e curativas sejam obtidas por meio de diversos processos pedagógicos, educativos, cuidadores e socializadores, numa perspectiva que se denomina “psicossocial”, mas que, quando examinada mais de perto, apresenta um notável viés adaptativo, corretivo e vigilante, visando o ajustamento normalizador do indivíduo (FOUCAULT, 1999). Tais trabalhos denominados de “intervenção psicossocial” parecem bons representantes desse processo. Por meios dessa amostra bibliográfica, nota-se uma forte tendência da Psicologia em patologizar, psicologizar e despolitizar o que é eminentemente social, terapeutizando a vida social na direção da instauração e consolidação de uma cultura psicológica. Aparentemente, a Psicologia, como ciência humana, parece estar superando a mera função de mistificar as contradições das relações sociais, dirigindo-se para uma prática mais ampla, que visaria ao cultivo do relacional ou à expansão de uma cultura relacional de matiz psicologizante, investigada por Castel (1987).

Quando as dimensões sociais, políticas, econômicas e subjetivas, que são determinantes das condições existenciais pessoais, parecem escapar completamente a qualquer possibilidade de intervenção e transformação, restaria ao profissional da Psicologia o trabalho de gerenciar e administrar o plano das relações interpessoais, trabalhando sobre o relacionamento humano, procurando melhorá-lo ou desenvolvê-lo, buscando superar seus bloqueios e traumas e também prevenir problemas de comportamento. Se transformar a realidade sociopolítica parece bastante inviável, porque o social vem sendo desconstruído pelo discurso neoliberal hegemônico, restaria ainda a possibilidade da criação do psicológico como espaço pessoal (interioridade psicológica) e interpessoal (relacionamento grupal baseado em técnicas psicológicas).

Conclusão

Superar as práticas clínicas psicológicas mais tradicionais não parece tarefa simples, como se poderia imaginar. Práticas meramente

alternativas, mas não dialeticamente contraditórias com relação à lógica da Psicologia Clínica terapeutizante, tais como as de matiz pedagógico terapêutico, não parecem capazes de superar as tradicionais modalidades clínicas psicologizantes de sempre. Certamente, a literatura não se limita aos casos que indicamos, pois também há outras modalidades de “intervenções psicossociais” potentes e promissoras, desenvolvidas pelos psicólogos, que são embasadas em perspectivas dialéticas (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2002), na Filosofia da Diferença (DELEUZE, 1992, 2011; DELEUZE; GUATTARI, 1997; GUATTARI; ROLNIK, 1996) e na Psicanálise (LARA JUNIOR; RIBEIRO, 2009; VIEIRA; HOLCK; MACHADO; GROVA, 2008; MOREIRA; GUERRA, 2010), que seriam produtoras de outros efeitos sociais que não a adaptação social à ordem vigente. Sua singularidade encontra-se na ética que adotam: superação da relação sujeito/objeto e também do paradigma doença/cura, visando a superação das oposições entre saber, poder e produção de subjetividade.

Referências

- AFONSO, M. L. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- ARAÚJO, F. I. C. “**Mas a gente não sabe que roupa a gente deve usar...**” **Um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência da Assistência (CRAS)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BENDASSOLLI, P. F. A psicologia revisitada pela pragmática: subjetividade, conhecimento e método. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 2, p. 309-319, 2002.
- BENELLI, S. J. A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 515-536, 2009.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 539-563, 2011.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO O. (Org.) **Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRASIL. MDS/SNAS. **Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: MDS/SNAS, 2009a.
- BRASIL. MDS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009b.
- BRASIL. MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**. Brasília: MDS, 2011.
- CASELLA, M. **Estratégias em psicologia institucional**. São Paulo: Loyola, 2004.
- CASTEL, R. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília, DF: CFP, 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Política de Assistência Social. **Diálogos**, v.7, n. 7, p. 03-56, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)**. Brasília, DF: CFP, 2012.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. SP: Ed. 34, 1997.

FERREIRA, A. A. L. Verdade e desejo: a hermenêutica confessional como condição de surgimento dos saberes *psi*. **Memorandum**, v. 8, n. 1, p. 130-140, 2005.

FERREIRA, A. A. L. O surgimento da psicologia e da psicanálise nos textos da genealogia foucaultiana. **Memorandum**, v. 10, n. 1, p. 71-84, 2006.

FERREIRA-NETO, J. L. **A formação do psicólogo**. Clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HUNING, M. S.; GUARESCHI, N. M. F. (Org.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

LABBATE, S. Análise Institucional e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. **Mnemosine**, v. 8, n. 1, p. 194-219, 2012.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente (1957-58)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LARA JUNIOR, N.; RIBEIRO, C. T. Intervenções psicossociais em comunidades: contribuições da psicanálise. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 91-99, 2009

MACEDO, J. P. S. **O psicólogo no campo do bem-estar: cartografias de práticas na saúde e na assistência social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

MACHADO, M. N. **Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo**. Belo Horizonte: Campo Social, 2004.

MOREIRA, J. O.; GUERRA, A. M. C. (Org.). **A psicanálise nas instituições públicas: saúde mental, assistência social e defesa social**. Curitiba: CRV, 2010.

MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.

NEIVA, K. M. C. **Intervenção psicossocial** - aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. São Paulo: Vetor, 2010.

OLIVEIRA, I. F.; AMORIM, K. M. O. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 70, p. 559-566, 2012.

PAIVA, I. L. **Os novos quixotes da psicologia e a prática social do “terceiro setor”**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pós Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012.

SILVA, R. C. **Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania**. São Paulo: Vetor, 2002.

SILVA, L. S.; SOUZA, L. V.; SCORSOLINI-COMIN, F. Questões contemporâneas (e não contemporâneas) sobre a prática clínica. **Vínculo**, v. 9, n. 1, p. 34-46, 2012.

SILVEIRA, A. **Socialmente engajados: refletindo sobre intervenção psicossocial**. São Paulo: Wedologos, 2014. (Ed. eletr.).

VIEIRA, M. A.; HOLCK, A. L. (Ed.); MACHADO, O.; GROVA, T. (Org.). **Psicanálise na Favela – Projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos**. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. spe., p. 9-24, 2010.

ZAMBERLAN, M. A. T. (Org.) **Psicologia e prevenção: modelos de intervenção na infância e na adolescência**. Londrina/PR: Eduel, 2005.

Seção 3

Contribuições para práticas resistentes

XI

Processo civilizatório, mitos fundadores e pacto lulista: a dimensão subjetiva das relações raciais no Brasil contemporâneo

Marcio Farias

Processo civilizatório e os seus mitos fundadores

A marcha para conformação das relações sociais de produção, sob a égide do modo de produção capitalista em sua forma madura no Brasil, se dá diante de um longo processo desigual e combinado, com distinções regionais, mas com algumas determinações gerais que igualam a objetivação do capital em terras tupiniquins. Dentre elas, a composição étnico-racial da emergente classe trabalhadora brasileira.

O longo processo de transição de uma sociedade colonial, baseada na ampla utilização do trabalho escravo para uma sociedade moderna, foi discutido por Moura (1988), o qual ressaltou que um dos grandes entraves que atravancavam o caminho desses passos iniciais da nascente nação brasileira era a instituição escravidão. A marcha civilizatória exigida pela era do capital, que se erguia nos centros dinamizadores

dessa forma societária, demandava o fim da escravidão. Nesse sentido, ao longo do século XIX, acalorados projetos foram propostos pelas elites dominantes para dar conta de erguer nos trópicos uma sociedade moderna, tal como se consagrava década após década os países na Europa (SKIDMORE, 2010). Assim, a intelectualidade nacional, ligada aos setores dominantes, desde a inconfidência mineira até a revolução de 1930, debateu exaustivamente os rumos da nação brasileira. Nesse ponto, a escravidão e seus desígnios foi tema central durante todo esse período. A síntese desse processo pode ser resumida na seguinte frase: “Negro, de bom escravo a mau cidadão” (MOURA, 1977). A maior sociedade escravista moderna se tornaria livre, não só da instituição escravidão, mas desse sujeito, outrora fundamental, mas agora dispensável. Então, de 1870 a 1930, ocorre a tentativa de branqueamento pleno do trabalho no Brasil (JACINO, 2008).

Os projetos orquestrados nesse ínterim são longos no prazo de elaboração, mas curtos no tempo de vigência e respostas que o capital nacional precisa dar diante das novas demandas. O “elemento nacional”, em ampla escala, precisou ser incorporado após 1930. Assim, a revolução burguesa no Brasil precisou de novas formulações para o seu projeto. Os modernistas deram conta dessa narrativa que conforma uma classe trabalhadora sem “divisionismos perigosos”. O mito da democracia racial consagra a amálgama das “três raças tristes” que compõem o povo brasileiro e cria o elo para que o trabalho possa produzir, sem empecilhos, a consolidação da tão sonhada marcha civilizatória. O lema de então era desenvolver-se a todo custo. Crescer e crescer, para dividir. A ideia de uma miscigenada e suada classe trabalhadora brasileira se constituiu nas mentalidades das hábeis elites, penetrando também com muita força entre os setores subalternizados (MOURA, 1977).

Assim, a classe trabalhadora brasileira tem, nas décadas de 1930 a 1980, sua expansão e consolidação. No entanto, emerge sob o estatuto de uma sociedade de desenvolvimento subordinado em que pesa a superexploração da força de trabalho para garantir o lucro nacional

como compensação do desnível com o capital internacional. Soma-se as diferenças regionais, raciais e de gênero na conformação da classe trabalhadora brasileira. Ainda que nesse momento tenha ocorrido a expansão dos centros urbanos e da indústria, o campo brasileiro abrigou grande parte dos trabalhadores no período. A composição desse setor também se dava de maneira heterogênea entre camponeses, posseiros e trabalhadores assalariados. Nas cidades, trabalhadores da indústria, serviços, comércio e funcionalismo público (IANNI, 1965). Ainda assim, no interior dessas frações de classe determinadas pela inserção enquanto força de trabalho nas relações sociais de produção, incidia, também, outras determinações que facultavam vantagens e desvantagens para alguns segmentos. Existia uma divisão sexual e racial do trabalho: homens e mulheres negros, na média social, tinham uma inserção ainda mais precarizada da já hostil determinação entre capital e trabalho no Brasil.

O preconceito racial, portanto, marca a vida econômica da classe trabalhadora. Sua gênese enquanto fenômeno social é controversa, mas a colônia escravista semeia e faz brotar uma diferenciação estrutural baseada na ideia de raça e na conformação da estrutura patriarcal nas relações de dominação e poder (COSTA, 1966/1998; SAFFIOTI, 1987). A reordenação das relações sociais de produção, que nas fases da colônia e do império não distinguia primariamente por gênero para a inserção enquanto mão de obra nas atividades produtivas, fazendo uso em largo expediente de mulheres e homens africanos em todos os setores da economia, em vários tipos de trabalho, baliza-se, na transição para o trabalho livre assalariado, na conformação ideopolítica da divisão sexual e racial do trabalho. Não por acaso, é de 1933 a publicação do livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. Livro balaústre do projeto nacional brasileiro de então, opõe-se ao pensamento conservador racista que vigorava no Brasil desde fins do século XX, positivando a história colonial com a seguinte tese: o colonizador português difere em essência dos demais colonizadores por conta do seu histórico enquanto povo miscigenado, desde a época

em que a península ibérica foi invadida pelos árabes mouros. Assim, ao empreender a colonização, ainda que violenta, mistura-se com o colonizado. No caso brasileiro, encontrou outro tipo sócio psicológico compatível com seu projeto civilizador, a africana escravizada. O encontro sadomasoquista gera um tipo social novo, o mulato, o gozo nacional, demiurgo da nova e moderna nação. O último capítulo do livro termina na cozinha, lugar social desse encontro e produção, não só de mulatos, mas de doces e comidas saborosas que darão substância ao empreendimento desenvolvimentista.

Assim, o modernismo – em que pesem as diferenças internas do movimento – foi uma expressão ideológica de uma positividade do passado colonial nacional, cujos rumos do país passariam não só pela aceitação da influência indígena e africana, mas por sua valorização como algo típico, e que poderia ser exportado ao mundo, rompendo com a relação de submissão que colocava o país como quarto de despejo da produção metropolitana, lançando-o na ponta de linha de uma modernidade inclusiva.

Seguem-se posteriormente movimentos estéticos, culturais e intelectuais que renovaram a perspectiva modernista. As décadas de 1940 e 1950 são marcadas, no campo estrutural, pelo encaminhamento do desenvolvimentismo econômico e urbanização, agora massivos, mas que também foram acompanhados por ondulações de rigidez na política, muitas vezes influenciadas por países centrais na dinâmica capitalista.

A obstinação de quem somos sempre voltou na produção estética. A geração de artistas baianos ou instalados na região, encabeçados por Jorge Amado, Dorival Caymmi, Caribé entre outros, propôs novas possibilidades e alargou o horizonte da discussão sobre o que é ser brasileiro. Dialogando com as primeiras proposições de Gilberto Freyre, vão apresentar o típico nacional, tendo Salvador e o recôncavo baiano a, partir da África nagô, como protótipo do enraizamento nacional, representado, sobretudo, pelos orixás – é a retomada do imperialismo *iorubá* para pensar a questão da identidade nacional. A paixão cativante pelos mitos dos orixás presente na produção desses

artistas reconhecidos foi nacionalizada nesse ínterim, pois encontrou eco em um Rio de Janeiro, onde também eram nítidas a presença e a pujança dessa manifestação africana na diáspora brasileira (SILVA, 2017). Mas a compulsão à repetição, somada ao lastro cultural descrito acima, fez com que a temática do que somos voltasse com força no período da ditadura militar, iniciada em 1964. O novo trauma teve como tentativa de elaboração o projeto tropicalista, e aqui, a menção é direta em relação ao movimento modernista.

De um lado, uma releitura do luso tropicalismo de Gilberto Freyre, que, no contexto da década de 1960, já figurava como um intelectual conservador vinculado ao projeto neocolonial empreendido pelo ditador português António de Oliveira Salazar no continente africano, e Freyre também era um entusiasta do regime militar brasileiro. Assim, o tropicalismo propôs uma ressignificação da modernidade tropical, mas numa contraposição ao desenvolvimentismo autoritário levado a cabo pela ditadura militar, e defendido na ideia luso tropicalista de Freyre. A antropofagia, por sua vez, era a ideia chave de inspiração do movimento contracultural brasileiro.

Deste ponto em diante, há uma nova tentativa de reinventar o Brasil a partir das nossas matérias-primas, do que somos. Os dois principais expoentes do movimento tropicalista, Caetano Veloso e Gilberto Gil, corroboram e incentivam o florescimento de novas vertentes culturais afro-brasileiras, sobretudo os afoxés, na Bahia, mas também são mediadores da conexão afro-cultural nacional com a internacional desse período. Nesse ínterim, o movimento negro contemporâneo ressurge, agora incorporando também plataformas internacionais. Aqui temos o encontro das águas, as vanguardas se encontram, movimento cultural e movimento político.

Neste ínterim, havia dois eminentes intelectuais: de um lado, Guerreiro Ramos e sua participação como intelectual não só para denunciar o racismo e superá-lo, como também em suas contribuições no projeto de Brasil desenvolvimentista então em voga; do outro, Abdias do Nascimento, sujeito síntese da integração da luta

antirracista brasileira, com suas congêneres internacionais. *O Brasil na mira do pan-africanismo* (NASCIMENTO, 2002) permitiu um lastro maior para se pensar o ativismo negro brasileiro. As várias correntes do pan-africanismo, o movimento negritude, o movimento consciência negra sul-africano, a luta pelos direitos civis nos EUA, as guerras por libertação no continente africano e as primeiras expressões de lutas de imigrantes africanos no continente europeu são o caldo dessa sopa caudalosa do antirracismo brasileiro da segunda metade do XX. Mas não sem contradições. A ideia de povo negro alavancou o enfrentamento ao racismo. A ideia de integração, nos moldes anteriores, não dava mais conta do projeto antirracista. Se antes a ideia era pensar e projetar um brasileiro negro e a democracia racial como mola propulsora desse salto, a partir da década de 1960 o movimento negro se percebe como mais um elo da luta antirracista internacional: “Negros do mundo, uni-vos!”.

O duplo estatuto de ser negro se firmava como um poderoso elemento contra-hegemônico, capaz de implodir as ambiguidades e contradições da obsessiva ideia de identidade nacional. O encontro das águas afluiu em algo pujante e rico: de um lado, as novas tendências modernistas que desembocam no tropicalismo; do outro, a intensa força da luta antirracista internacional. Por aqui, uma ideia de um povo dentro de um território. Ser negro-africano era a nova pauta do movimento negro, e redescobrir a África em nós foi a grande bandeira da versão nacional da luta antirracista internacional, o solo concreto de desafios. *O genocídio do negro brasileiro* (NASCIMENTO, 1978/2016) que produz um *Negro revoltado* (NASCIMENTO, 1968).

Assim, o movimento negro na década de 1970 ressurgiu mais complexo do que as primeiras versões do início do século XX, articulado com o conjunto da luta antirracista internacional, incorporando bandeiras e uma nova gramática para a militância que enfim dão signos que permitem a significação e um sentido para as vivências discriminatórias dessa parcela da população brasileira. No campo e na cidade, o movimento agora brada seu orgulho e exige reparação.

Assim, no horizonte de visibilidade está a pauta por políticas públicas específicas.

Aqui o resgate foi na cultura dos maracatus, no samba de terreiro, no candomblé e em outras tradições “puras” do ser africano metamorfoseado em cativo, que respondeu africanizando e tornando-se negro liberto de corpo e alma. Elegeram-se, assim, os símbolos dessa nova empreitada de luta, e os orixás foram os grandes bastiões dessa resistência cultural e estética negra do outro lado do Atlântico; a determinação da dialética, porém, é um imperativo. Ao negar a hegemonia, o movimento negro afirmou questões que, num terceiro momento, negava a experiência contínua da massa de negros e negras proletarizados, ou do campo.

Pacto lulista

Ao mesmo tempo, outros movimentos sociais se consolidam e marcham pela redemocratização e a consolidação de um pacto cidadão que possibilite, por meio do Estado, a atenuação dos problemas históricos que conformam desigualdades. Ainda que sucedido por uma década de desertificação neoliberal, o pacto social é parcialmente levado a cabo nas gestões federais petistas que, com uma plataforma de reformismo fraco, ainda assim, promoveram mudanças significativas na composição sócio econômica da população brasileira (SINGER, 2012).

Com a ampliação e a inserção de um amplo segmento populacional no campo do consumo, feito conseguido com a transferência de renda e o acesso ao crédito, minimizou o contingente de pessoas absortas na pobreza extrema, além do aumento do emprego formal, consolidando um amplo processo de inclusão social. Contraditoriamente, o trabalho precário também foi a característica marcante desse trabalhador recém ingresso no mercado formal (BRAGA, 2012).

Também não foi possível resolver a presença de uma ampla e significativa massa de trabalhadores informais. A ralé brasileira, extensa

e complexa, à margem do Brasil que tentou se expandir, é composta majoritariamente por homens e mulheres negras (SOUZA, 2009).

Para Filgueiras (2014), o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro neste período se remonta ao início dos anos de 1990 e que, mesmo como as distintas forças sociais que estiveram à frente do Estado nesse período, houve um consenso em torno desse programa. Se o período que compreende de 1930 a 1980 caracteriza-se pelo modelo de substituição de importações (MPI), que marcou o processo de industrialização no país, a partir dos anos de 1980, quando da crise da dívida externa dos países periféricos, há uma ruptura com o antigo padrão de desenvolvimento e uma saída alternativa de crescimento, este baseado em um Modelo Liberal Periférico (MLI), Filgueiras, 2014.

Nessa linha, no MLI, a disputa capital-trabalho tornou o campo de ação amplamente favorável ao primeiro em razão do aumento do desemprego e do enfraquecimento dos sindicatos, decorrente da reestruturação produtiva; Assim, temos os seguintes parâmetros nesse período: (a) na relação entre as distintas frações do capital, a abertura comercial e financeira, junto às privatizações, descolocou a hegemonia econômica e política do capital industrial e do capital estatal, típica do MSI, para o capital financeiro; (b) a abertura comercial e financeira, com a articulação/incorporação do mercado financeiro mundial, também redefiniu a inserção internacional comercial e financeira do país, transformando-o cada vez mais em um produtor/exportador de *commodities* agrícolas e minerais e em mais uma plataforma de acumulação para o capital financeiro internacional; (c) a estrutura e o funcionamento do Estado foram redefinidos pelo processo de privatização das empresas estatais, seguida pela desregulamentação de uma série de atividades, bem como pela abertura financeira que incorporou a rolagem da dívida pública ao circuito do capital financeiro em escala internacional; (d) O enfraquecimento do movimento dos trabalhadores e dos sindicatos decorrentes do processo de reestruturação produtiva, somado ao processo de transformismo do Partido dos Trabalhadores e de suas principais lideranças. Essa guinada, iniciada

nos anos de 1990, tornou-se evidente já no primeiro governo Lula e foi decisiva para a legitimação do novo padrão de desenvolvimento (FILGUEIRAS, 2014).

Assim, nos governos petistas, quase que como uma continuidade de seu antecessor FHC, tivemos a adoção de uma nova política econômica, chamada tripé macroeconômico, com fortalecimento da fração do capital nacional produtor-exportador de *commodities* e a ampliação da presença deste e de outros setores da burguesia brasileira, compondo a articulação governista, tendo o Estado intervindo, voltando a ter um papel mais ativo e direto no processo econômico e na regulação dos múltiplos interesses das frações da burguesia brasileira. Em especial, a ação do Estado por meio do BNDES, fortalecendo os grandes grupos econômicos nacionais e promovendo sua internacionalização. Neste contexto, o debate entre neodesenvolvimentismo em contraposição ao neoliberalismo, por conta do crescimento da economia, da redução do desemprego, da diminuição da pobreza e da pequena melhora na distribuição de renda (...) ganha força (FILGUEIRAS, 2014).

Para Singer (2012), essas mudanças não são meramente um reflexo do capital internacional que vivia um momento de crescimento. Há, efetivamente, um modelo político que implementa mudanças que alteram as correlações de força em benefício dos trabalhadores mais pauperizados.

Pochmann (2011), a partir da análise das políticas sociais levadas a cabo pela gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal, argumenta que nesse período houve uma substancial diferença no processo de desenvolvimento econômico do país. Ainda que, segundo Pochmann (2011), na política macroeconômica no governo do PT houve a manutenção dos desígnios básicos adotados no período antecessor, essa continuidade não implicou, ou melhor, mesmo com a continuidade, foi possível pela primeira vez na história do Brasil um crescimento com diminuição das desigualdades sociais e melhorias reais na condição de vida do trabalhador (POCHMANN, 2011).

No que diz respeito à configuração social, Pochmann (2011) argumenta que não houve uma alteração significativa nas estruturas sociais que possibilitaria a afirmação de que nesse período houve um crescimento da classe média no Brasil. Para o economista brasileiro, o conceito de classe média empregado nesse período, sobretudo pela mídia, não atende aos efetivos desígnios das alterações sócio econômicas no Brasil de então. Sua tese é de que a classe trabalhadora teve ganhos materiais, mas permanece a estrutura de classe que forja na sociedade moderna um dos cenários nacionais mais desiguais (POCHMANN, 2011).

Para Souza (2010), a nova classe trabalhadora no Brasil difere essencialmente daquilo que se possa chamar de nova classe média. Para ele, a condição concreta de emergência desse setor se dá em condições extremamente diferentes e desniveladas, quando comparados com os estratos médios da população. O acesso ao ensino dessa nova classe trabalhadora se dá em universidades privadas, em geral, com baixos escores nas avaliações do MEC, proporcionando aos seus alunos um ensino de baixa qualidade. São universitários que voltaram a estudar depois de anos de término do ensino médio, que já estão no mercado de trabalho, muitas vezes em condições de pauperização, dentre outras características. Portanto, diante da proposta de análise histórico cultural, Souza defende que não existe uma nova classe média, e nesse sentido há um diálogo com Pochmann (2011), a divergência está na apreensão do processo, porque essas características estruturais supracitadas implicam em “condução de vida” e “percepção do mundo”. Segundo Souza, estas são as duas características elementares para compreensão da especificidade do pertencimento de classe, havendo no Brasil ainda uma enorme distância entre os trabalhadores, a classe média e a classe alta.

Giovanni Alves (2011) também adentra nos meandros da nova morfologia da classe trabalhadora brasileira tendo como horizonte analítico a reestruturação produtiva do capital, diante de uma formação econômica que diverge essencialmente da morfologia contemporânea

das relações de trabalho nas sociedades de capitalismo desenvolvido. Para Alves (2011), diante da nova ordem sócio metabólica do capital, a partir da década de 1970, polos marginais na cadeia produtiva passam a se integrar na economia mundial, no entanto, de maneira subordinada ao capital internacional, tutor sócio político do processo desenvolvimentista em regiões de capitalismo atrasado (Alves, 2011). Do ponto de vista das relações sociais de produção, a mundialização do capital não incide na homogeneização dos processos de trabalho. Ou seja, ainda que diante da reestruturação produtiva, a relação capital/trabalho tem formas distintas de efetivação, a depender do histórico do desenvolvimento do capitalismo em cada região. Nesse caso, no Brasil vigoraria formas distintas de exploração, pautadas na lógica de superexploração da mão de obra.

Portanto, o precariado no Brasil se constitui de maneira distinta do precariado na Europa e nos EUA, ainda que todos estejam submetidos à mesma ordem sócio metabólica que regula as experiências do ser social.

A dimensão subjetiva das relações raciais no Brasil contemporâneo

O dilema hodierno do negro brasileiro é saber se houve transformações nas velhas formas do seu viver ou se tudo permaneceu do jeito que foi sendo. Entre as margens que separam a ilusão da desilusão passa um rio em que as águas de repente ficaram turvas. Neste caso, o tempo é rei e só ele poderá dizer se essa ou aquela sentença tem validade.

Ainda assim, tateando o terreno, é possível arriscar algum esboço sobre o estado da arte nas relações raciais do Brasil contemporâneo e as possíveis conexões entre objetividade e subjetividade. No período do neodesenvolvimentismo lulista, inserido predominantemente nas frações precarizadas da classe trabalhadora, ainda assim, a população negra alçou voos planejados pelas gerações precedentes e, por meio

de ações afirmativas ou outras políticas sociais, caminhou no sentido à inclusão. No entanto, existiram pedras no meio do caminho. Esses passos firmes ressuscitaram o velho mal estar que irrompe em momentos de tensão: um racismo declarado das classes médias e de setores da burguesia nacional temerosos com a nova onda negra.

Por isso, quando retomamos clássicos da psicologia brasileira sobre relações raciais, têm-se, neste período, algumas permanências e rupturas naquilo que foram os objetos de análise dessas obras e como este mesmo fenômeno, a dimensão subjetiva do racismo, apresenta-se no Brasil contemporâneo. Em *Atitudes de pretos e mulatos em São Paulo* (BICUDO, 1945/2010), de Virgínia Leone Bicudo, texto escrito diante da nascente sociedade urbana e industrial brasileira e lastreado pelo Movimento Negro de caráter integracionista, temos a apresentação de um estudo investigativo cujos apontamentos nos orientam a perceber que, naquele período, “pretos e mulatos” da “classe inferior” – categorias adotadas pela autora –, em relação aos seus patrícios das classes intermediárias tomavam atitudes distintas diante do enfrentamento ao racismo. Se, entre os segmentos populacionais negros pertencentes às classes médias o enfrentamento ao racismo pressupunha uma afirmação positiva ao seu pertencimento racial, uma vez que a ascensão social não excluiu os “designíons da cor”, entre os negros das camadas sociais mais pauperizadas, a não afirmação da consciência racial era a atitude comum para evitar um estranhamento e uma possível tensão, sobretudo com os brancos, tanto pobres como de outras classes sociais.

Por outro foco, Neusa Santos Souza também observou os aspectos subjetivos e emocionais presentes no processo de ascensão social de negros. Seu texto se inscreve diante da ascensão do Movimento Negro Contemporâneo. Assim, no livro *Torna-se negro* (SOUZA, 1983), defende a tese de que ser negro não é um em si, subsidiada na historicidade imediata, mas sim um vir a ser, um salto ontológico do ponto de vista da consciência, um tornar-se.

A partir da narrativa de histórias de vida de negros e negras que ascenderam socialmente, afirma:

Tornar-se negro, portanto, ou consumir-se em esforços por cumprir o veredito impossível- desejo do Outro- de vir a ser branco, são alternativas genéricas que se colocam ao negro brasileiro que responde positivamente ao apelo da ascensão social [...] a construção de uma nova identidade é uma possibilidade que nos aponta esta dissertação, gerada a partir da voz de negros que, mais ou menos contraditória ou fragilmente, batem-se por construir uma identidade que lhe dê feições próprias, fundada, portanto, em seus interesses, transformadora da História – individual e coletiva, social e psicológica. (SOUZA, 1983, p. 78).

Tanto Neusa Santos Souza quanto Virgínia Leone Bicudo escreveram suas teses diante de diferentes momentos do Brasil desenvolvimentista. De uma ponta à outra, apreenderam o aspecto subjetivo daquilo que era conjuntural e estrutural do racismo brasileiro em centros urbanos do sudeste.

Daquilo que tem valor heurístico e clínico, o racismo ainda marca profundamente a formação da subjetividade do povo brasileiro. No entanto, vivenciamos um período em que o tema ganha nova configuração. Aquele Movimento Negro que emerge diante do fim do ciclo desenvolvimentista brasileiro coloca suas bandeiras e pautas políticas reparatórias em prática via políticas sociais no contexto do Brasil neodesenvolvimentista.

A ideia de pertencimento racial como valor identitário positivo se alastrou por um setor mais amplo do que aquele movimento negro de classe média do Brasil desenvolvimentista. Os motivos são de várias ordens, têm múltiplas determinações (os movimentos culturais e estéticos nas periferias dos grandes centros urbanos que explodem pelo Brasil inteiro nas décadas de 1990 e anos 2000, por exemplo). No Brasil neodesenvolvimentista o precariado negro também se afirma positivamente e brada: poder para o povo preto, empoderado, resistente e que quer representação, por todos os meios necessários.

Tempos depois, o lulismo foi golpeado diante do revés econômico e da quebra do pacto civilizatório das elites e classes médias para com um neodenvolvimentismo inclusivo. A população negra, nesse contexto se viu e se vê diante de dilemas. Toda a plataforma de atuação material e simbólica do movimento negro contemporâneo que consagrou uma nova gramática social e que disputava a narrativa do que é ser brasileiro começa a não dar mais conta das vivências. A frase passa a superar em muito o conteúdo e produzir cisões entre a cotidianidade e seus signos. Partindo desse chão e suas mediações, entender a dinâmica da moderna luta de classes brasileira e sua dimensão subjetiva passa, em primeiro lugar, pela validação e verificação daquilo que permaneceu e daquilo que mudou, neste caso, tendo como base os livros supracitados. Tanto em Virgínea Leone Bicudo como em Neusa Santos Souza, a afirmação positiva da identidade negra passava pelo negro em ascensão, possuidor de uma trajetória que o diferenciava economicamente dos seus patrícios. Em suma, o negro militante, em geral, pertencia efetivamente à classe média.

Como já foi dito, no período lulista, essa margem de identificação se alastra. Para além da classe média, um amplo setor da classe trabalhadora negra brasileira passa a ter atitudes condizentes com o tornar-se negro. O problema está justamente na condição precária desses sujeitos enquanto inserção nas relações sociais de produção. Aqui, o filósofo italiano Antônio Negri apresenta uma acertada crítica aos rumos da esquerda brasileira capitaneada pelo PT e seus erros táticos e estratégicos:

Provavelmente aqui está o nó de um dos pontos centrais da crise do PT, sua perda de contato (ou de alguma forma da capacidade de endereçar-se) com o proletariado negro do sistema industrial em crise (senão em dissolução) nas periferias das grandes metrópoles (nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, particularmente). É dentro da ex-classe operária (dividida agora entre nova classe média e multidões desempregadas e precarizadas) que se revela a crise mais pesada para a esquerda – lá onde ela era hegemônica. (NEGRI, *online*, 2017).

Se no começo do Brasil neodesenvolvimentista, certa plataforma de atuação do Movimento Negro ampliou o leque da disputa hegemônica, sobretudo sobre o mito criado pela elite nacional, que dizia sobre harmonia social, agora, diante da crise, passa da resistência para a conformação, promove apenas uma revolução formal, mas não alcança o conteúdo reprimido das relações raciais no Brasil contemporâneo.

No campo da dimensão subjetiva da realidade, principalmente no que diz respeito à demanda clínica, o novo negro militante do período lulista cria uma demanda diante de frases que estão deslocadas e que superam em muito o conteúdo do real. Ainda mais, busca numa fantasiosa clínica identitária o remédio para suas dores. Elegeu a psicóloga negra como sua redentora. Cabe mediar essa investida. Uma vez que a psicologia brasileira, sobretudo no campo clínico, não deu a devida escuta à experiência negra, é possível que essa psicóloga negra, enfim, esteja ao menos atenta a esta questão. De fato, existe um duplo estatuto em potencial nesse profissional que pode lhe qualificar a escutar diante desse pedido ao ter a experiência enquanto sujeito negro no Brasil e por ter o aparato técnico diante da demanda. Portanto, poderia traduzir essa queixa e dar prosseguimento a um projeto terapêutico condizente com a necessidade real do paciente.

No entanto, toda tradução é uma traição, o manejo clínico não é algo que imputa apenas uma essencialidade do vivido, é mais que isso, é o deslocar a demanda diante daquilo que é efetivamente o conflito do sujeito e suas origens. A clínica identitária, ao contrário, é a clínica do narcisismo político, é a redução sociológica da complexidade do que é a individualidade.

Os desafios para se pensar a dimensão subjetiva do racismo no Brasil contemporâneo passam pela profunda compreensão sobre certos limites daquilo que outrora foi emancipador. Ao contrário do que estava colocado para Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza, no que diz respeito às possíveis benéficas da afirmação enquanto negro naquela sociedade de classes racializada no país de meados do XX, na abertura do XXI, com as novas configurações do capitalismo brasileiro, as novas veredas das relações raciais no Brasil são mais di-

versificadas. A afirmação do ser negro contemporâneo tem, ao menos, mais elementos mediadores dos do que até aqui foram significados.

Neste cenário, a Psicologia, no afã de se redimir e politizar a escuta, não deve atender ansiosamente a demanda ansiosa. Há uma necessidade constante de ontologizar a cultura e a política. Na sociedade de classes, a luta pela ideação e representação passa, necessariamente, pelas circunstâncias e ações humanas diante daquilo que ocorre em seu cotidiano.

Desconsiderar a experiência, vivência e elaboração dos sujeitos, escolhendo símbolos em detrimento daquilo que se passa no dia a dia dos que a fizeram e a fazem, é cristalizar a cultura e limitar as possibilidades de emancipação. Os símbolos não podem substituir e/ou subestimar os que ele representa. Afinal, quem produziu a riqueza precisa ter acesso ao produto do seu labor.

Considerações finais

Como consideração final aponta-se para uma nova ordem no campo das relações sociais contemporâneas no que diz respeito ao tema das relações raciais, na medida em que, nas últimas décadas, traços marcantes dos pactos para a formação nacional foram rompidos por conta da maior mobilidade do trabalho de negros e negras. Essa circulação menos restrita de um conjunto maior da população negra, diante do advento da crise econômica, política e social efetivou o verdadeiro mal estar contemporâneo, aspectos que não se apresentavam para as autoras analisadas. Por isso, as novas veredas das relações sociais e raciais no Brasil exigem uma produção mais condizente com as novas circunstâncias.

Referências

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade** - o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório São Paulo: Boitempo, 2011.
- BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Sociologia e Política, 2010. (Original publicado em 1945)
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Unesp, 1998.
- FILGUEIRAS, Luiz M. A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro. **Margem Esquerda: ensaios marxistas**, n. 23, v 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo** – Estrutura Social e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.
- JACINO, Ramitis. **O branqueamento do trabalho**. São Paulo: Nerfetti, 2008.
- MOURA, Clóvis. **Negro, de bom escravo a mau cidadão**. Rio de Janeiro: Conquista 1977.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: GRD, 1968.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: Edufba, 2002.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NEGRI, Antônio. **Impressões de uma visita ao Brasil: Para onde vai o PT?** Recuperado de <http://rosaluxspba.org/antonio-negri-para-onde-vai-o-pt/>
- POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **Ser Social**, Brasília, v. 13, n. 38, p. 12-40, jan./jun. 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. . **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, Neusa Souza. **Torna se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SILVA, Alberto da Costa. **A escravidão na história e na África**, 2017. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=Dn_2Rlo4QJc

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

XII

Construções em Psicologia Social:

um ensaio sobre a sua dimensão política

Christiane Alves Abdala

Fernando A. Figueira do Nascimento

Este ensaio tem o objetivo de delinear algumas linhas para a reflexão sobre a dimensão política dos discursos psicológicos no Brasil. Tendo em vista a amplitude de tal pretensão, ao final de nosso percurso, tomaremos o campo das políticas públicas, em especial a saúde, como objeto de algumas considerações que poderão refletir questões comuns a outros campos, principalmente no que se refere à noção do tão repetido compromisso ético-político.

Em tempos onde as expressões do conservadorismo brasileiro, dos fundamentalismos religiosos e da reprodução de um anticomunismo agora à moda da pós-verdade (e de carona com a polarização político-partidária) alcançam maior visibilidade social, os saberes psicológicos não poderiam ficar livres de suas ondas.

Os principais fundamentos para os psicólogos que formam estes grupos conservadores é o retorno a uma psicologia científica e neutra, somado ao argumento em defesa do apartidarismo e da negação

da dimensão da política que os discursos psicológicos carregaram historicamente e continuam a carregar. Neste sentido, afirmam que a Psicologia não é política e, portanto, que suas práticas, categorias diagnósticas, medições são a constatação científica sobre os objetos-fenômenos que transitam, mais ou menos, pelo mundo.

Na verdade, estes argumentos, como sabemos, não tem nada de novo, e se organizam em torno de uma, talvez, proposital confusão. Confusão porque não entendem, ou reduzem de propósito estas discussões frequentes no campo da História da Ciência a noções e conceitos precários sobre a política, a ciência, a ética e a neutralidade. Foi Foucault, para citar um autor, que, ao analisar a constituição da racionalidade moderna e as formas de governo dos corpos, posicionou os saberes sobre o Homem como dispositivos biopolíticos que, ao normatizar os processos individuais e sociais, formando categoriais ao mesmo tempo científicas e políticas (o casamento, a sexualidade infantil, a doença mental, a delinquência etc), articulava-se com a ética burguesa e os modos de produção de identidades-sujeitos em harmonia com o desenvolvimento do capitalismo (FOUCAULT, 2005; 2007). Ainda que isso também implicasse estruturalmente a efetivação de uma necropolítica, conforme descreveu Abdias Nascimento (2016) ao analisar o processo de embranquecimento no Brasil.

Ao escrever sobre o que havia de novo na psicologia social latino-americana, Salvador Sandoval (2009) descreveu brevemente o processo histórico que, com a rejeição de uma psicologia burguesa, hegemônica e colonial, já nos anos de 1970, procurou fundar novas bases epistemológicas e éticas que correspondessem às demandas de nossos povos¹. Ao mesmo tempo, ainda como parte deste contínuo movimento que alcança nossos dias, o autor apontou que “a nova psicologia social, focalizando o desenvolvimento humano e a mudança social, provê diretivas em torno das quais a pesquisa científica pode alcançar e, ao mesmo tempo, evitar a crescente fragmentação característica da psicologia social do primeiro mundo” (SANDOVAL, 2009, p. 109). Podemos acrescentar que, seguindo os passos de Martin-Baró

(2011), a miséria da Psicologia latino-americana tinha raízes em três aspectos fundamentais: seu mimetismo cientificista, a ausência de uma epistemologia adequada e seu dogmatismo provinciano.

Desta forma, uma Psicologia crítica articulava-se com a possibilidade de contribuir com um processo de conscientização dos povos que objetivava a eliminação das injustiças sociais, da opressão e da alienação. Assim, conforme Lane (2009), “... tornou-se necessária uma reflexão crítica e uma ação comprometida socialmente, a fim de que ela se tornasse efetivamente uma práxis científica a serviço de transformações sociais” (p. 62).

Considerando o processo de formação dos discursos psicológicos no Brasil desde os anos de 1930, a questão seria compreender como a Psicologia e a Psicologia Social poderiam romper com uma história de apoio (consciente ou não) às elites econômicas e a projetos político-partidários que contribuíam com o aprofundamento das desigualdades sociais em pelo menos em três perspectivas: a culpabilização moral dos indivíduos pelos insucessos de suas vidas, desconsiderando algumas das características históricas da nossa sociedade, entre elas, a violência estrutural de raça, gênero e classe social; contribuindo com políticas de ajustamento dos indivíduos e com o processo de patologização e medicalização da sociedade, que resultava no mascaramento de suas contradições; construindo elementos normativos e disciplinares que tinham como objetivo final a produção de sujeitos ajustados, aptos para a produção capitalista.

Estas perspectivas revelam a dimensão política e a ausência da mítica neutralidade científica dos discursos psicológicos que, durante todo o século XX, com o estudo psicodinâmico sobre o desenvolvimento e o comportamento infantil, a aplicação de testes de inteligência, as clínicas e seções de ortofrenia (que ao mesmo tempo caracterizavam-se como lugar de produção de saber sobre o anormal e como espaço para a correção dos corpos), transformou profundamente nossas formas de perceber, sentir e agir, mesmo nos aspectos mais íntimos de nossa vida cotidiana (PAICHELER-HARROUS, 2018).

A Psicologia Social, em uma perspectiva crítica e histórico-cultural, o leitor já pode observar, se coloca em oposição à noção tecnicista da ciência tradicional que, ao aderir ao paradigma das “ciências normais” e à busca do controle das variáveis, da replicação dos experimentos e do alcance de resultados universais, transformariam seus escores em leis gerais sobre o comportamento e, por consequência, formariam tecnologias de intervenção sobre os indivíduos e a sociedade em acordo com a continuidade das relações de exploração e dominação social.

Neste sentido, conforme advertiu Martin-Baró (2011), não bastaria que nos situássemos apenas nas perspectivas de nossos povos, de nossas comunidades, de nossos usuários e nem mesmo, acrescentaríamos, de uma possível e tradicional rigidez metodológica. É preciso nosso envolvimento em uma “nova” práxis: “... uma atividade transformadora da realidade que nos permita conhecê-la não apenas no que não é, e isto ocorre na medida em que tentamos orientá-la para aquilo que deve ser” (p. 193).

Vale lembrar que para Martin-Baró, povo tem uma significação histórica, política e socioeconômica, e se define constitutivamente em uma relação dialética com esses três aspectos. É a história que mostra de forma sensível a situação atual do povo, enquanto produto do passado e com vistas ao futuro. Em seu aspecto político, povo é aquele capaz de integrar uma comunidade social, de solidarizar-se, de colocar-se como um igual ao outro. Em termos socioeconômicos, povo é aquele que não tem, é o despossuído, o oprimido, o marginalizado, aquele para quem o ser tem mais valor que o ter. O povo é necessariamente insatisfeito, inconformado, assumindo um potencial revolucionário com postura e atitude de abertura, não para vir a ter, para assumir o lugar de opressor, mas para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Para a ciência psicológica, que assume a tarefa de desideologização, torna-se essencial assumir a perspectiva do povo, aprofundar o conhecimento de sua realidade e se comprometer de forma crítica com o processo que devolve ao próprio povo o poder sobre sua existência.

Na medida em que a Psicologia Social crítica se caracteriza como uma “ciência histórica”, a prática de psicólogas e psicólogos sociais está em relação com seu tempo, com seu território e com sua sociedade. Isso significa também considerar as relações entre a produção de saberes, os regimes de verdade sobre os sujeitos e as relações de poder emergentes que mascaram e reproduzem processos sociais mais amplos.

No âmbito das políticas públicas, a relação entre a constituição de práticas de cuidado em consonância com as características de um território e de sua comunidade nos traz algumas questões: a primeira delas se relaciona com a ruptura que necessariamente a Psicologia Social crítica, no campo da saúde, provoca em relação ao modelo médico-curativo, ao entender o sofrimento e o sofrimento psíquico na perspectiva da experiência ético-política dos sujeitos; segundo, a necessidade de compreender os atravessamentos que nossas práticas sofrem cotidianamente pelas contradições do discurso e os modos de produção capitalista que, mesmo em políticas que admitem em seu texto um projeto emancipatório, fazem entrar em cena os mecanismos de dominação, humilhação social, exploração e expropriação.

Desta forma,

Se a Psicologia apenas descrever o que é observado ou enfocar o Indivíduo como causa e efeito de sua individualidade, ela terá uma ação conservadora, estatizante – ideológica – quaisquer que sejam as práticas decorrentes. Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social. (LANE, 2009, p. 15).

No que se refere ao campo da saúde, a Psicologia dedicou-se à classificação dos sujeitos em saudáveis ou não saudáveis, normais ou doentes, aptos ou inaptos, desajustados ou ajustados (GRISCI; LAZZAROTTO, 2012). A invenção da norma, em sua relação com o Direito, a Psiquiatria e a Educação, foi um dos campos de inserção

dos discursos psicológicos no Brasil. Consequentemente, nas mãos dos psiquiatras e higienistas das primeiras décadas do século XX, contribuíram para a extensão do poder psiquiátrico para além dos muros asilares. Assim, o impulso da psicologia no campo da saúde e da saúde mental, “(...) foram os métodos disciplinares, produtos das necessidades de gestão decorrentes da evolução do capitalismo industrial, no final do século XIX e começo do XX, que forneceram as técnicas que permitiram a descrição e o subsequente controle destas individualidades” (SPINK, 2009, p. 151).

Com um longo caminho no complexo campo da saúde, a Psicologia vem tentando desconstruir práticas e formas de compreender a sociedade, a partir de recentes posicionamentos mais alinhados às iniquidades vividas pelo povo e considerando o sofrimento em sua dimensão ético-política. Trazendo, desta forma, importantes contribuições para uma mudança no modelo hegemônico de assistência, pautado ainda na relação saber-poder e nos conhecimentos biomédicos.

A Psicologia, numa perspectiva crítica dentro da saúde, se coloca num novo lugar, relevando a relação do sujeito com seu território como o espaço do acontecer social (SANTOS, 1994), considerando a corresponsabilização pelo processo saúde-doença-cuidado de forma a pesar a autonomia dos envolvidos, entendendo a implicação da participação popular como um importante aspecto da emancipação; desnaturalizando processos estruturais do sistema socioeconômico vigente; respeitando a história e cultura comunitárias; pensando estratégias mais coletivas e potentes no fortalecimento de vínculos e menos individualizantes e culpabilizadoras.

Ocupar esse novo lugar na política pública de saúde requer uma compreensão e um posicionamento acerca dos determinantes e condicionantes sociais no processo saúde-doença para além dos protocolos estabelecidos. No entanto, podemos considerar que vivemos atualmente um cenário de tensão entre dois modelos caracterizados por novas e velhas perspectivas e posicionamentos da Psicologia (EUZÉBIOS FILHO, 2017). Apesar da importante contribuição de um horizonte

mais crítico, ainda temos um modelo de formação hegemônico pautado na individualização e no par adequação-ajustamento.

Se as políticas públicas são formuladas para serem ferramentas que visam a garantia de direitos e, como tal, devem estar a serviço do povo, contando com o importante instrumento de participação popular, a Psicologia Social, em uma perspectiva crítica, terá muito a contribuir em seu processo de efetivação. Ainda que nossa própria crítica reconheça os limites da política pública, sobretudo seu papel de amenizar as injustiças da sociedade capitalista.

Considerações

A superação das contradições que envolvem a prática das psicólogas e psicólogos sociais implica em compreender as diversas dimensões e pactuações que se reproduzem em suas ações cotidianas. A negação da dimensão política pelo argumento da suposta neutralidade encontrada na ciência tradicional mostra não somente a dificuldade de compreensão da política e da própria ciência, mas também alinha os discursos psicológicos a uma tradição, positivista ou metafísica. Esta última, em especial, que foi a origem de toda espécie de colonialismo (CASTRO, 2018; MARTIN-BARÓ, 2009).

Se, como destacou Martin-Baró (1996), o “que fazer” do psicólogo deve provocar contribuições com vistas à transformação social numa perspectiva participativa e emancipatória, onde a díade opressor-oprimido seja superada, isso exige alcançar a libertação da própria Psicologia.

Em resumo, e esperamos que cada vez mais isso se torne fator de reflexão para os leitores não familiarizados com estas discussões: ainda que não tenhamos consciência disso, nossa ação compromete-se com um projeto político-ideológico de sociedade. O que nos remete a questão: que sociedade queremos?

Referências

- EUZÉBIOS FILHO, Antonio. Psicologias para além do consultório e a questão social no Brasil: desafios para a crítica em tempos de neoliberalismo. In: **Psicologia(s) para além do consultório**: reflexões e contextos de atuação. Curitiba: Juruá, 2017, p. 15-34.
- CASTRO, Eduardo V. **Metafísicas canibais**. São Paulo: UBU Editora, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A palavra e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GRISCI, Carmem L. I.; LAZZARATTO, Gislei R. Psicologia Social no Trabalho. In: STREY, Marlene N. **Psicologia Social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 197-206.
- LANE, Sílvia T. M. A psicologia social na América-Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, Regina H. F.; GUARESCHI, Pedrinho A. **Paradigmas em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 17-34.
- MARTIN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n.1, p. 7-27, 1996.
- MARTIN-BARÓ, Ignácio. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, Raquel S. L.; LACERDA JR, Fernando. (Org.). **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação, 2009, p. 101-120.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- PAICHELER-HARROUS, Geneviève. **A invenção da psicologia moderna**. São Paulo: Benjamin Editorial, 2018.
- SANDOVAL, Salvador. O que há de novo na psicologia social latino-americana? In: CAMPOS, Regina H. F.; GUARESCHI, Pedrinho A. **Paradigmas em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 101-109.
- SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.
- SPINK, Mary Jane P. **Psicologia social e saúde**: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

XIII

Juntando cacos e fazendo arte: como fazer dos desmontes uma obra de arte?

Deborah Mendes Araújo de Andrade

Sueli Terezinha Ferrero Martin

Charles José Roque

Chegamos no sábado à tarde cheios de energia! Como estava potente aquele encontro! Como disse nossa querida atual presidenta da ABRAPSO, Graça Lima, “um Encontro de psicólogos militantes”. A Unesp campus de Assis é um bom lugar para se avivar a militância que existe em cada um de nós.

Ao chegarmos na roda de conversa, a qual iríamos mediar, já havíamos passado pelo surpreendente minicurso de História da Psicologia Social no Brasil, proposto por alguns núcleos da ABRAPSO; pela fala do professor Juarez sobre a importância do aumento de negras, negros, pardas e pardos nas universidades públicas, com a Lei de Cotas, e de sua crítica voraz de que o Brasil é o único país em que se implementa a Lei de Cotas para a maioria, já que o número de negros e pardos soma 53% da população. O professor Luís Galeão iniciou sua fala pedindo para a plateia contar junto até 80, nos afetando fortemente com a, então, recente morte do músico negro, atingido

por 80 tiros pela polícia quando passeava com seus familiares. Diante dos vários crimes e violência de Estado que vem sendo perpetuados, como enfrentamos o medo? Sozinhos não enfrentamos o medo. Enfrentamos juntos, com sensibilidade e coragem! Socializou conosco, ainda, o importante trabalho da Universidade realizado no Fórum em Defesa da Vida da região do distrito do Jardim Ângela, São Luiz e Capão Redondo, conhecida como a mais violenta de São Paulo, e nos mobilizou com a ilustre frase cunhada por Frei Betto: “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”.

Na oficina “Experiências e Estratégias de Resistência de Atores e Movimentos Sociais de Luta pela Terra”, tivemos a oportunidade de escutar de uma índia que, para a psicologia se aproximar do povo indígena e propor intervenções, minimamente ela precisa conhecer a tribo, suas singularidades e compreender a ligação dos índios com a sua ancestralidade. Em outra mesa, ouvimos do cacique Sérgio a necessidade de expressarmos o amor à terra e concretamente desenvolvermos formas de atuar em sua defesa.

Ao mesmo tempo, a fala incisiva de Débora, representante do Movimento Mães de Maio, de que nós discutimos o retorno da ditadura, mas que na periferia a ditadura nunca acabou! Que psicologia alguma ameniza a dor de uma mãe que tem seu útero mutilado ao perder um filho injustamente pela violência do Estado. Ela falou sobre a chacina de maio de 2006, quando durante oito dias foram assassinadas mais de 500 pessoas no Estado de São Paulo, a maioria delas com a participação de policiais, e traz então a dor de todas essas mães. Enfatizou, ainda, que mais de uma década depois deste massacre, apenas um agente público foi responsabilizado pelas mortes. Depois, finaliza fazendo o pedido para que a Psicologia se aproxime mais do social, porque eles não gostam de ser apenas objeto de pesquisa.

Assim, é possível apreendermos que, seja na questão da terra ou da compreensão dos povos que a habitam, é fundamental que a Psicologia se desvencilhe de quaisquer verdades absolutas e que busque questionar e reformular seus saberes. O desafio de entrar nos lugares e

conseguir pisar o chão pode não somente auxiliar na explicitação das contradições e mudanças significativas nessa sociedade, mas sobretudo possibilitar, na própria Psicologia, a reformulação de ferramentas, práticas e intervenções sociais condizentes com as necessidades expressadas nesse atual momento histórico.

Estar e participar desse Encontro foi uma daquelas experiências que nos fez sentir que felizmente não voltaremos a ser os mesmos depois de vivências tão significativas. Foi possível observar e constatar, tanto em nós quanto nos outros, sentimentos e dizeres expressando profunda alegria, entusiasmo, e a necessidade mútua de encontrar, rever e fazer novos contatos que signifiquem resistência e enfrentamento ao cenário nefasto de retrocessos que vivenciamos nos últimos anos. Encontros propositivos com relatos viscerais suscitando um histórico de violações e política de extermínio, ocorridos em função das determinações de gênero, cor, classe social, entre outras, permitindo elucidar e desvelar as contradições concretas, arraigadas na estrutura da sociedade vigente. Portanto, o brilho nos olhos da pessoa ao lado, o choro, às vezes contido, como também os desabafos angustiados e indignações de voz embargada de muitos participantes, seja nas mesas ou nas rodas de conversas, de forma autêntica, possibilitou afetos e relações que se traduzem em continuidade, fortalecimento e retomadas de lutas fundamentais.

Foi neste contexto que chegamos à Roda de Conversa e lá pudemos provocar, juntos com os colegas do ABC, novas reflexões, agora focadas nas políticas públicas brasileiras, em particular na área de saúde mental e em articulação com a participação social.

Saúde Mental e a contrarreforma psiquiátrica

Nas últimas décadas, principalmente do final dos anos 1970 até 2010, vimos um grande avanço nas políticas públicas de saúde mental brasileira, tendo como base algumas experiências internacionais exitosas no atendimento às pessoas com sofrimento psíquico e, ao

mesmo tempo, sendo impelidas pelos movimentos sociais ligados à área da saúde. Inicialmente, o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), seguido pelos movimentos pela Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica e, por fim, a partir de 1987, na sua forma mais radical, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), que agregou não só os trabalhadores, mas também os usuários e seus familiares.

Neste período, a rede de atenção psicossocial substitutiva ao hospital psiquiátrico cresceu com a criação de muitos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em todas as modalidades, e os Serviços de Residência Terapêutica (SRT); a Saúde mental na Atenção Básica e a política pública sobre o uso de álcool e outras drogas entraram na pauta e também avançaram. Esse processo não ocorreu sem dificuldades e contradições. O tempo inteiro pudemos vivenciar os tensionamentos da política neoliberal e privatista pressionando para estancar e até mesmo retroceder no crescimento da rede de atenção psicossocial e enfatizando a importância de práticas atrasadas, porém muito lucrativas para os empresários da saúde.

Esses tensionamentos e contradições não são novidades. Já há algum tempo temos vivenciado disputas em torno das políticas públicas, com uma evidente tendência para o seu sucateamento e até mesmo destruição, que nos últimos meses se acirraram. Com a política pública em saúde mental não é diferente. As forças contra a Reforma Psiquiátrica, principalmente as voltadas para as práticas antimanicomiais, têm avançado, aprovando mudanças importantes que deixam claro que os princípios norteadores da política pública de saúde mental, ainda em construção, correm sérios riscos de retrocessos. A Portaria nº 3.588/2017 (Brasil, 2017) e a Lei 13.840, de 5 de junho de 2019 (Brasil, 2019), são exemplos disso. Os retrocessos vinculados à política pública de álcool e outras drogas são evidentes, pois com a valorização das internações voluntárias e involuntárias nos hospitais e expressivo investimento em Comunidades Terapêuticas, apesar de todas as denúncias que estas têm recebido e que foram

constatadas por estudos do Conselho Federal de Psicologia e outras entidades (Conselho Federal de Psicologia, 2011; Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal, 2018).

Há, portanto, uma postura verticalizada e impositiva pautando mudanças na Política Nacional de Saúde Mental. Existe em curso uma onda de resgate explícito da lógica manicomial pautando o uso em escala industrial de eletrochoques e retirando de cena a proposta de Redução de Danos e inserindo a abstinência como modelo de tratamento. Nesse sentido, segue-se no caminho oposto ao movimento de conquistas graduais obtidas historicamente via Reforma Psiquiátrica e Movimentos Sociais desde a década de 1980.

Publicizar avanços! Comunicar experiências exitosas! Eis uma tarefa que as rodas de conversa nos trouxeram

Diante de tantos retrocessos, o cotidiano de trabalho na rede de serviços de atenção psicossocial exige de todos nós muita criatividade. Por isso, o desafio que pensamos para a Psicologia Social nesses tempos tão sombrios foi o de juntar os cacos e fazer arte, de maneira que, apesar dos desmontes, possamos, como trabalhadores, coletivamente resistir e, do caos, construir possíveis obras de arte. Como um trabalho de mosaico, que inicialmente são apenas azulejos quebrados e com cuidado e desejo de sair do caos, possibilitam-nos apreciar a arte produzida.

Quem está no dia a dia, na luta, junto aos usuários dos serviços de saúde mental ou junto às diversas pessoas em situação de vulnerabilidade social, sabe o quanto precisamos avançar na construção de políticas públicas, de fato, inclusivas e participativas. Apesar do papel contundente dos movimentos sociais no avanço das políticas públicas, o que temos visto hoje em dia é uma minoria de trabalhadores, estudantes, usuários e familiares militantes, muito preocupados, de fato,

em mudar a sociedade através de estratégias politicamente inclusivas. Os encontramos, sim, em trabalhos essenciais nos mais diversos e violentos territórios. Neste sentido, ainda é um grande desafio para a Psicologia Social a construção do lugar do psicólogo de estar com os movimentos sociais e não por ou para eles. Seu papel deve ser como mediadores nas lutas, incentivando os familiares e usuários a protagonizarem as lutas que lhe cabem.

E quais são os desafios colocados para nós, segundo a voz de “usuários” dos movimentos? Tanto no cotidiano do trabalho, quanto no próprio Encontro, eles nos dizem: “Psicólogos: não apenas nos pesquisem!”; “Psicólogos: não sejam a reprodução do Capital em nossas relações!”; “Psicólogos: nós precisamos de vocês inteiros conosco na luta! Temos muitos desafios pela frente!”. O desafio de publicar e publicizar que os usuários da saúde mental se sentem melhor e mais saudáveis quando podem se expressar sem serem julgados ou hipermedicados; que eles preferem ser tratados em liberdade e em serviços abertos e no centro das cidades em locais cuja acessibilidade acompanha com o cuidado.

Eles devem ser escutados e levados em conta no tratamento! Querem ser atendidos por trabalhadores que tenham sensibilidade para acompanhar o caso e dialogar com os outros serviços, capacitados e implicados na atenção!

Ainda há uma falta de compreensão da Rede de Atenção Psicossocial, e existe, também, o encapsulamento: ou seja, o CAPS se fecha nele mesmo, vira um mini manicômio, porque não se sente compreendido e aberto para dialogar com o “fora”, ou não tem profissionais capacitados para trabalhar em CAPS e em rede. Por outro lado, como se encontram os trabalhadores de saúde mental neste processo? Será que eles também estão em sofrimento, adoecidos, ou estão conseguindo, apesar de tudo, potencializar vida neles mesmos e nas relações que estabelecem no cotidiano?

A experiência da Roda de Conversa nos colocou em contato com essas ricas reflexões sobre saúde mental e políticas públicas através de

dois trabalhos interessantes. O primeiro, “Uma análise das publicações sobre a reforma psiquiátrica brasileira e seus dispositivos”, de Desirée Marata Gesualdi, discente de Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), trouxe, a partir de revisão da produção sobre a reforma psiquiátrica brasileira, questões fundamentais sobre o tema. Constatou que nos últimos 16 anos, pouco se produziu sobre a Lei 10.216, de abril de 2001 (Brasil, 2001), sobre o Movimento da Luta Antimanicomial na sua especificidade e experiência, assim como, ficou evidente que a Enfermagem é quem mais tem produzido sobre os assuntos vinculados à reforma psiquiátrica, trazendo “relatos sobre cada observação dos segmentos da luta antimanicomial (familiares, trabalhadores e usuários) perante os retrocessos e avanços das políticas”, conforme apresentação e síntese da própria autora. Houve espaço para que todos os presentes problematizassem e refletissem sobre as dificuldades que as políticas públicas de saúde mental vêm sofrendo, havendo uma concordância de todos de que são tempos sombrios e de muitos retrocessos.

Já na discussão do trabalho “Lutas populares, direitos humanos e ação pública”, de Roberth Miniguine Tavanti, pós-doutorando na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e coordenador do Núcleo da ABRAPSO de Londrina, o autor relata uma importante experiência de pesquisa-ação. Descreve “o histórico das ações coletivas na área dos direitos humanos promovidas pelos participantes do Fórum em Defesa da Vida, com atuação há mais de 22 anos nas regiões de M’Boi Mirim, zona sul da cidade de São Paulo”, e estabelece aproximações entre os estudos sobre políticas públicas e a análise da dinâmica dos processos organizacionais “a partir das práticas cotidianas de articulação e mobilização dos participantes desse Fórum nesses territórios”. Roberth coloca que esta proposta está relacionada ao Projeto: “Vulnerabilidade Urbana e Desenvolvimento Socioeconômico: Estação de Pesquisa Aplicada M’ Boi Mirim”, em execução desde 2013 pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV-SP.

O debate desse trabalho foi profícuo, resgatando o papel social e político da Universidade junto à população da classe trabalhadora, sem que essa assuma uma postura elitista e prepotente nesta aproximação, mas que compartilhe e apreenda os conhecimentos e práticas que circulam nos territórios. A memória histórica da região e dos seus movimentos sociais pôde ser compartilhada pelos participantes da roda, alguns emocionaram-se ao lembrar que, em outros momentos históricos, tiveram também contato com os trabalhadores, movimentos sociais e sindicais da zona sul de São Paulo.

Houve uma junção de duas propostas de Rodas de Conversa com o foco nas políticas públicas (“Juntando cacos e fazendo arte: como fazer dos desmontes uma obra de arte! Desafios e perspectivas para a Psicologia Social!” e “Psicologia Social e Políticas Públicas: um campo de saberes e práticas”) em função do número reduzido de trabalhos inscritos, o que expressou um sintoma preocupante para nós e nos suscitou algumas reflexões. Como, em um momento de forte retrocesso na Política de Saúde Mental e de desmoronamento das políticas públicas duramente conquistadas, tão poucas pessoas tiveram interesse em discutir esse tema? Por outro lado, a exposição de apenas dois trabalhos proporcionou plena tranquilidade para os autores, excelente debate com contribuições bastante aprofundadas para os expositores e demais participantes. Ambos trouxeram para o centro do debate a importância da memória e a história de fatos, acontecimentos, lutas e movimentos sociais. É inegável a indissociabilidade com o coletivo, tornando possíveis as estratégias de enfrentamento diante das dificuldades que encontramos quando trabalhamos junto aos usuários nas problemáticas concretas do cotidiano.

Discutiu-se o risco de destruição de um projeto civilizatório e de toda a ética que permeia o compromisso com a classe trabalhadora. Os retrocessos dilaceram cotidianamente a vida de muitas famílias, que aos poucos vivem sua precarização, reduzindo drasticamente sua qualidade de vida e condições de trabalho, gerando um estado de barbárie. Vivemos um tempo de incertezas! É tempo de resistir e lutar!

Na mesa de fechamento do Encontro, tivemos o salão de atos lotado, mesmo em um sábado à noite, iniciado com a emocionante apresentação cultural da Banda Lokonaboa. Posteriormente, a mesa se compôs com o discente Kevin, da Unesp de Assis, e os professores Ivan e Teca, do Rio de Janeiro, possibilitando levantar importantes questões relacionadas a opressão do Estado, segurança pública, assédio moral e saúde dos trabalhadores.

Como se falar em segurança pública crítica? É possível pensarmos uma justiça no campo do marxismo? A constatação do quanto no Brasil a segurança pública é marcada pelo aparelho opressor do Estado, sobretudo para com a população pobre e negra, e o extermínio dos “sobrantes”. O terrorismo do Estado que, quanto mais se ausenta da criação de políticas públicas mais atua de forma destrutiva e criminalizando a pobreza. E, ainda, do importante papel dos movimentos sociais na luta por uma segurança pública não opressora!

Como lidar com o nó classe, gênero e raça sob a perspectiva do materialismo histórico dialético? A questão do racismo como uma ideologia que qualifica as pessoas pela cor de pele para classificar socialmente as pessoas e para justificar poder de um sobre o outro. Têca sinaliza que há uma luta pelo fim dos gêneros, onde todos os sujeitos tenham acesso a tudo o que existe na humanidade; onde haja paridade; onde possam haver mulheres na engenharia, pretos na medicina; onde cada um possa fazer o que quiser com o próprio corpo, e se vestir como quiser, de forma ímpar, singular, única. A luta por um mundo sem classes. Um mundo onde as diferenças não signifiquem desigualdades sociais.

Considerações finais

A roda de conversa atingiu o objetivo de provocar reflexões sobre o cotidiano dos trabalhadores da rede de atenção psicossocial sob a égide de retrocessos nas políticas públicas, com mudanças que vão

na contramão do que o conjunto dos militantes desse campo havia alcançado.

Além disso, pôde trazer para o centro das discussões o papel da universidade na sua relação com a classe trabalhadora. Neste sentido, provocou algumas reflexões: Será que o excesso de produção acadêmica naturalizada pelo neoliberalismo tem valorizado o professor e o aluno e condiz com uma qualidade de sua produção? O que esse modelo tem produzido nos corpos da academia? Como a força do neoliberalismo tem agredido a população com privatizações, reforma trabalhista, reforma da previdência e desinvestimento nas ciências? É possível uma Universidade Popular onde possa haver uma reformulação no tripé ensino, pesquisa e extensão? É possível concretizar uma extensão popular de modo a criar ou ampliar cursinhos populares, criar bibliotecas populares, escritórios de arquitetura populares, utilizando-se dos conhecimentos acumulados historicamente para construir junto à população composições com suas demandas?

Em meio a tantas questões, fomos todos convocados a rever nossos lugares e, de fato, estarmos com os movimentos, onde a causa do outro é também a minha causa.

Sabemos portanto, que os encaminhamentos e as indagações devem se realizar na instância do coletivo continuamente. Sendo assim, ainda fica o desafio de refletirmos: de que forma a ABRAPSO compõe com o movimento estudantil, com o movimento negro, com o movimento indígena, com o movimento LGBT, com o movimento de luta antimanicomial? Como a ABRAPSO está com os movimentos de modo que os movimentos sintam a presença da ABRAPSO? Será que este formato de evento provocou rupturas? Ou de alguma maneira foi capturado pelo modo de produção capitalista/academicista? Qual será o posicionamento e os encaminhamentos da ABRAPSO São Paulo frente às questões elucidadas?

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Juntando cacos e fazendo arte: como fazer dos desmontes uma obra de arte?

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve
parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht (1977)

Referências

BRASIL. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm

BRASIL. Portaria n. 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html

BRASIL. Lei 13.840, de 5 de junho de 2019. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm

BRECHT, Bertolt. (1977). **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Edil.

CFP/MNPCT/PFDC/MPE. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017** / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal. Brasília DF: CFP, 2018. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/lancamento-do-relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/>

Conselho Federal de Psicologia. **Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas** / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-4a-inspecao-nacional-de-direitos-humanos-locais-de-internacao-para-usuarios-de-drogas-2a-edicao/>

XIV

Psicologia e Assistência Social: como a psicologia social pode contribuir no enfrentamento dos retrocessos apresentados na atual conjuntura?

Aline Franco Petegrosso

Fernando Rosa de Oliveira

Gabriela Milaré Camargo

Jean Fernando dos Santos

A roda de conversa “Psicologia e Assistência Social: Como a Psicologia Social pode contribuir no enfrentamento dos retrocessos apresentados na atual conjuntura?”, proposta para o XIV Encontro Regional São Paulo da ABRAPSO, ocorrido entre 11 e 13 de Abril de 2019, em Assis/SP, surgiu do desejo de ampliar e compartilhar trocas e reflexões produzidas durante os encontros realizados entre 2018 e 2019 pelo Grupo de Estudos de Psicologia Social e Assistência Social, vinculado ao Núcleo São Paulo da ABRAPSO.

O grupo de estudos é formado por psicólogas/os trabalhadoras/es e pesquisadoras/es da Assistência Social, que residem ou atuam na Grande São Paulo, e surgiu no ano de 2018, após o curso livre “Re-

ferências para uma Atuação Crítica no Sistema Único de Assistência Social: Contribuições da Psicologia Social”, promovido pelo Núcleo São Paulo da ABRAPSO. O objetivo dos encontros do grupo de estudos, que acontecem mensalmente, consiste em discutir, a partir de uma leitura previamente acordada, as questões que emergem do trabalho do psicólogo no SUAS. Caracteriza-se como um espaço de formação, compartilhamento de informações, bem como discussões de casos reais.

Percurso grupo de estudos

Neste primeiro ciclo de trabalho, foram estabelecidos dois eixos norteadores para as discussões, são eles: I. A dimensão da participação popular no SUAS na elaboração na Política Pública; II. As relações estabelecidas entre usuários e profissionais no trabalho social nos diversos serviços.

A partir dos eixos, foram estabelecidos, a cada encontro, os autores e textos a serem lidos e discutidos. Realizaremos uma breve apresentação de cada texto e discussões.

A princípio, o grupo ocupou-se da leitura de Paulo Freire (1996), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, a partir da qual aprofundamos o debate acerca da dimensão ética e política de nossa atuação na política de Assistência Social. A partir do autor, discutiu-se sobre a condição do trabalhador psicólogo no SUAS, enquanto sujeito no mundo, que, por excelência, não permite uma posição de neutralidade. Um conceito bastante debatido por Freire, de grande valia para a nossa prática, é o de autonomia, que nos faz refletir sobre como pode se dar uma postura ética-política coerente com o princípio da autonomia dos sujeitos atendidos em nossos serviços. Assumindo a condição de sujeitos, também das pessoas em vulnerabilidade, caminhamos para a reflexão de como trabalhar ao encontro das possíveis insurgências do usuário de forma potente, para que se tornem engrenagens para mudanças de suas condições e do próprio serviço. Entre as reflexões,

destacamos a necessária horizontalidade que considera o não-saber por parte das/os trabalhadoras/es, o que nos coloca em uma posição de aprendizagem e construção com o outro. O sujeito inacabado, quando insurgente, é crítico e criativo. Porém, como nós, trabalhadoras/es do SUAS, podamos a curiosidade e a potência daqueles que atendemos? Nesse sentido, refletimos sobre se Política Nacional de Assistência Social é feita para as/os usuárias/os, ou se essa pretende adequar as/os usuárias/os. Em âmbito micropolítico, resta perguntar, trabalhamos a serviço de que/quem?

Uma das grandes dificuldades e dilemas dos equipamentos socioassistenciais, diagnosticada pelo grupo, consiste em sair do emergencial e realizar de fato um trabalho com famílias, ou seja, não se deixar cair no rotineiro, nas práticas previamente adotadas, e conseguir usar a teoria para pensar uma prática eficiente, na qual a subjetividade seja considerada. Faz-se, então, necessário dialogar com a realidade dos usuários, o que nos leva a outra reflexão: Como trabalhar com a criticidade/subversividade do atendido? Para nós, a resposta pode ser “simples”: o trabalhar deve ser no sentido de extinguir o próprio trabalho. Em outras palavras, é preciso focar na autonomia do usuário, para que ele se aproprie do recurso que é o atendimento da Assistência Social como um direito, considerando que este só existe porque há desigualdade.

Nessa seara, convocamos a produção da Psicologia Social que apresenta sustento às inquietações postas. Foram discutidas assim as produções de Silvia Lane (1984), “A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia”, e de Pedrinho Guareschi (1996), “Relações Comunitárias – Relações de Dominação”. Ambos autores da Psicologia Social trazem suas contribuições sobre quanto o campo da Psicologia pode contribuir para a transformação da sociedade, sendo Silvia Lane uma das precursoras da Psicologia Social a qual a ABRAPSO se alinha, quebrando dicotomias entre indivíduos e grupos, aproximando a dimensão sócio-histórica da produção humana da compreensão de subjetividade pela Psicologia – e seu fundamental

papel enquanto saber de transformação e enfrentamento de desigualdades e opressões. Guareschi (1996), especificamente, contribui com a discussão sobre as relações de poder e dominação, abordando as diferenciações entre relações de poder – capacidade de uma pessoa ou grupo de desempenhar uma ação – e de dominação – relação entre pessoas e grupos, onde um expropria o poder do outro e cria uma situação de injustiça e desigualdade. Retomando os questionamentos acerca de nossa postura de aliança aos usuários, esses são apontamentos valiosos sobre a linha tênue em que mora a diferença entre nossas posturas enquanto profissionais, exercendo nosso saber-poder de maneira dominante – por exemplo, dizendo à/ao usuária/o o que é melhor para ela/e – ou de poder – no sentido de utilizar de nossas posições de trabalhadores e de nossa experiência para a transformação junto das/os usuárias/os.

Com os questionamentos sobre a própria política e não apenas sobre nossa parcela de participação, adentramos o documento do Ministério do Desenvolvimento Social (2016), “Fundamentos éticos-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social”. O material é bastante rico no que tange a estruturação do trabalho na Assistência Social e a conceituação dos termos utilizados no cotidiano. Contudo, para as/os executoras/es – aquelas/es que “estão na ponta” – da política pública, o documento parece patinar de maneira rasa sobre sua real efetivação. Ponderando sobre a necessidade de documentos federais terem que contemplar todas as realidades brasileiras e, por esse motivo, manter uma abertura de entendimento para que sustentem as diversas práticas que se fazem necessárias contextualmente, entendemos ser exatamente essa brecha um espaço de luta para as/os trabalhadoras/es. Novamente, voltamos ao desejo de sair da prática de “apagar incêndios” e partir para construções de maior alcance, que tenham contribuições estruturais e a longo prazo, por exemplo, participando ativamente da proposição de tais documentos técnico-operativos que norteiam as políticas públicas – levando as demandas e dificuldades da base para o topo.

Uma vez mais, com o intuito de dar substrato às angústias e discussões concernentes ao trabalho cotidiano das/os trabalhadoras/es do grupo de estudos, mencionando uma última referência a qual recorreremos. O artigo “Os novos quixotes da psicologia e a prática social no terceiro setor” (PAIVA; YAMAMOTO, 2008) discute a complexidade do trabalho do chamado terceiro setor, uma vez que assume o papel de executor responsável de políticas de enfrentamento à pobreza e à exclusão social, muitas das vezes estando presente onde o Estado deveria atuar diretamente, contudo, o Estado atua se eximindo de sua responsabilidade, “delegando” às organizações do terceiro setor sua função de garantia e defesa de direitos.

Os referidos “novos quixotes” seriam as/os profissionais de Psicologia, que passam a atuar nessa fronteira entre promoção de direitos e exclusão. Para além da problemática já apresentada, levantamos a discussão sobre as raízes burguesas do saber psicológico, originalmente pensado para alcançar apenas aqueles de melhor condição econômica, com uma perspectiva individualista de sujeitos e de maneira a atuar para a adequação da população a uma norma dada pelos valores hegemônicos. Nessa altura, os autores propõem que as contribuições da Psicologia Comunitária nos ajudam a construir uma prática e uma profissão em que sejamos “catalizador de esforços em prol de projetos emancipatórios”, enfrentando desafios como o de não incorrer à violência de impor uma demanda aos sujeitos, tampouco de negligenciá-la.

É na esteira das discussões apresentadas que propusemos o tema a ser debatido no XIV Encontro Regional, seguindo uma metodologia dialógica e horizontal entre coordenadoras/es, expositoras/es e demais participantes, com o propósito de estender às/aos interessadas/os na produção teórica e prática da Psicologia Social no campo da Assistência Social.

Método da roda de conversa

Os trabalhos recebidos foram avaliados pela comissão organizadora e selecionados de acordo com a pertinência do tema desenvolvido,

partindo do pressuposto de agregar contribuições de diversas naturezas. Cada autor expôs o seu trabalho durante aproximadamente 15 minutos, fazendo articulações teóricas e práticas em diálogo com a proposição da roda de conversa, ou seja, tentando responder ou refletir acerca de possibilidades de enfrentamento do atual contexto vivenciado no que tange às políticas públicas – mais especificamente aos ataques às políticas da assistência social. Ao final de cada apresentação, foi reservado um período para esclarecimentos e trocas entre os participantes sobre as reflexões suscitadas nas articulações com seus campos teóricos e práticos. Fizeram parte da discussão trabalhadores do SUAS de diversas localidades do estado de São Paulo, estudantes de Psicologia – graduandos e pós-graduandos, e docentes de áreas afins à Psicologia Social e Políticas Públicas.

No início da atividade, foram disponibilizados dois papéis pardos com pincéis hidrográficos, para que os participantes pudessem anotar palavras-chaves que emergissem durante a apresentação dos trabalhos, para fomentar discussão posterior por meio de um mapa conceitual/diagrama coletivamente elaborado enquanto produto da discussão.

Percursos: das apresentações dos trabalhos inscritos

Foram quatro apresentações inscritas em nossa proposta de roda de conversa, com os seguintes títulos: “À sombra da assistência social: impasses para uma política emancipatória”, proposta por Raul Alves Barreto Lima, trabalhador e pesquisador da área; “Núcleo Participativo: Experimentações de controle social no CRAS Imperial,” apresentado por Fernando de Oliveira Rosa, Dailza Pineda, Juliana Sol Posto Viana, Regiane Rodrigues de Souza, trabalhadores do referido serviço; “Atuação do psicólogo com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no CREAS Piracicaba”, proposto por Isabella Spironello, estudante de psicologia e pesquisadora; e “Os impactos do MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) no cotidiano dos serviços socioassistenciais do município de São Paulo”, apresentado

pelo grupo de psicólogas e pesquisadoras Maria Fernanda Aguilar Lara, Tatiane Akemi Prates, Rodolfo Luis Almeida Maia, Mariana Prioli Cordeiro.

Produção coletiva resultante das notas dos participantes

Concorrente à apresentação dos trabalhos e reflexões provenientes do debate, os participantes da atividade fizeram notas nos materiais disponibilizados (papel pardo e canetões hidrográficos), na perspectiva de construir um mapa conceitual organizativo dos temas abordados. Optamos por não descrever o material produzido de maneira cronológica, pois o diálogo entre os elementos foi concebido durante e após as apresentações dos trabalhos. Sendo assim, os conceitos foram se alinhavando conforme a discussão foi se consolidando, o que nos dá indícios da impossibilidade de entregar um produto encerrado, porém, nos aponta a possibilidade de novas interpretações e análises de seu conteúdo.

Diante da tentativa de analisar o material produzido, optamos por organizá-lo em dois tópicos, os quais denominamos “Retrocessos identificados” e “Apostas de resistência frente ao desmonte das políticas públicas”. É importante destacar que não temos intenção de limitar o debate a uma análise polarizada dos elementos, uma vez que consideramos que os disparadores elencados pelos participantes apresentam relações dialéticas e dialógicas de modo que, na medida em que são identificados os retrocessos, é possível construir apostas que conduzam a avanços significativos na implementação e fortalecimento das políticas públicas.

Retrocessos identificados

Algumas questões permitiram nos desdobrarmos para identificar alguns dos retrocessos existentes na atual conjuntura, tais como: “Quais os limites (do SUAS, dos serviços e equipamentos, de atuação dos

profissionais)?”, “Quem são os possíveis parceiros?”, “O SUAS está a serviço de quem?”, “O que a Psicologia tem a ver com isso tudo?”. As respostas foram diversas e inconclusivas, porém podem oferecer pistas de estratégias de enfrentamento aos desmontes atualmente impostos.

No tocante à precarização dos serviços, pôde-se identificar diferentes limitantes impostos às suas potencialidades de atuação, seja no âmbito institucional, destacando aqui a modalidade de administração dos serviços – direta ou indireta (OSC), seja no que se refere à atuação dos profissionais que ali desenvolvem suas práticas.

Ao apontar a administração dos equipamentos como sendo um tipo de retrocesso, avaliou-se que a lógica da terceirização tem por resultado a precarização do trabalho, tanto material quanto imaterial. A administração indireta pode ainda dificultar o fortalecimento das políticas públicas no âmbito de seu financiamento, uma vez que as OSC atuam como mediadores da gestão dos recursos, tanto financeiros, quanto humanos, na implantação de seus projetos de ação, que pode ou não corresponder a propostas emancipatórias e que promovam a autonomia dos usuários.

Aos trabalhadores são impostas demandas de produtividade e cobrança por resultados que se sobrepõe à qualidade do trabalho desenvolvido, o que ocasiona certa perda de autonomia sobre suas práticas, seja pela ausência de tempo protegido para reflexão sobre o próprio processo de trabalho, seja pela precarização das condições do mesmo. A primazia de protocolos de atuação, com pouco espaço para o exercício da criação de inovações técnicas, também é apontado como fator que enfraquece as potencialidades das políticas de assistência social.

Observa-se que há um distanciamento entre os gestores das políticas públicas e os profissionais que atuam nos serviços, bem como ausência de diálogo com as demandas emergentes da população atendida pelos equipamentos. Nota-se, portanto, a existência de estratégias de boicote à participação e ao controle social, com diminuição do estímulo à criação de condições democráticas e dialógicas de vigilância

da atuação dos serviços, construindo relações mais horizontais entre gestores, trabalhadores e usuários.

Considerou-se que as lacunas na formação em Psicologia para uma atuação crítica no SUAS e nas demais políticas públicas também é um fator que contribui para o enfraquecimento das políticas de assistência social, visto que a falta de conhecimento sobre este campo de atuação, suas diretrizes e orientações técnicas, colabora para sua precarização.

Outro ponto crucial de destaque são os constantes cortes e congelamentos de verbas e recursos destinados às políticas públicas de assistência social, golpes desferidos pelas instâncias que essencialmente deveriam preservar e ampliar os investimentos neste setor da administração pública.

Em última análise, os retrocessos e desmontes das políticas públicas de assistência social, no que se refere aos seus usuários, representa uma estratégia necropolítica de genocídio da população pobre e marginalizada, que atua em uma lógica de darwinismo social, atualizando um dispositivo eugenista que se alinha à atual onda conservadora que tem ganhado força em diversas localidades do mundo.

Apostas e estratégias de resistência frente aos desmontes

Foram diversas as possibilidades de enfrentamento aos retrocessos anteriormente depreendidos das reflexões provenientes das discussões, algumas colocadas em prática em alguns dos trabalhos apresentados.

Apontou-se que há necessidade de maior implicação institucional (gestores) e técnica (dos profissionais) com o trabalho realizado nos serviços, com desenvolvimento de planejamento estratégico e estabelecimento de fluxos de trabalho bem estruturados, possibilitando autonomia técnica para atuação.

No que se refere à formação, observou-se que é fundamental ampliar os investimentos na formação para o SUAS com inclusão de conteúdos nas grades curriculares dos cursos da Psicologia, enfatizando a articulação entre teoria e prática, numa concepção crítica enquanto

estratégia para o fortalecimento das políticas públicas. No que se refere aos trabalhadores, aponta-se que é essencial oferecer educação permanente aos profissionais do campo para viabilizar trabalho pautado nas diretrizes técnicas de atuação, consolidando compromisso com a práxis. O estímulo ao trabalho multiprofissional e intersetorial durante a formação também deve ser considerado prioritário para consolidação das políticas públicas.

Diante das tentativas de desmonte dos espaços de controle social, considera-se que os usuários sejam efetivamente parceiros na construção das políticas públicas e de ações que sejam condizentes com a realidade das demandas dos territórios. É por meio da criação do sentimento de pertencimento e da conscientização dos usuários enquanto elementos fundantes das políticas públicas que será possível promover uma resistência coletiva. Nesse sentido, o fortalecimento da rede de serviços socioassistenciais dos territórios deve ser priorizado a fim de atender as necessidades dos usuários de modo integral, descentralizado e acessível.

Em última instância, na impossibilidade de o Estado atender as necessidades da população, estabelecer parcerias com instituições que tenham em sua perspectiva de trabalho a responsabilidade social e compromisso com seu território de inserção e atuação.

Considerações finais

Foi possível depreender das reflexões que a necessidade de enfrentamento da precarização do trabalho no SUAS se faz urgente e poderá se materializar por meio de um posicionamento político da categoria de defesa das políticas públicas de assistência social pela via das brechas institucionais, inspirado pela militância incutida na postura ético-política da Psicologia socialmente comprometida com a justiça social, bem como conceber o trabalho executado enquanto uma prática de garantia de acesso a direitos e exercício da cidadania, processo de autonomia e emancipação dos sujeitos.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos éticos-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF, 2016. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUARESCHI, P. Relações Comunitárias – relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.), **Psicologia Social Comunitária**: Da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 81-99.

LANE, S. M. T. Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODD, W. (Org.), **Psicologia Social: O homem em movimento** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p. 10-19.

PAIVA, I. L.; YAMAMOTO, O. H. Os novos Quixotes da psicologia e a prática social no “terceiro setor”. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 231-250, dez. 2008. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000200004&lng=pt&nrm=iso.



Juventudes, violências, direitos humanos e Psicologia Social

Débora Cristina Fonseca

Luis Guilherme Galeão-Silva

Priscila Carla Cardoso

A roda de conversa “Juventudes, Violências, Direitos Humanos e Psicologia Social” já está na sua 3ª edição nos Encontros da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO (Nacional e Regional). A proposta é de que se torne um grupo consolidado de estudos sobre juventudes, violências e direitos humanos, a fim de que se possa socializar e problematizar os estudos e práticas profissionais desenvolvidos sobre a temática nas áreas do conhecimento da Educação e Psicologia Social. Conta com proponentes da Unesp de Rio Claro, responsáveis pela coordenação e participação no “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (GEPEPDH)”, e da USP de São Paulo, responsável pela coordenação do “Laboratório de Estudos de Crítica Social, Direitos Humanos e Intersubjetividade (INCIDIR)”.

O objetivo da Roda de Conversa foi o de socializar e debater pesquisas e práticas relacionadas ao público em situações de violências

e/ou vulnerabilidade social, analisando criticamente políticas de discriminação e extermínio de parcela dessa população, de forma articulada às discussões sobre Direitos Humanos, tanto de análises quanto de intervenções, na perspectiva das referidas áreas de conhecimento.

Por se tratar de temas urgentes, principalmente em tempos de governos autoritários e discriminatórios, foram apresentados trabalhos significativos, que trouxeram discussões importantes e pertinentes. Essas discussões puderam contribuir para a reflexão das práticas profissionais, num fórum composto de estudantes e profissionais da Psicologia. Notamos que havia pessoas de várias áreas de atuação: cumprimento de medidas socioeducativas (assistência social), sistema judicial, escolar e de saúde.

Os trabalhos abrangeram pesquisas e práticas profissionais nessas distintas áreas, o que enriqueceu sobremaneira a discussão dos temas propostos. A Roda de Conversa teve dois momentos, e as pesquisas tinham como objeto dois públicos: Juventudes e Mulheres. Um número importante de pesquisas se relacionava à discriminação e à violência a essas parcelas da população, o que era esperado, se levarmos em consideração a sociedade machista e racista em que vivemos.

Pesquisas na área da juventude e direitos humanos trouxeram análises como: trajetórias escolares de adolescentes protagonistas de violências e suas trajetórias no âmbito do Judiciário; constituição identitária de adolescentes que passaram parte de sua vida em acolhimento institucional; violência perpetrada ao adolescente negro, pobre e de periferia. A fundamentação teórico-metodológica predominante foi a da perspectiva sócio histórica. Ainda nesse eixo, outros trabalhos tiveram como enfoque relatos de experiências de trabalho social com famílias de adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, no âmbito da Proteção Social de média complexidade (CREAS).

As pesquisas sobre Mulheres e Direitos Humanos versaram sobre violência doméstica e suas consequências na construção da subjetividade e o papel da mulher na sociedade contemporânea, à luz do pensamento

de Irís Young, dos movimentos sociais e de pautas feministas a partir de Nancy Fraser. A seguir, apresentamos de forma sucinta algumas reflexões realizadas a partir dos trabalhos apresentados.

Em discussão

No primeiro momento da roda o foco de debate foi a violação de direitos e as violências praticadas pelo Estado quando se trata de adolescentes/jovens em situação de vulnerabilidade e risco social. Estas vão desde a negação de vaga na escola e exclusão do processo educativo até sua invisibilidade no âmbito do judiciário, sem que seja levada em consideração a trajetória de violação de direitos à qual foi submetido até o cometimento do ato infracional.

Tal invisibilidade também foi discutida quando se refletiu sobre a constituição identitária de adolescentes que passaram por acolhimento institucional. Isso é demonstrado pelas decisões, muitas vezes, arbitrárias do poder judiciário de tirar crianças e adolescentes da convivência familiar e comunitária ou de retorná-las a um núcleo familiar violador, depois de um período de acolhimento, sem que a família tivesse avançado no sentido de se tornar protetiva. Tais explanações de pesquisas e práticas profissionais levaram a um questionamento bastante importante sobre a submissão de outros saberes técnicos (psicólogos, assistentes sociais) à lógica do poder judiciário. Até que ponto os demais saberes possuem autonomia para desenvolver sua prática profissional? Existem possibilidades de questionamentos, por parte deles, sobre as decisões judiciais?

Por fim, e não menos importante, também foi discutido o extermínio de adolescentes negros, pobres e de periferia e a violência do Estado personificada na figura do policial militar, perpetrada a esses adolescentes/jovens. Porém, foi ressaltada e analisada a potência e a resistência que há na atuação dos coletivos políticos culturais da juventude periférica junto a outros corpos ditos “matáveis”, e a sua relação com a produção de vida. Dessa forma, foi considerada a

necessidade de visibilizar ações dos coletivos a fim de possibilitar a construção de outras narrativas sobre a juventude, que possam trazer à tona as potências e resistências no enfrentamento às políticas de assujeitamentos e mortes legitimadas pelo Estado. Assim, encerramos o primeiro momento da roda apontando para os desafios de construções de práticas que contribuam para o caminho da plena implementação do ECA (BRASIL, 1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2006), a fim de consolidar a proteção integral aos adolescentes/jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

O segundo momento da roda trouxe discussões sobre ser mulher numa sociedade machista e os avanços de algumas pautas feministas por meio de movimentos sociais. Pesquisas analisaram a violência estrutural que mulheres sofrem pela condição de “ser mulher”, que vão desde a violência física até a violência simbólica. Estas pesquisas tinham como referencial teórico a psicologia social crítica e, como temas, a memória, o feminismo, interseccionalidade, consubstancialidade e sororidade. Sobre a violência física, pesquisas trouxeram algumas facetas, quais sejam: agressões físicas praticadas no dia a dia, até aquelas praticadas durante relações íntimas com os parceiros. Essas últimas, muitas vezes, justificadas como fantasias sexuais.

No que se refere à violência simbólica, foi problematizado o quanto os Serviços de Proteção Social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social (CRAS e CREAS) acabam por se constituir como mais um agente coercitivo, uma vez que, na maioria dos serviços de Assistência Social, a mulher é a única responsabilizada pela violência e negligência com relação aos filhos. A figura do pai pouco aparece nesses serviços, sendo a mulher o arrimo da família. A problematização que se realizou foi a de qual seria a real função dos equipamentos que se dizem responsáveis pela proteção social a essas famílias. Seria a de proteção e acessos aos direitos dos quais foram negligenciados, ou recairia na responsabilização de forma individualizadas das famílias pelas desigualdades sociais e suas mazelas?

Houve também a discussão sobre a consubstancialidade de grupos sociais discriminados socialmente a partir de marcadores de gênero, raça/etnia, classe social e orientação sexual, com base em referenciais teóricos contemporâneos da crítica da sociedade. Para Iris Young (2009), as formas de opressão não são só econômicas. Além da exploração, marginalização, que são de matriz econômica, há também opressão na desconsideração no governo do trabalho e da cidade, imperialismo cultural e violência. Este diagnóstico da opressão coaduna com a análise de Nancy Fraser (2001) sobre o capitalismo. A dominação no capitalismo não tem fundamentos somente econômicos. Também se ampara na política e nas normas sociais. Deste modo, além da desigualdade econômica, é necessário criticar o patriarcalismo e o colonialismo.

Por fim, pesquisas também relataram a importância da memória de alguns movimentos de mulheres importantes, tais como: Clubes de Mães, da zona sul de São Paulo/SP, que se mobilizaram na década de 70/80 pela luta por seus direitos. O relato crítico de memória política, ressaltamos, é de extrema importância, tanto para pesquisa e difusão do conhecimento, quanto para impulsionar movimentos para tais lutas.

Considerações finais

Consideramos que a Roda de Conversa permitiu troca de informações e interlocuções dos referenciais teóricos e pesquisas sobre desrespeitos aos direitos humanos de mulheres e jovens dos bairros periféricos de cidades do interior e da capital paulista. Também contribuiu para reflexões sobre o modo de funcionamento das instituições, no que se refere à defesa e/ou violação de direitos, principalmente quando se trata do poder público constituído e de sua atuação por meio de serviços que implementam políticas públicas.

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (Paulo Freire, 1997)

Referências

- BRASIL. **Lei n. 8069**, de 13 julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- BRASIL. **Resolução n. 119/2006**. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF: CONANDA, 2006. Recuperado de <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 245-282.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- YOUNG, I. M. Categorias desajustadas: Uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 193-214, jul./dez. 2009.



Mulheres e suas lutas: um compromisso ético-político

Mariana Serafim Xavier Antunes

Cibele Bitencourt Silva

Nathali Estevez Grillo

Apresentamos aqui um relato da experiência dos últimos três anos de ações e desafios imputados pelo Núcleo São Paulo da ABRAPSO (Núcleo SP) referente ao enfrentamento da desigualdade e da violência de gênero, assim como destacar as discussões elencadas durante a Roda de Conversa “Mulheres e suas Lutas” proposta para o XIV Encontro Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) sediado na Unesp de Assis, em abril de 2019.

A roda de conversa Mulheres e suas Lutas surgiu da necessidade de encontrar e ouvir mulheres estudantes, ativistas, profissionais e pesquisadoras que discutem e lutam pela produção do conhecimento e por causas feministas. Foram recebidos relatos de experiência e de pesquisa que abarcaram a luta de mulheres em todo e qualquer contexto social, reivindicações por reconhecimento, por visibilidade, por participação política, por direitos e condições equitativas; pautas feministas dentro de movimentos autônomos e em políticas públicas,

condições de afirmação e de resistência às variadas formas de violência. O objetivo foi tecer uma rede de saberes e fazeres para refletir criticamente os desdobramentos sociais da ofensiva reacionária, de caráter classista, racista, machista entre outros eixos de discriminação que sustentam práticas e políticas de opressão, o extermínio e a supressão dos direitos das mulheres e das pautas feministas no interior da sociedade brasileira.

Em aproximadamente três anos de atividade do Núcleo São Paulo da ABRAPSO, cuja diretoria é composta por mulheres, vimos ser atendidas demandas próximas e conjunturais, o que exigiu discussões e ações que envolvem o compartilhamento e o fortalecimento de mulheres que participam do Núcleo em parceria com coletivos femininos e feministas da cidade de São Paulo.

Desde 2017, a coordenação do Núcleo São Paulo da ABRAPSO tem se deparado com situações de discriminação de gênero dentro da estrutura acadêmico-científica nas próprias atividades que propõe. Tais situações foram discutidas e analisadas em reuniões mensais e abertas do Núcleo SP, percebendo que havia uma questão do próprio grupo que ficava evidente quando se identificou que as figuras femininas do grupo ocupavam pouco os espaços públicos e de representação em atividades externas, que o sentimento de insegurança e inferioridade, muitas vezes, impediam-nas de falar ou escrever sobre suas próprias ideias ou pesquisas e, raramente se discutia sobre o atravessamento das questões de gênero no próprio grupo.

Diante deste desafio, em setembro de 2017 o grupo propôs uma atividade externa exclusiva para as mulheres intitulada “Laboratório Teatral: mulheres pensando mulheres”, a qual foi organizada em parceria com o Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) e com o Coletivo Garoa¹, grupo que conduziu o encontro. Realizou-se uma oficina de jogos teatrais, baseada em técnicas do Teatro do Oprimido (BOAL, 1976, 1978), destinada para as mulheres pensarem suas experiências afetivas de ser/estar mulher e experienciarem

.....
1 <https://www.facebook.com/coletivogaroa/>

formas de enfrentamento aos diferentes tipos de violência contra si. A oficina reuniu aproximadamente 20 mulheres de diferentes idades e ocupações, mas todas de alguma forma, expressaram sua satisfação de participar.

Dentre os diversos jogos teatrais, as participantes tiveram o desafio de escrever individualmente sobre o que pensam, sentem e vivem sendo mulheres naquele momento e/ou ao longo de sua história. Posteriormente, juntaram-se em dois grupos e discutiram e criaram duas músicas, as quais compartilhamos abaixo:

O julgamento

Para! Eu não aguento mais!
O mundo é injusto. A culpa de quem é?
É sempre da mulher!
Para! Chega de opressão.
Chega de acusar. Para!
Deixa chorar! Sai de cima dela!
Vamos levantar, juntas pra lutar, empoderar.
O feminino transformar.

Rebolando na cara da opressão.

Tá doendo, tá sofrendo, tá remoendo.
Levanta já daí – que vai ter acolhimento!
Quem sabe onde está? As amigas vão colar.
Mandaram a gente malhar,
Mandaram a gente maquiagem,
E agora tão mandando me calar
Tão querendo me golpear!
Bela, recatada e do lar – Isso é história pra enganar.
A nossa história? Nós vai criar!

Meses depois, o Núcleo SP decidiu realizar mais um laboratório teatral: mulheres pensando mulheres aberto ao público, realizado também com a parceria do Coletivo Garoa e Nexin, porém, desta vez, a iniciativa surgiu de conversas informais entre integrantes do Núcleo SP com estudantes da pós-graduação em Psicologia Social da PUC/

SP. A atividade reuniu 18 participantes de diversas idades, ocupações e filiações institucionais.

No ano de 2018, a pauta do Núcleo SP foi tomada por diversas demandas políticas daquele momento, dentre elas o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson M. Gomes, na cidade do Rio de Janeiro. Marielle foi uma mulher socióloga, política, feminista, defensora dos direitos humanos no país e crítica da intervenção militar federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciando constantemente as violências contra os moradores das periferias, maioria negra e de classe econômica baixa. Este fato mobilizou o Núcleo SP da ABRAPSO a se envolver em atividade que demarcasse apoio político a outras centenas de organizações coletivas que mobilizavam eventos pelo país, acentuado pelo repúdio ao golpe político, a violência de Estado, principalmente contra a população pobre, periférica e negra. Por dois meses, o Núcleo SP se reuniu com aproximadamente outras 30 instituições da cidade de São Paulo para organizar a aula pública e ato político “MARIELLE, Cria da Maré: Genocídio da população negra e periférica e a intervenção militar” realizado no Tucarena da PUC-SP, o que resultou num encontro com aproximadamente 200 pessoas e diversos grupos e coletivos estudantis, culturais e de militância.

Em setembro de 2018, o Núcleo SP contribuiu e apoiou a organização do Simpósio “Do Caos às Causas: Interseccionalidade no Butantã”, iniciativa do coletivo As Amazonas, composta por moradoras, estudantes e profissionais do bairro do Butantã, zona oeste de São Paulo. O coletivo se formou em decorrência da proximidade de mulheres que frequentam atividades culturais e noturnas no bairro e da necessidade de fomentar discussões feministas em torno de demandas de violências sofridas por mulheres da região. A atividade contou com a participação de estudantes, pesquisadoras, profissionais de diversas áreas, ativistas, grupos culturais, representantes de entidades do bairro, moradores e funcionárias públicas para participar das palestras, discutir em painéis temáticos e oficinas e integrar às atividades artísticas e culturais. Um

dos objetivos do simpósio foi garantir espaço de fala de pessoas que vivenciam as situações que abrangem o termo “Interseccionalidade” e compartilham suas vivências com os participantes do seminário.

Autoras como Crenshaw (2002) e Lowy (2000) entendem a interseccionalidade como um campo de estudo e prática que busca compreender de que forma somos atravessadas biologicamente, culturalmente, economicamente e socialmente por opressões, dominações ou discriminações; seja por conta da cor da pele, condição financeira, lugar onde habitamos, pelas relações afetivas, sexuais, religiosas, entre outros eixos de discriminação.

Ao longo de dois dias, o simpósio abordou a interseccionalidade por quatro eixos temáticos: território, raça, classe e gênero. Discutiu-se sobre distintas formas de perceber e viver o bairro Butantã, na qual a violência do Estado, o acesso aos serviços públicos e a vida cultural operam² na sobreposição discriminatória desses eixos. Assim, o tema território abordou questões identitárias com a pergunta “O Butantã é nosso, mas quem somos nós?”; o tema classe trouxe a discussão sobre os status conferidos ao “Ser uspiano e ser não-uspiano no cotidiano da comunidade”. O painel de gênero propôs discutir a masculinidade com a seguinte provocação “Não existe homem desconstruído” e o eixo raça trouxe a interdisciplinaridade do feminismo negro a partir da proposta “Feminismo de todas as cores”.

Com a emergência de campanhas governamentais de caráter fascista e machista, em setembro e outubro de 2018, o Núcleo SP decidiu, além de acolher relatos e debater sobre a situação e/ou temática relacionada à violência de gênero, realizar uma atividade de defesa pessoal para mulheres, com a prática de artes marciais. Segundo relato de algumas participantes, a prática propiciou uma experiência

.....
2 Lembramos que o maior e mais antigo campus da Universidade de São Paulo está instalado no bairro do Butantã, cercado por bairros de poder econômico reduzido, como a São Remo, bem como redes de economia solidária e inúmeros grupos de cultura popular, como na comunidade do Morro do Querosene.

de autoconfiança e possibilidade de resistência para mulheres em situação de agressão física.

Já no XIV Encontro Regional São Paulo da ABRAPSO, ocorrido em abril de 2019, o Núcleo São Paulo organizou um serviço que consistia num espaço pensado para acolher experiências de violência e sofrimentos de ordem física, moral ou psicológica que, porventura, ocorressem entre os dias do Encontro. Uma psicóloga e um advogado compuseram a coordenação, orientando e encaminhando possíveis ocorrências para as redes de apoio disponíveis dentro dos limites e especificidades da situação registrada. A proposta era de uma escuta que respeitasse condições éticas, dialógicas e o sigilo para encaminhar demandas como: orientar sobre trâmites legais e jurídicos, produzir boletim de ocorrência, encaminhar para serviços especializados de apoio às vítimas, acolher sofrimento acadêmico, comunicar e incentivar a multiplicação dos espaços de acolhimento nas instituições envolvidas com a denúncia, entre outros. Como desdobramento, pensamos que a própria divulgação do serviço já repercutiu para o seu objetivo: coibir ações de abuso e violência, ao menos, no período de realização do Encontro.

Uma das rodas de conversa proposta pelo Núcleo São Paulo para o XIV Encontro Regional São Paulo da ABRAPSO é aqui relatada, intitulada Mulheres e suas Lutas. Por princípio, a proposta de uma roda de conversa entre mulheres e sobre mulheres já é um convite para uma luta. Participar de um encontro numa cidade do interior de São Paulo que demanda alguns dias distantes da vida prática e produtiva, apresentar um texto ou uma fala a respeito de uma proposição temática e falar numa roda com diferentes pessoas que discutirão com base em seus argumentos não podem ser consideradas tarefas fáceis diante do silêncio amortizador que incide sistematicamente sobre corpos e falas de mulheres, como nos lembra Gayatri Spivak (SPIVAK, 2003).

“É no próprio campo feminista que a terceira onda instaura dúvidas às tendências universalizantes e às micropolíticas de um colonialismo teórico dos grandes centros que impregnam paradigmas científicos.”

(ANTUNES, 2015, p. 44) É contra a abstração etnocêntrica do olhar de pesquisador que feministas tem confiado perspectivas ancoradas e personificadas. Trata-se de “perspectivas situadas e aplicadas às políticas de localização: é hora de olharmos com frieza para nossa própria situação”, adverte Donna Haraway (HARAWAY, 1995, p. 12), “precisamos de estratégias políticas e figurações imaginárias adequadas à nossa historicidade”.

Por conhecimento localizado e encarnado (ANZALDUÁ, 2009; LÖWY, 2000; SANDOVAL, 2004; SPIVAK, 2003) entendemos o lugar de ativistas e pesquisadoras como sujeitos de fala. Neste enfrentamento de uma lógica positivista e produtivista hierarquicamente organizada pela fala do homem branco heterossexual e europeu como padrão universal, a *práxis* do fazer e pensar ciência é ético-política e compromete tanto as atividades que propomos quanto as metodologias que utilizamos em nossas discussões. Num ambiente amoroso, as proponentes foram ouvidas na medida em que preponderou o respeito mútuo entre os lugares de fala, as diferentes posições e interseções de sujeito.

Chandra Talpade Mohanty (2008) infere à interseccionalidade, cujos propósitos e perspectivas científicas regionalizadas, ganhos em autonomia, reconhecimento cultural, posicionamento geopolítico e disseminação de narrativas dissidentes da História. Segundo Mohanty, *feminismos de terceiro mundo* oferecem estratégias culturais e políticas que contemplam tanto a crítica interna das teorias hegemônicas quanto o desmantelamento de interesses imperialistas e androcêntricos no pensamento científico. É também por essa perspectiva estratégica que a noção de mestiçagem apareceu em textos de mulheres norte-americanas negras (CRENSHAW, 2002) que, desde a década de 1960, reivindicam o reconhecimento, dentro do movimento feminista e do movimento negro, que os eixos de desigualdade que as afetam se inter-relacionam e as submetem a outros níveis de opressão.

Desta maneira, a discussão de temas, conceitos e referências bibliográficas enriqueceu o debate e resultou num grupo de com-

partilhamento *on-line* entre as participantes que estende o trabalho realizado nesta roda de conversa para além do evento acadêmico e de fontes hegemônicas. As margens do conhecimento hegemônico são constituintes. Dado que a entrada, a visibilidade e a valorização de mulheres na ciência e nos espaços acadêmicos são de muitas maneiras inviabilizadas, muitas produções femininas e feministas ficam à margem de perspectivas hegemônicas e pretensamente universais, ontologicamente androcentradas. O deslocamento meta-teórico, como recorda Donna (HARAWAY, 2000), abala o conhecimento oficialmente instituído, contundentemente, em sua “autoria/autoridade transcendente da interpretação e com ela a ontologia que fundamentava a epistemologia ‘ocidental’” (HARAWAY, 2000, p. 42). Como exposto por Ilana Lowy:

Paralelamente, no contexto de um debate que opunha a universalidade do gênero humano à particularidade da condição feminina, os estudos de gênero propuseram substituir a ideia de um “universal” abstrato que não tolera a diversidade, por uma ideia de um “universal concreto” (conceito tomado de Françoise Collin) baseado na comunicação de indivíduos “situados”. Longe de provocar a abolição de todas as singularidades, o desenvolvimento desse “universal concreto” enfatiza a valorização delas. (LOWY, 2000, p. 31).

Pensadoras negras e latino-americanas, epistemologias feministas e perspectivas críticas em psicologia social impulsionam a construção do pensamento científico crítico e de uma postura ético-política para fazer ciência, ativismo e profissão. Da troca e suporte de epistemologias e metodologias feministas e periféricas (HARDING, 1993; MOHANTY, 2008; SARDENBERG, 2002; SCHIEBINGER, 2001; WILSHIRE, 1997) na pasta compartilhada seguimos próximas para produzir pesquisas e lutar por processos de emancipação, colaborar com perspectivas femininas, feministas, negras, latino-americanas, antirracistas e anticapitalistas.

É pertinente à discussão trazer um dos poemas ouvidos na roda de conversa Mulheres e suas lutas:

Vozes-Mulheres

A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio,
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem - o hoje - o agora.

Na voz da minha filha

Se fará ouvir a ressonância

O eco da vida-liberdade (EVARISTO, 2008, p. 10-11)

Durante a roda de conversa *Mulheres e suas Lutas* conhecemos um jogo de cartas de baralho sobre direitos das mulheres. Ouvimos as moçambicanas, Lilia Momplé e Paulina Chiziane, e as brasileiras, Conceição Evaristo e Esmeralda Ribeiro, numa aproximação que Ianá Souza Pereira (2018) trouxe entre psicologia e literatura de mulheres negras para pensar as formas de dominação capitalista, colonialista e patriarcal da sociedade brasileira. Thainá da Silva Costa abordou a temática étnico-racial na psicologia, com um relato de experiência sobre a clínica psicológica e a construção da subjetividade negra de mulheres no Brasil, ressaltando a psicanalista Neusa Santos Souza (1983) e o conceito de resiliência trabalhado por Clélia Prestes (2013).

Cibele Bitencort contribuiu com seu relato de experiência sobre um projeto de fotografia que abordava saúde e relacionamento com mulheres periféricas e lésbicas da zona sul de São Paulo, especificamente, Campo Limpo e Capão Redondo. Claudia Piazza Rodrigues Tavares Costa apresentou sua pesquisa sobre jogos eletrônicos e o lugar da mulher neste cenário competitivo que se tornou uma das indústrias mais lucrativas do mundo. Claudia também apontou que, apesar do crescente interesse das mulheres nos jogos e nas competições, a presença feminina nesse cenário ainda é quase inexistente.

Andreza Cristina Ferreira trouxe informações sobre o mapeamento do protagonismo feminino nas dissertações e teses da psicologia na Unesp disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e discutiu como tem sido estudadas e retratadas essas produções acerca da participação política das mulheres nos movimentos sociais após a redemocratização. Natalia Bezerra de Souza apresentou uma revisão sistemática a respeito do trabalho de intervenção com homens autores de violência contra mulheres numa organização não governamental de cidadania em Presidente Prudente, previsto pela obrigatoriedade de grupos reflexivos em execução da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). E, assim, o quadro negro da sala de aula foi tomado de nomes de expoentes ativistas sociais, filósofas, escritoras e outras referências de luta, tais como Bell Hooks, Patricia Hill Collins,

Kimberly Crenshaw, Neusa Santos Souza, Virgínia Bicudo, Maria Aparecida Silva Bento, Sueli Carneiro, Angela Davis, Djamila Ribeiro, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales, Conceição Nogueira, Audre Lorde, Chimamanda Ngozi Adichie.

Considerações

Diante do exposto, reafirmamos o compromisso de uma psicologia social crítica com as lutas de mulheres e feministas, reconhecendo que o objetivo é de reivindicação por direitos e pela emancipação de condições de opressão e dominação de toda a sociedade. Conforme previsto no Artigo 3 do Estatuto da Associação Brasileira de Psicologia Social, parágrafo VI – “garantir o compromisso ético-político com as populações submetidas a desigualdades sociais e econômicas, em condição de vulnerabilidade, opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação em uma sociedade justa e igualitária” é tarefa de psicólogos e psicólogas sociais comprometidos com um pensamento crítico e adotando uma postura ético-política. Reconhecer a condição histórica da luta de mulheres e pautas feministas; considerar a interseccionalidade na construção de objetos de pesquisa ou de práticas profissionais; apoiar espaços de resistência e conhecimentos locais bem como, atender questões conjunturais e aprender com coletivos sobre seus movimentos de emancipação.

Referências

- ANTUNES, Mariana S. X. **Ciberativismo, identidade política e metamorfose humana**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo/SP, 2015.
- ANZALDUÁ, Glória. Como domar uma língua selvagem. Tradução J. P. Pinto; K. C. dos Santos; V. Veras. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p. 297-309, 2009.
- BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas**. Lisboa: Civilização Brasileira, 1976.
- BOAL, Augusto. **Técnicas latino-americanas de teatro popular**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Trad. Liane Schneider. **Estudos feministas**, v. 10, p. 171-88, 2002. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000102&pid=S0104-8333201100010000200008&lng=pt
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Trad. de Tomás Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-130.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Revista Estudos Feministas [online], v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.
- LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. Trad. José Valter Arcanjo da Ponte. **Cadernos Pagu**, n. 15, p.15-38, 2000.
- MOHANTY, Chandra T. Bajo los ojos de occidente: Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana S.; HERNÁNDEZ, Aída (Ed.). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid/ESP: Ed. Cátedra, 2008, p. 407-464.

PEREIRA, Ianá de Souza. **De contos e depoimentos: memórias de escritoras negras brasileiras e moçambicanas**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PRESTES, Clélia R. S. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras**: transmissão psíquica e pertencimentos. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2013.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. “Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?”. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, p. 89-120.

SANDOVAL, Chela. Nuevas ciências: Feminismo cyborg y metodología de los oprimidos. In: HOOKS, Bell et al. **Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras**. Madri: Traficantes de Sueños, 2004, p. 81-106

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** Tradução Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri C. **¿Puede hablar el subalterno?** *Revista Colombiana de Antropología*, n. 39, p. 301-363, jan./dez. 2003.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento In: **Gênero, corpo, conhecimento**. JAGGAR, Alison M., BORDO, Susan R. Bordo (Ed.). Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997, p. 101-125.

Epílogo

Relações institucionais nacionais e internacionais

Fruto do XIV Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO, esta coletânea, possui vinculação multi-institucional nacional e internacional, dado que os autores e integrantes da ABRAPSO mantêm vínculo com outras Universidades, Faculdades, instituições públicas e privadas e movimentos sociais.

Este livro eletrônico contou com o apoio dos Departamentos de Psicologia Social e Educacional e Departamento de Psicologia Clínica, bem como do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, ligados à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Assis – SP, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, da Diretoria Nacional da ABRAPSO e da Editora Abrapso.

Também é importante mencionar que alguns artigos apresentados fazem parte de pesquisas científicas, os quais recebem ou receberam fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Consideramos relevante destacar que a ABRAPSO integra o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), o qual se constitui num espaço amplo e agregador de organização e construção coletiva da Psicologia Brasileira. O FENBP é composto

atualmente, além da ABRAPSO, pelas seguintes entidades de âmbito nacional (científicas, profissionais, sindicais e estudantis): **Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECIPSI)**; **Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP)**; **Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP)**; **Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP+)**; **Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD)**; **Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ)**; **Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP)**; **Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABPSA)**; **Associação Brasileira de Neuropsicologia (ABRANEP)**; **Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP)**; **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**; **Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP)**; **Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego (ABRAPSIT)**; **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP)**; **Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRO)**; **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**; **Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia (CONEP)**; **Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI)**; **Federação Latino Americana de Análise Bioenergética (FLAAB)**; **Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP)**; **Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento (IBNEC)**; **Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP)**; **Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH)**; **Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT)**; e **Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA)**.

Remetemos a uma parceria acadêmica internacional, mediante o vínculo com a integrante do Núcleo São Paulo da ABRAPSO Gabriela Milaré Camargo que é atualmente mestranda no Programa de Pós-Graduação European Master in Social Work with Family and Children, desenvolvido em conjunto entre ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Universidade de Gotemburgo (UGOT), Universidade de Stavanger (UiS) e Universidade Makerere (MU).

Mantemos vínculo acadêmico institucional com pesquisadores, discentes e docentes dos seguintes programas de universidades públicas

e privadas de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Assis), anteriormente mencionado; Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP); Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP - Campus Rio Claro; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da (UNESP – Campus Bauru); Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UNESP-Campus Botucatu); e Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Com o mesmo intuito, estabelecemos elo acadêmico institucional com docentes das seguintes universidades e/ou faculdades públicas e privadas de São Paulo: Departamento de Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Bauru); Departamento de Psicologia Social e Educacional da (UNESP – Campus Assis); Departamento de Psicologia Clínica da (UNESP– Campus Assis); Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria da (UNESP – Campus Botucatu); Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Departamento de Psicologia da Universidade Santo Amaro (UNISA); Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); Departamento de Métodos e Técnicas da (PUC-SP); Departamento de Serviço Social da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul – (FAPSS-SP); Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paulista (CPA/UNIP – Campus Sorocaba); Escola de Psicologia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - (USCS - Campus Centro); e Departamento de Psicologia da Universidade Nove de Julho (UNIOVE).

A coletânea também contou com a parceria das seguintes instituições, organizações não governamentais e movimentos sociais de

São Paulo: Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo (USP); Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção ao Suicídio; Grupo de Trabalho Psicodinâmica do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP); Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico (NPJ/CREAS) da Cidade Tiradentes – SP; Circuito De Interacao De Redes Sociais (CIRCUS); Rede Psicologia e Povos Tradicionais do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP); Sistema Único de Saúde em São Paulo - Centro Municipal de Reabilitação e Fisioterapia Municipal (CMR) de Itanhaém – SP; Associação Arte e Convívio; Movimento de Luta Antimanicomial de São Paulo; União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI); Centro de Referência de Assistência Social Imperial (CRAS), Município Barueri/SP; *Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)* no Município de Mauá-SP; União da Juventude Comunista (UJC); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Vinhedo-SP; e Sistema Único de Saúde - Seção de Atenção à Saúde da Comunidade (SEATESC) – Santos-SP.

Gláucia Tais Purin

Maria Cristina Danham Simões

Deivis Perez

Eduardo Pinto e Silva

Organizadores

Sobre os(as) autores(as)

Aline Franco Petegrosso (petegrossoaline@gmail.com)

Psicóloga pela Universidade de Mogi das Cruzes, Pós-graduanda em Práticas Psicossociais pela Universidade Paulista (UNIP). Atua no Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico (NPJ/CRE-AS) da Cidade Tiradentes – SP pela Organização da Sociedade Civil (OSC) Centro de Recreação e Desenvolvimento da Criança Especial.

Anna Carolina Alencar Betine (anna.carolina.alencar.betine@gmail.com)

Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Campus de Assis, na linha de atenção psicossocial e políticas públicas, associada à Circuito De Interação de Redes Sociais (CIRCUS) e Representante da Rede Psicologia e Povos Tradicionais do CRP-SP na sub-sede de Assis.

Bruno Simões Gonçalves (brunosim7@yahoo.com.br)

Psicólogo, doutor em Serviço Social pela PUC-SP, pós-doutorado em Psicologia da Descolonização pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pós-doutorando no Instituto de Psicologia da USP. Coordenador da Rede Psicologia e Povos da Terra e membro do Núcleo São Paulo da Abrapso.

Cecília Pescatore Alves (cpescatore@uol.com.br)

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social, Professora da PU-CSP, Curso de Psicologia e Programa de Estudos Pós Graduados em

Psicologia Social. Coordenadora do Núcleo de pesquisa Identidade Metamorfose (NEPIM).

Charles José Roque (charlesroque@gmail.com)

Psicólogo Social - Atua em Psicologia Clínica. Mestre em Saúde Coletiva. Coordenador da ABRAPSO – Núcleo Cuesta.

Christiane Alves Abdala (chris_abdala@hotmail.com)

Psicóloga social comunitária, mestre em Ensino em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), trabalhadora no Sistema Único de Saúde, Seção de Atenção à Saúde da Comunidade (SEATESC) - Santos-SP, membro do núcleo Baixada Santista da ABRAPSO.

Cibele Bitencourt Silva (cibelebitencourt@gmail.com)

Mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP, integrante do Núcleo São Paulo da Abrapso.

Cinara Brito de Oliveira (cibrito.psi@gmail.com)

Psicóloga; mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC SP, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Dialética Inclusão/Exclusão Social (NEXIN), docente na Universidade Santo Amaro (UNISA) e vice-presidenta da ABRAPSO pelo Regional São Paulo.

Daniele de Andrade Ferrazza (daferrazza@uem.br)

Professora de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com doutorado em Psicologia e Sociedade pela UNESP, tem realizado pesquisas nas áreas da Saúde Mental, Gênero e Direitos Humanos.

Debora Cristina Fonseca (debora.fonseca@unesp.br)

Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do incidir- Laboratório interinsti-

tucional do Instituto de Psicologia USP SP, membro da comissão de ética do Conselho Regional de Psicologia - SP e da comissão de instrução do Conselho Regional de Psicologia. Professora assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Deborah Mendes Araújo de Andrade (dedehmendes@gmail.com)

Psicóloga Social e Clínica. Atua na Associação Arte e Convívio. Militante do Movimento de Luta Antimanicomial. É membro do Fórum Permanente Intersectorial de Saúde Mental de Botucatu, e integrante da ABRAPSO – Núcleo Cuesta.

Deivis Perez (prof.devisperez2@hotmail.com)

Doutor em Educação pela PUC-SP. Professor no Departamento de Psicologia Social e Educacional e no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Psicologia da UNESP. Atualmente pertence à Diretoria Nacional da ABRAPSO e atua como Conselheiro titular para o Brasil da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI).

Eduardo Pinto e Silva (dups02@gmail.com)

Doutor em Educação pela UNICAMP. Pós-Doutorado pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Professor Associado III do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar. Pesquisador do Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS) e do GT Psicodinâmica do Trabalho da ANPEPP. Coordenador do Núcleo Nordeste Paulista da ABRAPSO.

Fernando Aparecido Figueira Nascimento (fernandofigueira76@hotmail.com)

Doutorando pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho. Psicólogo da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Itanhaém. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO - fez

parte da Coordenação da Regional São Paulo (2014-2015) e é o atual coordenador do Núcleo Baixada Santista. Colaborador da Conselho Regional de Psicologia - Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira.

Fernando Rosa de Oliveira (fernando.oliv.rosa@gmail.com)

Psicólogo pela UNIFESP, Pós-graduado em Psicologia na Residência Multiprofissional da UNIFESP/Hospital São Paulo. Atua como Psicólogo no CRAS Imperial, Município Barueri/SP.

Gabriela Milaré Camargo (gabrielamilarec@gmail.com)

Psicóloga e mestra em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestranda no European Master in Social Work with Family and Children e integrante do Núcleo São Paulo da ABRAPSO.

Gil Gonçalves Junior (gilgoncalves14@yahoo.com.br)

Mestre e doutor em Psicologia Social pela PUC-SP, docente na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul/SP, integrante do núcleo Grande ABC da ABRAPSO.

Gláucia Tais Purin (glauciatp@hotmail.com)

Psicóloga, doutoranda em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) na PUC-SP e integrante do Núcleo São Paulo ABRAPSO.

Heloisa Aparecida de Souza (heloisa_apsouza@yahoo.com.br)

Mestre e Doutora em Psicologia pela PUCCAMP. Professora e orientadora de estágio da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Membro do Núcleo de Campinas da ABRAPSO.

Jean Fernando dos Santos (Jean.fernando@yahoo.com.br)

Psicólogo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) no Município

de Mauá-SP, Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, Docente na Escola de Psicologia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - Campus Centro (USCS), Membro do Núcleo São Paulo e da Coordenação da ABRAPSO Regional São Paulo – Gestão 2017-2019.

Juarez Tadeu de Paula Xavier (juarez.xavier@unesp.br)

Professor na graduação do curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação e do Programa de Pós Graduação em Mídia e Tecnologia da UNESP – Campus Bauru.

Kevin Nering Silva (kevinnering@gmail.com)

Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), integrante dos movimentos estudantis de graduandos e pós-graduandos ligado à União da Juventude Comunista (UJC).

Juliana Lopes da Silva (ls.julianalopes@gmail.com)

Mestre em Psicologia pela PUCCAMP. Doutoranda em Psicologia Social pela USP. Professora e orientadora do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paulista (CPA/UNIP – Campus Sorocaba). Membro do Núcleo de Sorocaba da ABRAPSO.

Luiz Carlos da Rocha (lcrocha1968@gmail.com)

Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), professor no Departamento de Psicologia Social e Educacional da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e fundador do Núcleo Assis da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Luis Guilherme Galeão-Silva (lggaleao@gmail.com)

Professor de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa psicologia, com ênfase em Psicologia Social Crítica e Psicologia Comunitária, e atua nos seguintes temas: Interdisciplinaridade, Direitos Humanos, Luta pelos Direitos.

Desenvolve pesquisas sobre Memória Social de pessoas altamente vulneráveis de violência social e Reconhecimento de Direitos Humanos.

Maico Fernando Costa (maicofernandodd@gmail.com)

Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Integrante do Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividade da saúde”.

Marcio Farias (t_mfarias@hotmail.com)

Mestre e Doutorando em Psicologia Social na PUC-SP. Professor convidado do Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da USP. Organizou o livro *Violência e Sociedade: Racismo como Estruturante da Sociedade e da Subjetividade do Povo Brasileiro* (2018) lançado pela Editora Escuta.

Maria Amélia Güllnitz Zampronha (ameliagullnitz@gmail.com)

Psicóloga, mestre e doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP, pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Maria Cristina Dancham Simões (macris.simoes@gmail.com)

Psicóloga e Doutora em Educação pela PUC SP. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FaCHS) da PUC SP. Professora orientadora do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paulista (CPA/UNIP – Campus Sorocaba).

Mariana Serafim Xavier Antunes (marianaserafim@hotmail.com)

Doutora e Mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Psicóloga clínica, Membro da Coordenação (2017-2019) da Regional São Paulo da ABRAPSO.

Maristela Sousa e Freitas Contato: maristela.soufreitas@gmail.com)

Musicoterapeuta, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa de Identidade Metamorfose (NEPIM), membro do Núcleo São Paulo ABRAPSO desde 2017 e integrante da comissão científica do XX Encontro Nacional da ABRAPSO 2019.

Nathalí Estevez Grillo (nathaliestevezgrillo@gmail.com)

Doutoranda e Mestre em Psicologia Social pela PUC SP, Psicóloga, Especialista em Psicossociologia da Juventude e Políticas Públicas pela FESPSP e pesquisadora do Núcleo Inanna de Pesquisa (NIP) sobre feminismos, gêneros e sexualidades.

Priscila Carla Cardoso (priscilacardoso@gmail.com)

Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista (UNESP câmpus Bauru), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP - Campus Rio Claro e psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Vinhedo-SP.

Roselania Francisconi Borges (roselaniafborges@uol.com.br)

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Psicologia e Sociedade pela Unesp. Dedicar-se a pesquisas em Educação e Saúde Pública em sua interface com outras políticas públicas.

Ruchelli Stanzani Ercolano (ruchelliercolano@hotmail.com)

Psicóloga e mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Integra o Núcleo Assis da ABRAPSO.

Silvio José Benelli (silvio.benelli@unesp.br)

Psicólogo e mestre em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Assis, SP. Doutor em Psicologia Social pelo IP/USP/São

Paulo. Professor assistente doutor no Departamento de Psicologia Clínica e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FCL/UNESP - Assis, SP.

Sueli Terezinha Ferrero Martin (suelitfmartin@gmail.com 222)

Psicóloga, Doutora. em Psicologia Social pela PUC-SP. Docente do Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria e da Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da UNESP – Campus Botucatu. ABRAPSO – Núcleo Cuesta.

Thiago Bloss de Araújo (thiagobloss@gmail.com)

Psicólogo formado pela USP, mestre em Psicologia Social pela USP, integrante do Núcleo Baixada Santista da ABRAPSO, docente do curso de Psicologia da Universidade Nove de Julho (UNIOVE) e professor-convidado do curso de formação em Suicidologia do Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção ao Suicídio.